



Universidade de Brasília (UnB)
Instituto Ciências Humanas (IH)
Departamento de Serviço Social (SER)

Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social Diurno

Alterações ao Projeto Pedagógico de 2000, aprovadas nas Reuniões do
Colegiado de 13, 14, e 17 de agosto de 2009

Versão Final Encaminhada ao CEPE via CCPG/IH em 2011, conforme
solicitação contida a fl 041 do Processo UnB/Doc. 62342/2010

Brasília, 2011

SUMÁRIO

Item	Título	Pgs
01	Identificação do Curso.....	05
02	Histórico da Elaboração do Projeto Pedagógico Aprovado em 2000.....	05
03	Histórico da Revisão Curricular Realizada entre 2007-2009.....	07
04	Justificativa da Revisão Curricular de 2009.....	07
05	Objetivos do Curso.....	16
06	Perfil do Egresso.....	17
07	Princípios Norteadores do Curso.....	19
08	Organização Curricular.....	21
09	Estrutura do Fluxo Curricular.....	29
10	Estágio Obrigatório e Não Obrigatório.....	31
11	Trabalho de Conclusão de Curso – TCC.....	34
12	Atividades Complementares.....	35
13	Atividades de Extensão.....	36
14	Atendimento às Diretrizes Curriculares Nacionais.....	36
15	Uso de Tecnologia da Informação e Comunicação.....	37
16	Avaliação do Processo de Ensino e Aprendizagem.....	37
17	Avaliação e Acompanhamento.....	39
18	Organização Administrativa e Acadêmica.....	41
19	Infraestrutura Física.....	43
20	Bibliografia.....	43
Anexos		
	Regulamento do Curso de Graduação em Serviço Social.....	47
	Equivalência entre Diretrizes Curriculares e Currículo Pleno.....	51
	Quadro de Disciplinas Obrigatórias.....	53
	Política de Estágio Curricular de Serviço Social.....	54
	Normas para Integralização de Atividades Complementares.....	67
	Regulamento das Disciplinas de PTCC e TCC.....	70
	Fluxograma, Ementas, Bibliografias Básica e Complementar de Disciplinas do Curso de Serviço Social Diurno.....	77

Quadro Docente do SER/UnB (2011)

N.	Nome	Formação	Titulação	Situação UnB
01	Adrianyce Angélica Silva de Sousa	Assistente Social	Doutora	Quadro UnB
02	Ailta Barros Ramos Coelho	Assistente Social	Doutora	Quadro UnB
03	Andreia de Oliveira	Assistente Social	Doutora	Quadro UnB
04	Angela Vieira Neves	Assistente Social	Doutora	Quadro UnB
05	Carolina Cassia Batista Santos	Assistente Social	Mestre	Quadro UnB
06	Cristiano Guedes de Souza	Assistente Social	Doutor	Quadro UnB
07	Daniela Neves de Sousa	Assistente Social	Doutora	Quadro UnB
08	Débora Diniz Rodrigues	Antropóloga	Doutora	Quadro UnB
09	Denise Bomtempo B. de Carvalho	Assistente Social	Doutora	Quadro UnB
10	Evilásio da Silva Salvador	Economista	Doutor	Quadro UnB
11	Ivanete Salette Boschetti	Assistente Social	Doutora	Quadro UnB
12	Janaína Lopes do N. Duarte	Assistente Social	Mestre	Quadro UnB
13	Karen Santana de Almeida Vieira	Assistente Social	Doutora	Quadro UnB
14	Kênia Augusta Figueiredo	Assistente Social	Mestre	Quadro UnB
15	Liliam dos Reis Souza Santos	Assistente Social	Mestre	Lotação Provisória
16	Lívia Barbosa Pereira	Assistente Social	Mestre	Quadro UnB
17	Lucélia Luiz Pereira	Assistente Social	Mestre	Quadro UnB
18	Marcela Soares Silva	Assistente Social	Doutora	Quadro UnB
19	Maria Lúcia Pinto Leal	Assistente Social	Doutora	Quadro UnB
20	Marlene de Jesus Santos	Assistente Social	Mestre	Quadro UnB
21	Marlene Teixeira Rodrigues	Assistente Social	Doutora	Quadro UnB
22	Mário Ângelo Silva	Psicólogo	Doutor	Colaborador/Aposentado UnB
23	Nair Heloisa Bicalho de Souza	Socióloga	Doutora	Quadro UnB
24	Newton Narciso Gomes Júnior	Economista	Doutor	Quadro UnB
25	Neuza de Farias Araújo	Assistente Social	Doutora	Lotação Provisória
26	Patrícia Cristina P. de Almeida	Assistente Social	Mestre	Lotação Provisória
27	Perci Coelho de Souza	Assistente Social	Doutor	Quadro UnB
28	Potyara Amazoneida Pereira Pereira	Assistente Social	Doutora	Colaborador/Aposentado UnB
29	Priscilla Maia de Andrade	Assistente Social	Mestre	Quadro UnB
30	Reginaldo Guiraldelli	Assistente Social	Doutor	Quadro UnB
31	Rosa Helena Stein	Assistente Social	Doutora	Quadro UnB
32	Sandra Oliveira Teixeira	Assistente Social	Doutora	Quadro UnB
33	Silvia Cristina Yannoulas	Ciências da Educação	Doutora	Quadro UnB
34	Valdenízia Bento Peixoto	Assistente Social	Mestre	Quadro UnB
35	Vicente de Paula Faleiros	Assistente Social	Doutor	Colaborador/Aposentado UnB

Comissão de Revisão Curricular (2009 e 2011)

1. Adrianyce Angélica Silva de Sousa
2. Angela Vieira Neves
3. Carolina Cassia Batista Santos
4. Cristiano Guedes de Souza
5. Daniela Neves de Sousa
6. Kênia Augusta Figueiredo
7. Lucélia Luiz Pereira
8. Marlene Teixeira Rodrigues
9. Patrícia Cristina Pinheiro de Almeida
10. Reginaldo Guiraldelli
11. Rosa Helena Stein
12. Sandra Oliveira Teixeira
13. Silvia Cristina Yannoulas
14. Valdenízia Bento Peixoto

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL - DIURNO

1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

DENOMINAÇÃO	Serviço Social
NÍVEL	Graduação
MODALIDADE	Bacharelado
TITULAÇÃO CONFERIDA	Bacharel em Serviço Social
ÁREA DE CONHECIMENTO	Ciências Humanas
DURAÇÃO	4 anos
CARGA HORÁRIA	3.000
REGIME ESCOLAR	Créditos - semestral
FORMAS DE INGRESSO	Vestibular (Sistema Universal e Sistema de Cotas para Negros), Programa de Avaliação Seriada - PAS, Transferência Facultativa, Transferência Obrigatória, Aluno Estrangeiro e Mudança de Curso.
NÚMERO DE VAGAS SEMESTRAIS	40
TURNO DE FUNCIONAMENTO	Manhã e Tarde
SITUAÇÃO LEGAL	Aprovado e reconhecido. Portaria 421, de 11 de julho de 2011
INÍCIO DE FUNCIONAMENTO	Agosto de 1971

2. HISTÓRICO DA ELABORAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO APROVADO EM 2000

O curso de graduação em Serviço Social da UnB, completa 40 anos em 2011, mas seu surgimento se deu com a criação da primeira Faculdade de Serviço Social de Brasília (FSS), cujo reconhecimento pelo MEC ocorreu por meio do Decreto nº. 058953 de 1º de agosto de 1966. Isso significa que o ensino de Serviço Social no DF praticamente nasceu com Brasília e desde então instituiu aqui um locus pioneiro de estudos, pesquisas e de formação de assistentes sociais. Sua história nasce vinculada à Igreja Católica, visto que a FSS tinha como instituição mantenedora a Ordem Religiosa Católica Sociedade Feminina de Instrução e Caridade (Pereira, 2005). O Curso permaneceu nesta instituição até 1971 quando foi extinto e seus alunos foram transferidos para a Universidade de Brasília. Aqui, seu primeiro reconhecimento se deu por meio do Decreto nº. 74.194, de 20 de junho de 1974. Até 1998 foi o único curso a formar profissionais no Distrito Federal por quase três décadas. Esta realidade sofreu profundas transformações com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em 1996, que provocou acelerada expansão de cursos privados. O DF conta, atualmente, com mais 08 cursos presenciais e 09 na modalidade à distância.

Apesar do aumento da oferta, a UnB segue sendo o Curso público de referência no Distrito Federal e recebe uma demanda cada vez mais crescente de candidatos/as no vestibular.

Já na década de 1980 o Curso da UnB foi se constituindo com forte perfil de estudos, pesquisas e análise de políticas sociais, compreendendo estas como espaços privilegiados de intervenção profissional. Empenhado em inserir o Serviço Social no contexto mais amplo das políticas públicas, o SER ofereceu, entre 1982 e 1989, cinco edições do Curso de Especialização em Política Social, que serviu de preparação à criação, em 1991, do Mestrado em Política Social e posteriormente (em 2002) à criação do Doutorado em Política Social.

A longa história do Curso, a intensa e sólida articulação entre ensino, pesquisa e extensão, a relação cotidiana entre graduação e pós-graduação e o protagonismo histórico do corpo docente nos processos nacionais de construção do Serviço Social são elementos de importante consolidação do Curso de Graduação em Serviço Social. A direção teórica do Curso, assegurada pela incorporação no Projeto Pedagógico das diretrizes curriculares da ABEPSS desde 2000, possibilita uma formação que responde de modo competente e crítico às demandas do mercado de trabalho, sem, contudo, subordinar a formação aos ditames do mercado.

Este Projeto Pedagógico registra a síntese final da revisão curricular realizada pelo Departamento de Serviço Social da UnB entre 2007-2009 ao Projeto Pedagógico em vigência desde 2000. A elaboração de um novo currículo para o Curso de Graduação de Serviço Social da Universidade de Brasília na virada dos anos 1990 para o ano 2000 atendeu às orientações da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social – ABESS, hoje Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa de Serviço Social – ABEPSS, que desde meados dos anos 1990 promoveu inúmeros debates que conduziram à reforma curricular dos Cursos de Graduação em Serviço Social em âmbito nacional.

Cabe ressaltar que o presente documento encontra-se em consonância com os artigos 12, 43 e 53 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº. 9394/1996), com a Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social (Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993), com o Código de Ética dos Assistentes Sociais (publicado no D.O.U. em 30/03/93 e revisado pela resolução CFESS 290, publicada no D.O.U. de 11/02/94), com as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Serviço Social, aprovadas por meio dos Pareceres CNE/CES 492/2001 e 1363/2001 e Resolução CNE/MEC 02, de 18 de julho de 2007. Atende também ao disposto na Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão CEPE/ UnB – nº 219/96 de 18 de dezembro de 1996 e foi reconhecido pela Portaria 421, de 11 de julho de 2011.

A proposta de Reforma Curricular dos Cursos de Graduação em Serviço Social realizada em todo país nos anos 1990/2000, sob a orientação da ABEPSS, reflete mais do que uma preocupação em adequar os programas pedagógicos de suas unidades de ensino à LDB. Resultou de um movimento

histórico da categoria profissional dos assistentes sociais e das unidades de formação em Serviço Social, que buscou avaliar a sintonia entre os projetos de formação profissional e as novas demandas colocadas para o exercício profissional, resultantes das transformações societárias. Do monitoramento da reformulação curricular dos cursos de Serviço Social promovido e coordenado pela ABEPSS decorreu um conjunto de documentos¹, cuja síntese traduz-se na “Proposta de Currículo Mínimo para o Curso de Serviço Social”, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996, no Rio de Janeiro, elaborada pela então ABESS, juntamente com o Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social – CEDEPSS, o Conselho Federal de Serviço Social – CEFSS e a Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social – ENESSO. Os subsídios às discussões, que culminaram na elaboração da proposta final, foram provenientes de aproximadamente 200 (duzentas) oficinas locais nas 67 unidades acadêmicas filiadas a ABEPSS, 25 oficinas regionais e 2 oficinas nacionais, que ocorreram no período de 1994 a 1996.

O Projeto Pedagógico implantado pelo Departamento de Serviço Social da UnB em 2000 resultou de sua inserção ativa nestes debates nacionais e alimentou-se na perspectiva crítica que se consolidou com a avaliação do currículo até então vigente, aprovado pelo Conselho Nacional de Educação em 1982². Ele orientou a oferta do Curso de Graduação em Serviço Social Diurno até 2010 e foi revisado no contexto da expansão do Curso Diurno e formulação de proposta de criação do Curso de Graduação Noturno.

3. HISTÓRICO DA REVISÃO REALIZADA ENTRE 2007-2009

O processo de avaliação do currículo implantado em 2000 iniciou-se cerca de sete anos após sua implantação, coincidindo com a realização da pesquisa nacional levada a cabo pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS. Naquela ocasião, algumas soluções adotadas na proposta de currículo em vigor desde o início da década de 2000, vinham sendo objeto de alguns questionamentos.

As manifestações envolviam disciplinas ofertadas com o objetivo de garantir na grade curricular o conteúdo da “matéria” sociologia, algumas outras vinculadas ao Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional - como as disciplinas Oficina de Instrumentais Técnico-Operativos, Processos de Trabalhos 1 e 2 e Estágio em Serviço Social 1 e 2, e ainda, o conteúdo e a organização das disciplinas referidas ao componente da pesquisa - posicionamento no fluxo do curso e ausência de conteúdo referido à estatística aplicada às ciências sociais. A existência de disciplinas com dois, quatro e seis créditos emergiu nesse debate, sistematicamente, como uma dificuldade de organização de

¹ Ver: Avaliação da Formação Profissional pós Novo Currículo: Avanços e Desafios – Relatório Preliminar de Pesquisa.

² Parecer nº. 412 do Conselho Federal de Educação de 04.08.1982.

conteúdos e da grade horária discente.

A gestão 2005-2006 da ABEPSS organizou a pesquisa objetivando avaliar, após dez anos de sua materialização, a "Implementação das Diretrizes Curriculares do Serviço Social no Brasil". A análise dos dados sobre o projeto pedagógico em andamento nos cursos de Serviço Social privilegiou a discussão sobre a organização da lógica curricular, permitindo-nos articular as informações com as condições de ensino e de trabalho docente vigentes nas Unidades de Ensino, bem como empreender algumas considerações sobre o processo de formação profissional. (AMARAL, 2007, p. 20).

De modo a contemplar a lógica inscrita no currículo mínimo para o curso de Serviço Social de 1996 e as diretrizes curriculares aprovadas pelo MEC em 1997, a ABEPSS, construiu um instrumental de coleta de dados em torno de cinco eixos temáticos, a saber: fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social, trabalho, questão social, pesquisa e o tratamento dispensado à prática na formação profissional. Um sexto eixo, relacionado ao ensino do tema da saúde, foi também incluído na pesquisa em função de articulação da ABEPSS com o Fórum Nacional de Profissões da Área de Saúde - FENEPAS.

A estratégia adotada pelo SER para concretizar a participação de sua comunidade acadêmica na pesquisa foi realizar de uma séria de reuniões para preenchimento conjunto das questões propostas pela ABEPSS. No decorrer do ano de 2006, ao longo da pesquisa, foram realizados, além disso, eventos regionais e nacionais, sob a coordenação da Executiva Nacional da ABEPSS, em conjunto com as direções regionais da entidade e demais entidades nacionais do Serviço Social (CFESS e ENESSO). Nesses, os temas em exame na pesquisa foram discutidos com docentes, discentes e supervisores de estágio, tendo em vista as propostas pedagógicas vigentes e as condições e tendências da implementação na Unidades de ensino no país.

Após essa primeira etapa, no ano de 2007, e antes ainda da divulgação dos resultados parciais ou gerais da referida pesquisa, a gestão departamental do SER apresentou ao colegiado, uma proposta de seminário de graduação, afim de dar seguimento à análise do currículo vigente. A perspectiva colocada incluía a retomada dos resultados preliminares da avaliação realizada durante o preenchimento do instrumental da ABEPSS, tendo em vista a formulação de respostas ao conjunto de questões, apresentadas pela coordenação de graduação, e a construção de propostas de ajustes no currículo. O roteiro de questões apresentado, indagava-se :

1. O conjunto de disciplinas atende aos objetivos propostos nos núcleos?
2. Quais são os aportes de cada disciplina ao alcance dos objetivos propostos no Núcleo?
3. Há compatibilidade entre ementa e programa?
4. Há compatibilidade e adequação da carga horária com o conteúdo previsto?

5. Há adequação da disciplina no fluxo do curso?

E ainda, discussão dos ajustes necessários e possíveis na proposta curricular do curso de Serviço Social. A retomada do debate que deveria se concretizar mediante realização de uma sequência de encontros, nos meses de abril (dias 04 e 18), maio (dias 02, 16 e 30) e junho (27), não chegou a ocorrer de acordo com a programação aprovada, devido à sobrecarga do quadro docente - naquele momento composto por 11 docentes do quadro permanente, todos vinculados à graduação e à pós-graduação em política social (mestrado e doutorado), 02 professores em lotação provisória, e ainda 04 temporários (substitutos) e 03 colaboradores vinculados à pós-graduação. Além disso, a Universidade vivenciou vários momentos de paralisação, relacionadas à movimentos grevistas envolvendo trabalhadores e discentes.

Durante esse ano de 2007, a UnB esteve paralisada por greve de servidores e docentes por mais de dois meses, situação que repercutiu inclusive no calendário acadêmico daquele ano. Em 2008, a Universidade foi sacudida por denúncias e escândalos envolvendo o Reitor, denunciado à Justiça por mau uso de verbas destinadas à pesquisa. Os estudantes, mobilizados, ocuparam o prédio da reitoria no dia 03 de abril, onde permaneceram por 15 dias, reivindicando a saída da cúpula da instituição. Pressionado, o Reitor Timoty Mulholland pediu exoneração do cargo no dia 13 e, no dia 15, foi nomeado o novo reitor, Roberto Aguiar, para organizar novas eleições. Esta conjuntura foi marcada por inúmeras reuniões de caráter extraordinário, atendendo demandas da Reitoria, do Instituto de Ciências Humanas e, do próprio Departamento

Nesse contexto, o Departamento de Serviço Social viu-se instado a discutir a proposta de expansão do quadro de vagas discentes das universidades Públicas Federais, inscrita no projeto REUNI, apresentado pelo Ministério da Educação e coordenado internamente pelo Decanato de Graduação. Observe-se que a gestão Timoty submeteu projeto específico ao MEC, em 29 de outubro de 2007, sem que o mesmo tivesse aprovação do CONSUNI. A Gestão Pró-Tempore então, elaborou nova proposta, com base nos documentos encaminhados pelas Unidades. Ancorado em um discurso de aceleração do ensino superior para atender demandas do mercado, entre as propostas incluídas no REUNI, estava a criação de bacharelados em grandes áreas, com “estrutura curricular altamente flexível”, com duração média de três anos; a diversificação de estratégias de ensino oferecendo educação híbrida e a distância. O REUNI propugnava fundamentalmente, a criação de mecanismos simplificados que pudessem facilitar aos estudantes a mudança de curso.

Os debates havidos então, avaliaram adicionalmente sobre a importância estratégica da abertura de curso noturno, para fazer frente ao crescimento do ensino privado e do ensino à distancia. As demandas recorrentes de estudantes trabalhadores, que muitas vezes se viam impossibilitados de cumprirem seus créditos devido ao trabalho, teriam na expansão para o turno noturno, uma

possibilidade de superação dessas dificuldades. A adesão do SER ao Reuni pautou-se assim por uma postura ética e crítica, no sentido de exigir as condições adequadas para funcionamento e a garantia de manutenção de seu projeto ético-político pedagógico, inscrito na proposta do Curso de Serviço Social Diurno em funcionamento. A condição apresentada pelo SER para aderir à expansão foi a implantação de Projeto Pedagógico equivalente nos Cursos Diurno e Noturno, nos moldes Projeto em vigência desde 2000 e estruturalmente ancorado nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS.

As necessidades para concretização da proposta com esses referenciais foram debatidas a partir de uma simulação, apresentada pela gestão departamental, tendo em conta as ponderações e restrições feitas à diversos pontos da proposta e considerando um corpo docente equivalente ao existente então, acrescido da recomposição. De acordo com essa projeção, foi apresentada uma proposta de ampliação em 05 (cinco) vagas discentes, no curso diurno e a criação de curso noturno, para início em 2010, com 30 (trinta) vagas, desde que garantidas as condições de pessoal, considerando 04 (quatro) novos técnico-administrativos e 18 (dezoito) professores.

O desafio colocado a partir de então foi retomar o processo de revisão curricular, suspenso temporariamente em 2007, com o desafio adicional de adequar aquela proposta às peculiaridades próprias do ensino em período noturno. Não obstante a lógica de construção da proposta do REUNI, a adesão da UnB ao projeto, aprovada pelo CONSUNI em reunião de 04 de julho de 2008, significou para o Serviço Social não só ampliação da oferta de vagas discentes - que passaram de trinta para quarenta por semestre no diurno e a oferta de 40 novas vagas, no noturno - como também de recomposição do quadro docente e técnico-administrativo, com a realização de concurso para suprir as vagas a descoberto por ocasião da aposentadoria de parte expressiva do quadro docente então em exercício.

A proposta para a revisão curricular, apresentada pela gestão departamental do SER em 2007, foi retomada ainda no primeiro semestre de 2009, quando foram iniciadas as primeiras contratações de docentes concursados no bojo do processo de expansão. Além do exame dos resultados indicados nas respostas às questões presentes no instrumental de avaliação da ABEPSS, retomou-se tarefa de responder às questões formuladas pela coordenação de graduação anteriormente.

Assim, entre os dias 02 e 05 de março de 2009, a comunidade acadêmica do SER esteve reunida, já com a perspectiva de elaborar propostas de ajustes ao currículo, a serem formalizadas nas instâncias competentes da UnB, a partir das respostas formuladas às questões supra-citadas. Para melhor operacionalização das atividades, as pessoas presentes foram sub-divididas, conforme os Núcleos de Fundamentação teóricos-metodológicos da vida social; da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; e do trabalho da formação profissional, afim de avaliar o grupo de disciplinas associadas a cada um destes Núcleos.

Cada um dos grupos nucleados em torno dos eixos temáticos propostos pela pesquisa da ABEPSS analisou o conjunto de disciplinas identificadas com cada Matéria prevista nas Diretrizes Curriculares e seus respectivos conteúdos, apresentando sugestões. Foi identificada a necessidade de pensar alterações particularmente em relação às seguintes disciplinas ou matérias: 1) Oficinas de Teoria Social; Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos; Questão Social; Questão Urbana e Rural; Relações de Gênero e Serviço Social; Processos de Trabalho; Oficina de Instrumental Técnico-Operativo; Pesquisa em Serviço Social 1 e 2; Fundamentos Éticos e Ética Profissional; Estágio Não-obrigatório e, as Matéria: Economia Política; Direito e Legislação Social.

Com a participação sistemática de parte expressiva do corpo docente e das representações discentes, os debates travados nas oficinas de revisão curricular realizadas em março de 2009, produziram alguns consensos e propostas de encaminhamentos para a construção de soluções envolvendo polêmicas não resolvidas e temas relacionados à instâncias externas ao SER.

No caso das disciplinas Oficina de Teoria, foi consenso de que as mesmas não estavam cumprindo os objetivos que orientaram a sua criação, tanto em termos de conteúdo, quanto de seu formato. Houve sugestão de inclusão de diversas disciplinas optativas do Departamento de Sociologia (SOL). Entre as propostas de solução elencadas estava a reintegração da disciplina Teoria Sociológica, do Departamento de Sociologia, que anteriormente estivera presente no currículo do curso de Serviço Social e a inclusão, como optativas, das seguintes disciplinas ministradas pelo SOL - sol-135488 Teorias Sociológicas Marxistas; 134970 - Sociologia Rural; 134988 - Sociologia Urbana; 134996 – Sociologia do Trabalho; 135631 - Sociologia do Desenvolvimento; 135666 – Sociol. Viol. da Conflitualidade; 135658 - Sociologia das Relações de Gênero; 135691 – Método Quantitativo em Ciências Sociais.

A discussão em torno da matéria Teoria Política produziu somente um consenso: a única disciplina associada a esta matéria até então - Política Social - não era suficiente para dar conta do conteúdo, sendo proposto a inclusão de disciplinas optativa - já previstas no currículo, como: Introdução à Ciência Política (IPOL), Movimentos Sociais (OBR) e IPOL - e outras, novas: 185051 Teoria Política Moderna (OPT) e IPOL - 185060 Teoria Política Contemporânea;

Quanto à matéria Economia Política, cuja disciplina correspondente é Introdução à Economia, consensuou-se que a disciplina não contemplava o conteúdo da matéria, sendo proposta a Inclusão da disciplina Economia Política (OPT) e a realização de consulta à Faculdade de Economia sobre possibilidade de trocar Introdução à Economia, por ECO - 132993 Evolução das Ideias Eco Sociais.

Ao se examinar a materialização em disciplinas da MATÉRIA: Formação Sócio-histórica do Brasil: Questão Social e Serviço Social, Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social 1, 2 e 3, concluiu-se que embora as disciplinas atendessem parcialmente ao conteúdo, o tema

relativo à questão agrária/rural e à dimensão regional não estavam devidamente contemplados. A proposta para sanar essa lacuna incluiu a inclusão de optativas de outros departamentos (GEO, CDS, BIO/Eco, HIS, EDU) que contemplassem temas a descoberto. a título de exemplo foram identificadas: 138070 - Geografia do Brasil; 138266 - Geografia Humana 1; 138053 - Geografia Regional 1; 138193 - Geografia Urbana 1 ; GEA - 138339 Geografia Política; GEA - 138282 Geografia Humana e Econômica; GEA - 138274 Geografia Humana 2; 139190 Historia Social e Política Geral; 132683 - Economia Brasil Contemporâneo.

Em relação à matéria Direito e Legislação, avaliou-se que o conjunto de disciplinas a ela vinculados, não garantiam o conteúdo previsto pela ementa. No momento não se logrou identificar uma disciplina que pudesse fazê-lo, sendo indicado ainda como sugestão a inclusão do conteúdo referente à legislação, nas disciplinas específicas sobre políticas sociais setoriais.

Em relação à matéria e disciplina Política Social, avaliou-se a necessidade de adequar a ementa, bem como se propôs a inclusão das disciplinas SER – 136824 - Política de Educação e SER – 136794 Política Habitacional, e, a transformação as disciplinas Seguridade Social e Serviço Social 1 e 2, em obrigatórias .

A matéria Desenvolvimento Capitalista e Questão Social cuja disciplina correspondente no SER é Questão Social e Serviço Social, gerou bastante discussão. Essas giraram em torno de mudança no fluxo do curso, da ampliação do conteúdo com outra disciplina, da inclusão de atividades de extensão e de atividades complementares, além de várias disciplinas optativas: 173029 - Saúde e Sociedade 1; 173037 - Saúde e Sociedade 2; 173045 - Saúde e Sociedade 3; 173223 - Saúde Familiar; 174106 - Saúde Mental em Saúde Coletiva; 174131 – Tópicos Especiais em Antropologia da Saúde; ECL - 122114 Ecologia Geral ; GEA - 138312 Geografia do Meio Ambiente; GEA - 138576 Política Pública e Meio Ambiente; GEA - 138606 Geografia e Movimentos Sociais no Campo; GEA - 138274 Geografia Humana 2; 139190 Historia Social e Política Geral; HIS - 136051 - Estudos feministas representações sociais: gênero/sexual; 126039 - Ecologia Básica; 122114 - Ecologia Geral; 132471 - Economia Política 1.

A Matéria e disciplina ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO EM SERVIÇO SOCIAL foi problematizada tendo por referência o fato de que o processo que envolve o planejamento e administração não se limita ao Serviço Social. Qual a carga horária necessária.

A discussão referente à matéria PESQUISA SOCIAL, apontou inicialmente a necessidade de incluir como vinculada a esta, as disciplinas obrigatórias – Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso, Trabalho de Conclusão de Curso e Estágio em Serviço Social 1 e 2 - e a optativa Fundamentos de Metodologia da Pesquisa Social. Em termos de conteúdo foi indicado a necessidade de garantir a inclusão de estatística aplicada às ciências sociais, assim como a abordagem de instrumentais e

metodologias quali-quantitativas. Uma alternativa apontada foi a inclusão, como optativa, da disciplina Epistemologia em Ciências Humanas e Sociais, ministrada pelo Departamento de Filosofia.

A matéria ESTÁGIO SUPERVISIONADO e as disciplinas ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL 1 e 2 suscitaram intensos debates, merecendo especial atenção a necessidade de definir e incluir no projeto pedagógico o estágio não-obrigatório.

A identificação e debate dessas inúmeras questões não puderam se esgotadas nesse momento sendo retomadas no segundo semestre de 2009 - entre os dias 10 e 14 de agosto - quando novamente a revisão curricular voltou a ser tematizada em novas reuniões acadêmicas do SER. Nesta atividade, objetivou-se discutir e deliberar sobre os pontos polêmicos, identificados no momento anterior em que o exame da proposta se deu a partir dos núcleos de fundamentação.

Superadas as polêmicas, as propostas consensuadas foram aprovadas pelo Colegiado do SER em reunião do dia 12 de agosto de 2009, determinando-se a composição de pequenos sub-grupos para, posteriormente, proceder à revisão das disciplinas. Definiu-se que o trabalho dos três sub-grupos (abóbora, vermelho e lilás), se concentraria, respectivamente, em:

a) delinear a proposta de incorporação do conteúdo de Oficina de Instrumentais técnico-operativos nas disciplinas de Processo de Trabalho 1 e 2; verificar quais conteúdos da disciplina Instituições e Práticas estavam ou poderiam ser contemplados nas disciplinas de Processos 1 e 2, Política Social, Análise de Políticas Sociais e outras;

b) analisar as condições de viabilidade da alternativa de incorporar as disciplinas Estatística Aplicada (EST) ou Métodos Quantitativos (SOL) à grade do curso de Serviço Social; verificar a possibilidade de contemplar o conteúdo de “Novas Técnicas de Pesquisa” na disciplina de Tópicos Especiais em Pesquisa Social e considerar as implicações de “Serviço Social” constar no nome da disciplina;

c) revisar o conteúdo das disciplinas de Seguridade 1, 2 e propor a criação de Seguridade 3 com elaboração de ementa; analisar o lugar da disciplina Direitos Humanos e Cidadania no fluxo do curso (indicativo para a partir do 6º semestre); verificar quais conteúdos da disciplina Instituições e Práticas estão ou poderiam ser contemplados nas disciplinas de Processos 1 e 2, Política Social, Análise de Políticas Sociais e outras.

Entre as definições consensuadas em plenária, nessa oportunidade, se destacam:

- a) todas as disciplinas teriam uma carga horária de 4 créditos;
- b) extinção das disciplinas de Oficina de Teoria, com a cobertura desse conteúdo ficando a cargo da disciplina obrigatória Teoria Sociológica, a ser realizada no SOL, e as disciplinas de FHTM, do SER;
- c) formulação de uma proposta específica, a posteriori, tratando da relação entre Oficinas de

Teoria Social e FHTMs, considerando as seguintes indagações: se havia necessidade de criação de FHTM 4, se o conteúdo da Oficina de Instrumental Técnico-Operativo seria incluído nas disciplinas de FHTMs, e como concretamente seria absorvido o conteúdo das Oficinas de Teoria Social nas FHTMs;

d) a análise da matéria Economia, apontou como encaminhamento a alocação de seu conteúdo na disciplina obrigatória Introdução à Economia (ECO) e na disciplina, de caráter obrigatório, Economia Política, a ser criada no SER. Propôs ainda a inclusão dentre as disciplinas optativas recomendadas: Evolução das Idéias Econômico-Sociais, Economia Política 1 (ofertadas atualmente pelo ECO);

e) com relação à disciplina Relações de Gênero e Serviço Social, foi proposto mudança da disciplina para Relações de Gênero e Políticas Sociais, assim como a definição de Política Social como pré-requisito daquela. Integrante do rol das disciplinas sobre políticas setoriais ofertadas na modalidade optativa seletiva, a nova ementa da disciplina, deveria incluir ademais a questão das usuárias das políticas sociais e dos serviços sociais.

Novamente sub-divididos em grupos (abóbora, vermelho e lilás), a comunidade acadêmica do SER envolvida com o processo da revisão curricular deteve-se a examinar: o conjunto de disciplinas e sua relação com os objetivos propostos nos núcleos; os aportes de cada disciplina ao alcance dos objetivos propostos no Núcleo; a adequação das ementas e das disciplina no fluxo do curso e pré-requisitos e, elaborar as ementas das disciplinas que serão criadas;

Em uma 2ª etapa, esse trabalho consistiu em: compatibilizar ementas, programas e bibliografia e, compatibilizar e adequar a carga horária com o conteúdo previsto. Os resultados desse esforço se substantivaram na proposta de revisão curricular que se materializou no Projeto Pedagógico apresentado nesse documento. A proposta de revisão foi encaminhada para as instâncias pertinentes da UnB, algumas alterações em disciplinas já foram realizadas e o SER aguarda sua aprovação final no CEPE.

4. JUSTIFICATIVA DA REVISÃO CURRICULAR DE 2009

A reforma curricular do curso de graduação em Serviço Social da UnB realizada em 2009 justifica-se diante do conjunto das transformações sociais ocorridas na última década e seus impactos na formação profissional. Isto posto, a compreensão de currículo proposto apresenta-se sintonizada com os aspectos sócio-culturais, abarcando a criação e recriação de saberes, consoante ao quadro sócio-histórico que atravessa e conforma o cotidiano do exercício profissional do assistente social, afetando as suas condições e relações de trabalho, assim como as condições de vida da população usuária dos serviços sociais (Iamamoto, 1999). A incidência destas transformações ao mesmo tempo que afeta o conjunto da vida social e as profissões, suas áreas de intervenção, e os suportes de

conhecimentos e de implementação, colocam a premente necessidade de se estabelecer estratégias sócio-profissionais minimamente adequadas para responder às problemáticas emergentes (Netto, 1996).

O desafio, portanto, é duplo: por um lado, desvelar o significado das transformações sociais contemporâneas e, por outro, apreender as exigências que emprestam ressignificações ao processo educativo-formativo na atualidade, redefinindo-o em todas as suas dimensões. Esta compreensão possibilita situar a particularidade da formação em Serviço Social no contexto dos desdobramentos e repercussões da crise atual do capitalismo (Koike, 1999).

A formação profissional da assistente social, no contexto atual, deve enfrentar tanto os desafios das mudanças globais das relações sociais como as especificidades da profissão. Em especial, enfrentar as situações de desemprego e redução das políticas sociais sem perder a perspectiva de defesa dos direitos sociais universais, orientados por uma visão interdisciplinar. Deve, ainda, enfrentar os processos de restrição dos direitos frente à redução do Estado, a descentralização que desresponsabiliza o Estado e transfere serviços e equipamentos para a sociedade civil e criação de novos campos de ação “territorializados”, que implica em uma constante referência à relação teoria/prática/pesquisa. Isto envolve também a ênfase nas políticas sociais na relação Estado/sociedade. A contradição entre uma formação polivalente e a diversidade de demandas específicas deve também ser contemplada, assim como o conflito entre voltar-se exclusivamente para enfrentar a pobreza e demandas de diferentes classes sociais. A formação deve, desse modo, abrir espaço para diferentes alternativas de ação.

Não se quer uma formação puramente generalista, mas uma proposta que seja orientada para uma **formação fundamental**, na busca dos fundamentos da intervenção profissional e de suas estratégias levando em conta:

- a visão estrutural relacional (totalidade/contradição)
- uma visão dos processos de correlação de forças e transformação social
- o processo de participação social e política
- o processo democrático
- a defesa dos direitos dos dominados
- a crítica das categorias sistêmicas e funcionais
- o currículo intensivo
- a pesquisa permanente
- maior articulação e flexibilidade da estrutura curricular, hoje, organizada em quatro dimensões: pesquisa, profissionalização, política social, e ciências sociais.
- destaque às políticas sociais enquanto for estratégico no ensino e na pesquisa,

destacando-se as políticas mais vinculadas à atividade profissional como as de assistência, infância e adolescência, previdência e saúde.

Além de voltar-se para a compreensão dos processos globais, dos fundamentos teóricos da intervenção social, da análise das políticas sociais a formação terá um caráter **pluralista**, enquanto respeito (tolerância) à diversidade, desenvolvimento do confronto de propostas e de opiniões e crítica dos “monopólios do saber”, ou seja, das posições totalitárias, fechadas, dogmáticas, exclusivistas. A abertura científica sem postulado da neutralidade é que permitirá ao aluno situar-se diante dos vários projetos societários e buscar o compromisso com os oprimidos e as transformações sociais.

Levando em conta a orientação geral acima exposta, os objetivos do Curso são apresentados a seguir.

5. OBJETIVOS DO CURSO

Os anos 1990 e 2000 foram marcados por profundas transformações nos processos de produção e reprodução da vida social, determinadas pela reestruturação produtiva, pela contrarreforma do Estado (Behring, 2003) e pela instituição de novas formas de enfrentamento da questão social, com ênfase na alteração das relações entre o público e o privado. Estas décadas vivenciaram, contraditoriamente, a expansão das políticas sociais, a exemplo do SUS, SUAS e Previdência Social, determinadas pelas conquistas constitucionais de 1988, mas enfrentaram também mudanças estruturais em sua configuração, a exemplo das tendências de focalização, mercantilização e transferências de serviços públicos para o setor privado, mercantil ou não.

O trabalho do/a Assistente Social é diretamente afetado por tais transformações, produto das mudanças na esfera da divisão social e técnica do trabalho, tanto no cenário nacional como mundial. Neste contexto, as revisões curriculares de 2001 e 2009 sinalizam como objetivos do Curso:

5.1. Objetivo Geral

Consolidar uma formação profissional de caráter generalista e crítica, com sólido embasamento teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo que possibilite ao futuro assistente social a apreensão do significado social da profissão, a compreensão dos desafios impostos pela realidade social e a capacidade de materializar as possibilidades de ação nela contidas.

5.2. Objetivos Específicos

a) formar profissionais ativos, críticos, autônomos, criativos e capazes de realizar, coerente e firmemente, os fundamentos da profissão voltados para a concretização, permanente e ampliada, da democracia e dos direitos no país;

b) assegurar conteúdos interdisciplinares que permitam ao discente construir uma visão de totalidade da realidade social em seus múltiplos aspectos e determinações;

c) garantir a investigação como elemento intrínseco da formação e fundamentação da intervenção profissional, entendida como “ato de conhecimento do real” nos termos de Ianni (2004, p. 168);

d) preparar profissionais para intervir nas expressões da questão social e nos diversos campos de atuação, com destaque para as políticas sociais, e especialmente as políticas de seguridade social, em sua concepção ampliada defendida pelo Conjunto CFESS/CRESS na “Carta de Maceió” (2002);

e) articular conteúdos e procedimentos didáticos que assegurem uma formação competente em suas dimensões ética, teórica, técnica e política.

6. PERFIL DO EGRESSO

As Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Serviço Social, emanadas pelo Conselho Nacional de Educação, estabelecem princípios claros que regulam e dão sustentação ao processo de formação do assistente social. A Lei nº 8.662, de 07 de junho de 1993, que regulamenta a profissão, nos seus Art. 4º e 5º, dispõe sobre as competências e atribuições privativas do assistente social. Em consonância com as recomendações do CNE e com a Lei nº 8.662 e, apoiado, ainda, na proposta apresentada no documento sobre as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa de Serviço Social, o perfil do profissional que o curso tem o propósito de formar refere-se a um profissional:

- capaz de atuar nas expressões da questão social de modo a formular e implementar propostas para seu enfrentamento, por meio de políticas sociais públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e dos movimentos sociais;
- crítico, de formação intelectual e cultural generalista, competente em sua atuação, com capacidade de inserção criativa e propositiva no conjunto das relações sociais e de mercado;
- comprometido com a observância do Código de Ética do Assistente Social.

A formação profissional aqui proposta, requisito básico para o exercício profissional, implica uma capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa capaz de permitir ao assistente social:

- apreender criticamente o processo histórico como totalidade;
- compreender as particularidades da constituição e do desenvolvimento histórico da sociedade brasileira e do Serviço Social no país;
- reconhecer o significado social da profissão e desvelar as possibilidades de ação contidas na

realidade;

- identificar as demandas - consolidadas e emergentes – dirigidas ao Serviço Social e formular respostas profissionais capazes de enfrentar a questão social, considerando as articulações entre público e privado.

O perfil traçado acima se expressa na capacidade do assistente social:

- elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares;
- elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;
- encaminhar providências e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população; orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos;
- planejar, organizar e administrar benefícios e serviços sociais;
- planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais;
- prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;
- prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;
- planejar, organizar e administrar serviços sociais e de Unidade de Serviço Social;
- realizar estudos sócio-econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades.

Este perfil do assistente social permite que ele responda às atribuições que lhe são privativas, segundo a legislação que regulamenta a profissão:

- coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social;
- planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social;
- assessorar e dar consultoria a órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social;
- realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social;

- assumir, no magistério de Serviço Social tanto na graduação quanto na pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular;
- treinar, avaliar e dar supervisão direta a estagiários de Serviço Social;
- dirigir e coordenar Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social, de graduação e pós-graduação;
- dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social;
- elaborar provas, presidir e compor bancas de exames e comissões julgadoras de concursos ou outras formas de seleção para Assistentes Sociais, ou onde sejam aferidos conhecimentos inerentes ao Serviço Social;
- coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social;
- fiscalizar o exercício profissional através dos Conselhos Federal e Regionais;
- dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas;
- ocupar cargos e funções de direção e fiscalização da gestão financeira em órgãos e entidades representativas da categoria profissional.

7. PRINCÍPIOS NORTEADORES DO CURSO

O projeto político-profissional do Serviço Social sustenta-se num entendimento do trabalho profissional localizado no quadro de relações sociais entre as classes sociais e destas com o Estado. Esta compreensão demarca, por sua vez, que o trabalho do profissional de Serviço Social está processualmente articulado às transformações contemporâneas das relações de produção e reprodução social, que explicitam novas formas de enfrentamento da “questão social” especialmente no que se refere a alterações das relações entre o público e o privado, da precarização das condições e relações de trabalho, da regressão dos direitos sociais e trabalhistas. Estas transformações, ao mesmo tempo em que afetam o conjunto da vida social, colocam para as profissões, suas áreas de intervenção, seus suportes de conhecimentos e de implementação, a premente necessidade de se estabelecer estratégias sócio-profissionais minimamente adequadas para responder às problemáticas emergentes (Netto, 1996).

Esse pressuposto geral - que define e qualifica a profissão de Serviço Social na divisão sócio-técnica do trabalho como determinado pelas configurações estruturais e conjunturais da questão social e pelas formas históricas de seu enfrentamento, permeadas pela ação dos trabalhadores, do capital e do Estado, através das políticas e lutas sociais - implica para o universo da formação profissional o

delineamento de um eixo norteador claro: a permanente construção de conteúdos teóricos, éticos, políticos e culturais que possibilitem uma intervenção profissional nos processos sociais que seja crítica e de elevado padrão de qualidade.

Nestes termos, a direção social da profissão se desdobra num Projeto Político Pedagógico e numa lógica curricular que compreende que a formação oferecida pelo curso de Serviço Social deve atender aos interesses dos sujeitos envolvidos no processo de formação (docentes e discentes), mas também está sintonizada com os interesses daqueles para os quais se destina o trabalho do profissional de Serviço Social. Este entendimento significa claramente que a preparação dos profissionais não está estritamente direcionada para atender o mercado de trabalho ainda que do ponto de vista do projeto político pedagógico esta seja uma variável significativa.

Dessa forma, observando as orientações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, as Diretrizes Curriculares do MEC (Pareceres CNE/CES 492/2001 e 1.363/2001) e as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, a organização curricular do Curso de Serviço Social do Departamento de Serviço Social da UnB pauta-se pelos seguintes princípios:

- Flexibilidade na estruturação da lógica curricular, na sua organização e na inserção de componentes curriculares que favorecem a dinamicidade do currículo: disciplinas, oficinas, seminários temáticos e atividades complementares;
- rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, sustentado na teoria social crítica, e, no pluralismo para a abordagem das matrizes do pensamento social que possibilitam a compreensão da vida social;
- indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão, realizando a integração entre a universidade e a sociedade, articulando a reflexão teórica com o exercício prático garantindo um caráter interdisciplinar nas várias dimensões do projeto político pedagógico da formação profissional;
- indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e profissional;
- reconhecimento da dimensão investigativa e da reflexão crítica como condição central para a formação ativa do aluno e para o desenvolvimento de suas habilidades operativas profissionais;
- desenvolvimento, desempenho e qualidade idênticos para o curso diurno e noturno;
- desenvolvimento permanente da atitude ética como elemento transversal ao processo formativo;
- articulação e atualização permanente do conteúdo programático com a realidade, com a produção do conhecimento e com as legislações em vigor na área profissional.

8. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Os princípios acima observados expressam uma concepção de ensino-aprendizagem e estabelecem os parâmetros para a inserção profissional nos espaços sócio-ocupacionais. Eles implicam, pois, num perfil profissional que busca alcançar, através da capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, o desenvolvimento de competências e habilidades que viabilizem ao profissional de serviço social atuar nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas de intervenção para seu enfrentamento, com capacidade de promover o exercício pleno da liberdade, e a inserção dos usuários do Serviço Social nos serviços, políticas e espaços sócio-institucionais de modo a contribuir para a democratização do acesso ao conjunto das relações sociais e do mercado de trabalho, conforme indicado anteriormente.

Nestes termos, o perfil do profissional de Serviço Social apontado anteriormente e que se busca garantir tem como norte geral:

- Uma apreensão crítica, pelo profissional de serviço social, do processo histórico como totalidade;
- Apreensão das particularidades de constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço social no país, o que pressupõe uma investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que configuram a sociedade brasileira;
- Compreensão dos componentes teóricos como fundamentos para apreensão da realidade social e para a constituição de mediações que possibilitem desvendar as possibilidades existentes no âmbito do trabalho do assistente social;
- Compreensão do serviço social como um trabalho profissional cujo caráter técnico-operativo não se restringe a aplicação de teoria, pois remete a apreensão da dinâmica social por meio da investigação e que possibilita respostas as situações singulares com as quais se defronta o profissional.

Para a efetivação de uma formação que garanta o perfil profissional anteriormente observado, assegurando elevados padrões de qualidade e um processo de ensino e aprendizagem que permita uma intensa convivência acadêmica entre professores, alunos e sociedade, a moldura e configuração do curso de Serviço Social da UnB, segue a lógica das Diretrizes Curriculares aprovadas pela ABEPSS nacionalmente.

Os conteúdos necessários para a compreensão do trabalho do assistente social estão articulados em três núcleos de fundamentação, que são eixos articuladores do processo de formação profissional. Destes núcleos desdobram-se as áreas de conhecimentos que por sua vez são traduzidas pedagogicamente no conjunto de componentes curriculares.

O princípio da flexibilidade anteriormente destacado comparece na diversificação que o curso

Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social da UnB - Diurno

de Serviço Social da UnB apresenta em termos dos componentes curriculares. Nosso currículo contempla disciplinas obrigatórias, disciplinas optativas que diversificam a formação do aluno através da abordagem de tópicos especiais; práticas de pesquisa voltadas ao desenvolvimento da atitude investigativa e do desenvolvimento de pesquisas, articulando na formação os Grupos e Núcleos de Pesquisa do Departamento de Serviço Social, bem como as atividades e projetos de extensão.

A carga horária mínima estabelecida pela Resolução CNE/CES 2/2007 para o curso de Serviço Social é de 3.000 horas. No curso de Serviço Social da UnB, esta carga horária está distribuída em 2.100 horas referentes a 140 créditos de disciplinas obrigatórias o que significa 70% do curso e 900 horas que se referem a 60 créditos em atividades optativas o que corresponde a um percentual de 30% do curso. No entanto, as atividades optativas são compostas por 24 créditos de Módulo Livre e por no mínimo 36 créditos de Disciplinas Optativas. Há, ainda, a possibilidade do (a) discente solicitar créditos de Atividades Complementares, que correspondem o máximo de 06 créditos, conforme a resolução SER nº 80/2011. A distribuição dos créditos pode ser visualizada a seguir:

Atividade	Créditos	Carga Horária
Disciplinas Obrigatórias	140	2.100
Disciplinas Optativas	36 ³	540
Disciplinas Módulo Livre	24	360
TOTAL	200	3000

Entre as disciplinas obrigatórias estão o Estágio Supervisionado I e Estágio Supervisionado II, com 240 horas cada, o que totaliza 480 horas, correspondente a 16% do total de 3.000 horas do Curso. Do total de 240 horas, 210 são realizadas no Campo de Estágio e 30 correspondem à supervisão acadêmica.

O Departamento de Serviço Social regulamentou a integralização de créditos em atividades complementares (ver item específico adiante e regulamento em anexo), e os créditos possíveis de serem integralizados pelos discentes são:

Atividade Complementar		
Máximo a ser obtido	Créditos	Carga Horária
	06	90

³Dependendo da quantidade de créditos obtidos em Atividades Complementares, as disciplinas optativas deverão ser de no mínimo 30 créditos.

Os núcleos articuladores da formação se desdobram nos componentes curriculares do Curso de Serviço Social da UnB garantindo os princípios, diretrizes e competências já referenciados anteriormente.

O Núcleo de Fundamentos Teórico-metodológicos da Vida Social: articula os conhecimentos que possibilitam o tratamento do ser social enquanto totalidade histórica, fornecendo os componentes fundamentais da vida social. O ser social é situado historicamente no processo de constituição e desenvolvimento da sociedade burguesa em suas especificidades quanto a divisão social do trabalho, à propriedade privada, a divisão de classes, as relações de exploração e dominação, os processos de alienação; e, o trabalho é assumido como o eixo central do processo de reprodução da vida social, o que implica o desenvolvimento da sociabilidade, da consciência, da universalidade e da capacidade de criar valores e efetivar escolhas. Este núcleo é o responsável por explicitar o processo de conhecimento do ser social, enfatizando as teorias modernas e contemporâneas.

Na organização curricular as disciplinas obrigatórias que expressam as áreas de conhecimento necessárias para garantir o conteúdo deste núcleo são:

- Introdução a Sociologia: deve fornecer os elementos para o entendimento da emergência da sociedade burguesa e a constituição do ser social, bem como configurar a sociologia como campo científico.
- Economia Política e Capitalismo: contextualiza o desenvolvimento capitalista e as leis do movimento do capital que regulam o processo econômico de produção e reprodução das relações sociais no marco dessa especificidade sócio-histórica.
- Teoria Sociológica I: possibilita o conhecimento da sociedade, trabalho, método e história a partir das matrizes teóricas de Durkheim, Weber e Marx e as questões contemporâneas postas ao pensamento sociológico.
- Política Social: deve fornecer as condições para a compreensão das condições sociais de emergência e desenvolvimento das políticas sociais no capitalismo e suas teorias explicativas, como também o papel dos sujeitos políticos na formulação, gestão e controle social das políticas sociais públicas e privadas.
- Introdução a filosofia: deve possibilitar a reflexão filosófica como possibilidade de apreensão da totalidade social, estabelecendo conexões entre ciência, verdade e método e as relações entre a filosofia e a política.
- Introdução a Psicologia: deve fundamentar as principais matrizes teóricas do debate contemporâneo das relações entre indivíduo-sociedade, explicitando as questões relativas ao desenvolvimento da personalidade e dos grupos sociais.
- Introdução a Antropologia: deve fornecer uma relação dialética entre o material e o simbólico na

construção de identidades sociais e da subjetividade.

- Questão social e Serviço Social: articula conteúdos dos três núcleos de fundamentação da formação, mas aqui se enfatiza os elementos que propiciam a análise da questão social e sua relação com o desenvolvimento do capitalismo.
- Trabalho e sociabilidade: articula conteúdos também no Núcleo de Fundamentos do trabalho profissional, mas aqui se destaca a centralidade do trabalho para a constituição do ser social.

O Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-histórica da Sociedade Brasileira articula os conhecimentos que explicitam a constituição econômica, social, política e cultural da sociedade brasileira, na sua particularidade heteronômica, recortada pela questão urbano-industrial, diversidades regionais e locais relacionada a questão agrária e agrícola. Direciona-se para os determinantes que permitem o desenvolvimento e consolidação de determinados padrões da acumulação capitalista no país e suas formas próprias e peculiares de desigualdade social, diferenciação de classes, opressões de gênero, etnia, orientação sexual. Neste Núcleo se interligam os padrões de produção capitalista e a gestão e organização da força de trabalho, a constituição do estado brasileiro e seus vínculos com as classes e setores sociais em confronto, o significado do Serviço social no seu caráter contraditório, e os diferentes projetos político presentes na sociedade brasileira.

Na organização curricular as disciplinas que expressam as áreas de conhecimento necessárias para garantir o conteúdo deste núcleo são:

Obrigatórias:

- Introdução ao Serviço Social: articula conteúdos também no Núcleo de Fundamentos do trabalho profissional mas aqui destaca-se a primeira aproximação com a realidade profissional entendida a partir das condições sócio-históricas de sua institucionalização no Brasil.
- Questão social e Serviço Social: articula conteúdos dos três núcleos de fundamentação da formação, mas aqui se enfatiza os elementos que propiciam a análise da questão social e sua relação com o desenvolvimento do capitalismo brasileiro.
- Movimentos sociais: deve possibilitar a análise da formação e constituição de movimentos sociais, no marco das particularidades brasileira estabelecendo uma relação entre classe, estado, e movimentos sociais.
- Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social I: articula conteúdos também no Núcleo de Fundamentos do trabalho profissional, mas aqui destacamos o debate profissional atravessado pelo contexto do surgimento da questão social no país e seu enfrentamento pelas classes sociais em suas relações com o Estado nos anos 30-50.

- Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social II: articula conteúdos também no Núcleo de Fundamentos do trabalho profissional, mas aqui destacamos o debate profissional atravessado pelo contexto da questão social no país e seu enfrentamento pelas classes sociais em suas relações com o Estado nos anos 60-80.
- Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social III: articula conteúdos também no Núcleo de Fundamentos do trabalho profissional, mas aqui destacamos o debate profissional atravessado pelo contexto da questão social no país e seu enfrentamento pelas classes sociais em suas relações com o Estado a partir dos anos 90.

Optativas:

- Questão urbana e Política habitacional: articula conteúdos também no Núcleo de Fundamentos do trabalho profissional mas aqui enfatizamos o debate conceitual sobre o urbano e sua relação com a concentração da propriedade.
- Política Social – Educação: articula conteúdos também no Núcleo de Fundamentos do trabalho profissional mas destaca-se aqui as relações entre Estado, sociedade e educação em diferentes perspectivas no Brasil.
- Política Social - Trabalho: articula conteúdos também no Núcleo de Fundamentos do trabalho profissional mas aqui possibilita relacionar o direito ao trabalho e a cidadania e o mercado de trabalho no Brasil.
- Gênero, Raça/etnia e Política Social: articula conteúdos também no Núcleo de Fundamentos do trabalho profissional mas aqui destaca-se as contribuições conceituais e a problematização da institucionalidade dessas questões no Brasil.
- Envelhecimento e Política Social: articula conteúdos também no Núcleo de Fundamentos do trabalho profissional mas aqui observamos p debate mais amplo sobre o envelhecimento populacional e a questão da violência e legislações no Brasil.

O Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional: articula os conhecimentos que explicitam a profissionalização do serviço social como uma especialização do trabalho articulando o fazer profissional aos elementos fundamentais da divisão social e técnica do trabalho e sua inserção em processos de trabalho. A ação profissional assim compreendida, exige considerar as condições de relações sociais historicamente estabelecidas, que condicionam o trabalho do assistente social: os organismos empregadores (públicos e privados) e usuários dos serviços prestados; os recursos materiais, humanos financeiros acionados para a efetivação desse trabalho, e a articulação do assistente social com outros trabalhadores, como partícipe do trabalho coletivo (ABESS, 1996, p. 66). Localiza

também o caráter interventivo do assistente social, mas supõe uma capacitação crítico-analítica que possibilite a construção de seus objetos de ação, localizados nas particularidades sócio-institucionais, para a elaboração criativa de estratégias de intervenção comprometidas com as proposições ético-políticas do projeto profissional. Articulada a esta questão a dimensão técnico-operativa não se constitui apenas a construção operacional do fazer, mas implica uma dimensão intelectual e ontológica do trabalho do assistente social capaz de formular estratégias e técnicas teórico e criticamente referenciadas.

Na organização curricular as disciplinas que expressam as áreas de conhecimento necessárias para garantir o conteúdo deste núcleo são:

Obrigatórias:

- Introdução ao Serviço Social: articula conteúdos também no Núcleo de Fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira, mas aqui se destaca a primeira aproximação com a realidade profissional devendo propiciar uma visão ampla sobre o trabalho do assistente social.
- Questão social e Serviço Social: articula conteúdos dos três núcleos de fundamentação da formação, mas aqui se enfatiza os elementos que propiciam a análise da questão social como objeto de intervenção do trabalho profissional.
- Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social I: articula conteúdos também no Núcleo de Fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira, mas aqui destacamos o debate profissional atravessado pelo contexto do surgimento da questão social no país e seu enfrentamento pelas classes sociais em suas relações com o Estado nos anos 30-50.
- Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social II: articula conteúdos também no Núcleo de Fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira, mas aqui destacamos o debate profissional atravessado pelo contexto da questão social no país e seu enfrentamento pelas classes sociais em suas relações com o Estado nos anos 60-80.
- Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social III: articula conteúdos também no Núcleo de Fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira, mas aqui destacamos o debate profissional atravessado pelo contexto da questão social no país e seu enfrentamento pelas classes sociais em suas relações com o Estado a partir dos anos 90.
- Trabalho e Sociabilidade: articula conteúdos presentes no Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social e aqui fundamenta o entendimento da centralidade do trabalho para o Serviço Social.
- Processos de Trabalho e Serviço Social I: o exercício profissional como especialização do

trabalho coletivo na sociedade capitalista e as expressões e formas de organização no âmbito institucional e a construção e uso de instrumentos técnico-operativos.

- Processos de Trabalho e Serviço Social II: localização do trabalho profissional junto as esferas do Estado, empresas, ONG's, com os movimentos sociais.
- Seguridade Social I: fornece elementos para o entendimento da Previdência Social, especialmente na especificidade brasileira até a atualidade, localizando-a como um espaço de trabalho e produção de conhecimento do Serviço Social.
- Seguridade Social II: possibilita o entendimento e concepções sobre a Saúde, localizando a especificidade da política de saúde no Brasil como um espaço de trabalho e produção de conhecimento do Serviço Social.
- Seguridade Social III: fornece compreensão da origem e desenvolvimento da Assistência Social nas sociedades capitalistas e no Brasil, discute suas questões atuais e localiza-a como um espaço de trabalho e produção de conhecimento do Serviço Social
- Pesquisa social I: articula o caráter investigativo destacando a importância da pesquisa e seus métodos de abordagem.
- Pesquisa social II: articula o caráter investigativo destacando a importância da pesquisa exercitando a elaboração de instrumento de pesquisa.
- Métodos e Técnicas em Pesquisa Social: articula o caráter investigativo destacando a importância da pesquisa exercitando diferentes técnicas de levantamento e análise de dados qualitativos.
- Estágio em Serviço Social I: desenvolvimento teórico-prático em estabelecimentos públicos e privados com ênfase na problematização teórico-metodológica com sistematização de possibilidades de atuação profissional.
- Estágio em Serviço Social II: desenvolvimento teórico-prático em estabelecimentos públicos e privados com ênfase na implementação de plano de intervenção do estagiário.
- Fundamentos Éticos e Ética profissional: articula a dimensão ético-política da formação oferecendo elementos para a análise dos dilemas ético-morais contemporâneos e como eles se apresentam no exercício profissional.
- Planejamento, Administração e Gestão Social: oferece elementos para a compreensão do processo de gestão nas diferentes esferas da intervenção profissional, do planejamento e avaliação de projetos e programas sociais.

Optativas:

- Questão Urbana e Política Habitacional: articula conteúdos também no Núcleo de Fundamentos

da formação sócio-histórica da sociedade brasileira mas aqui enfatizamos a inserção profissional e a contribuição do Serviço social na produção teórico-prático acerca da questão urbana e da política habitacional.

- Política Social – Educação: articula conteúdos também no Núcleo de Fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira mas destaca-se aqui mas aqui enfatizamos a inserção profissional e a contribuição do Serviço social na produção teórico-prático acerca da questão.
- Política Social - Trabalho: articula conteúdos também no Núcleo de Fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira mas aqui possibilita relacionar com o trabalho profissional na medida em que fornece elementos para a compreensão do direito ao trabalho e do mercado de trabalho no Brasil como interface da ação profissional.
- Gênero, Raça/etnia e Política Social: articula conteúdos também no Núcleo de Fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira mas aqui destaca-se as contribuições para a análise do travejamento destas questões na prática profissional e nos compromissos éticos-políticos da profissão.
- Envelhecimento e Política Social: articula conteúdos também no Núcleo de Fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira mas destaca-se aqui mas aqui enfatizamos a inserção profissional e a contribuição do Serviço social na produção teórico-prático acerca da questão.
- Infância, Adolescência e Cidadania: possibilita componentes analíticos e práticos para o enfrentamento das refrações da “questão social” sobre a infância e adolescência no Brasil, em interface com o trabalho profissional em vários espaços sócio-ocupacionais.
- Análise de Políticas Sociais: fornece aprofundamento analítico-prático sobre as políticas e/ou programas sociais que são importantes espaços de atuação profissional.
- Prática de Pesquisa Social I: propicia a inserção em projetos de pesquisa, em núcleos e grupos de estudos e pesquisa consolidando a atitude investigativa. Enfatiza a análise bibliográfica.
- Prática de Pesquisa Social II: propicia a inserção em projetos de pesquisa, em núcleos e grupos de estudos e pesquisa consolidando a atitude investigativa. Enfatiza a construção de instrumentais.
- Prática de Pesquisa Social III: propicia a inserção em projetos de pesquisa, em núcleos e grupos de estudos e pesquisa consolidando a atitude investigativa. Enfatiza a coleta e sistematização dos dados.
- Prática de Pesquisa Social IV: propicia a inserção em projetos de pesquisa, em núcleos e grupos de estudos e pesquisa consolidando a atitude investigativa. Enfatiza a análise elaboração de relatórios e artigos científicos.

- Práticas de Informática em Serviço Social: utilização laboratorial da informação e comunicação especialmente as aplicadas a profissão em consonância com o desenvolvimento de habilidades profissionais relacionadas a demandas emergentes.
- Tópicos Especiais em Pesquisa social: garante a atualização programática dado o aprofundamento em áreas de pesquisa em Serviço Social.
- Tópicos Especiais em Serviço Social: garante a atualização programática dado o aprofundamento em temas emergentes e específicos ao Serviço Social.
- Tópicos Especiais em Política Social: garante a atualização programática dado o aprofundamento de temas emergentes em políticas sociais.
- Relações Sociais, Família e Serviço Social: fornece elementos teórico e práticos para o debate e trabalho do serviço social com famílias.
- Novas Técnicas em Pesquisa social: garante a atualização programática dado o aprofundamento de novas técnicas e métodos para coleta de dados.

Compõem, ainda, este conjunto, como atividades integradoras do currículo, de modo a garantir o caráter técnico-operativo, as duas disciplinas de Estágio Supervisionado em Serviço Social (cujos créditos foram apontados anteriormente) que totalizam uma carga horária total de 480 horas, sendo 240 para Estágio I e 240 para Estágio II. Destas, 210 horas são realizadas no campo de estágio e 30 horas em supervisão acadêmica. Também compõe a estrutura curricular como disciplinas obrigatórias o Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso-PTCC (60 horas) e o Trabalho de Conclusão de Curso-TCC (90 horas), exigência para a obtenção do grau de bacharel, realizado sob orientação de um professor e avaliado por banca examinadora composta por três docentes.

9. ESTRUTURA DO FLUXO CURRICULAR

O Fluxo curricular do Curso de Serviço Social da UnB apresentado a seguir expressa, por semestre, a modalidade de cada disciplina (obrigatória ou optativa recomendada), os créditos correspondentes e os pré-requisitos exigidos para sua realização:

1º SEMESTRE							
Prioridade	Código	Disciplina	Crédito	Modalidade	Pré-requisito	C. Horária	Importância
01	136581	Introdução ao Serviço Social	04	OBR	-	60	OBR
02	138738	Questão Social e Serviço Social	04	OBR	-	60	OBR
03	138967	Economia Política e Capitalismo	04	OBR	-	60	OBR
04	134465	Introdução a Sociologia	04	OBR	-	60	OBR
05	132012	Introdução a Economia	04	OPT	-	60	OPT
06	135011	Introdução a Antropologia	04	OBR	-	60	OBR

Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social da UnB - Diurno

2º SEMESTRE							
Prioridade	Código	Disciplina	Crédito	Modalidade	Pré-requisito	C. Horária	Importância
07	138649	FHTM 1	04	OBR	136581	60	OBR
08	136484	Política Social	04	OBR	-	60	OBR
09	134473	Teoria Sociológica 1	06	OBR	134465	90	OBR
10	136638	Movimentos Sociais	04	OBR	-	60	OBR
11	124010	Introdução à Psicologia	04	OBR	-	60	OBR

3º SEMESTRE							
Prioridade	Código	Disciplina	Crédito	Modalidade	Pré-requisito	C. Horária	Importância
12	138665	FHTM 2	04	OBR	138649	60	OBR
13	138762	Trabalho e Sociabilidade	04	OBR	136484	60	OBR
14	136719	Pesquisa Social 1	04	OBR	136581	60	OBR
15	138894	Seguridade Social 1 – Previdência Social	04	OBR	136484	60	OBR
16	137553	Introdução a Filosofia	04	OBR	-	60	OBR
17	185035	Introdução a Ciência Política	04	OPT	-	60	OPT

4º SEMESTRE							
Prioridade	Código	Disciplina	Crédito	Modalidade	Pré-requisito	C. Horária	Importância
18	138673	FHTM 3	04	OBR	138665	60	OBR
19	136646	Fundamentos Éticos e Ética Profissional	04	OBR	138665 e 136581	60	OBR
20	207594	Métodos e Técnicas Quantitativos e Qualitativos em Pesquisa Social	04	OBR	-	60	OBR
21	136999	Pesquisa Social 2	04	OBR	136719	60	OBR
22	136841	Seguridade Social 2 – Saúde	04	OBR	136484	60	OBR
23	136832	Política Social - Trabalho	04	OPT	136484	60	OBS

5º SEMESTRE							
Prioridade	Código	Disciplina	Crédito	Modalidade	Pré-requisito	C. Horária	Importância
24	138754	Processo de Trabalho e Serviço Social 1	04	OBR	138673	60	OBR
25	138711	Estágio em Serviço Social 1	16	OBR	138673 e 136646	240	OBR
26	100455	Seguridade Social 3 – Assistência Social	04	OBR	136484	60	OBR
27	136727	Planejamento, Administração e Gestão Social	04	OBR	136484	60	OBR

6º SEMESTRE							
Prioridade	Código	Disciplina	Crédito	Modalidade	Pré-requisito	C. Horária	Importância
28	138819	Processo de Trabalho e Serviço Social 2	04	OBR	138754	60	OBR
29	138720	Estágio em Serviço Social 2	16	OBR	138711	240	OBR
30	136816	Infância, adolescência e Cidadania	04	OPT	136484	60	OPT
31	199851	Direitos Humanos e Cidadania	04	OPT	-	60	OPT

7º SEMESTRE							
Prioridade	Código	Disciplina	Crédito	Modalidade	Pré-requisito	C. Horária	Importância
32	136891	PTCC	04	OBR	136999 e 136981	60	OBR
33	136620	Análise de Políticas Sociais	04	OPT	136484	60	OPT
34	criação	Relações Sociais, Família e Serviço Social	04	OPT	-	60	OPT
35	136794	Questão Urbana e Política Habitacional	04	OPT	136484	60	OPT
36	136824	Política Social - Educação	04	OPT	136484	60	OBS
37	138541	Tópicos Especiais em Política Social	04	OPT	136484	60	OPT
38	209066	Oficina de Supervisão de Estágio em Serviço Social 1	04	OPT	138720	60	OPT

8º SEMESTRE							
Prioridade	Código	Disciplina	Crédito	Modalidade	Pré-requisito	C. Horária	Importancia
39	136654	TCC	06	OBR	136891	90	OBR
40	Criação	Envelhecimento e Políticas Sociais	04	OPT	-		OPT
41	136786	Tópicos Especiais em Serviço Social	04	OPT	136581	60	OPT
42	136778	Tópicos Especiais em Pesquisa Social	04	OPT	136581	60	OPT
43	136166	Gênero, Raça/Etnia e Política Social	04	OPT	-	60	OPT
44	138924	Práticas de Informática em Serviço Social	04	OPT	136581	60	OPT
45	209064	Oficina de Supervisão de Estágio em Serviço Social 2	04	OPT	Oficina de Supervisão de Estágio 1 (criação)	60	OPT

Além das disciplinas obrigatórias e optativas apresentadas no Fluxo acima, os discentes podem realizar outras disciplinas ofertadas por outros Departamentos da UnB e integralizar os créditos como optativas ou módulo livre. A realização de monitoria nas disciplinas também integraliza 02 créditos em cada monitoria/disciplina.

10. ESTÁGIO OBRIGATÓRIO E NÃO OBRIGATÓRIO EM SERVIÇO SOCIAL

A questão da formação profissional em Serviço Social tem sido objeto de intensos debates, sobretudo no que tange à indissociabilidade entre ensino teórico x ensino da prática profissional. As orientações contidas nas Diretrizes Curriculares ainda que sucintas, aponta para a necessidade do ensino da “prática profissional” ocorrer em todos os momentos da formação de modo articulado com os núcleos de fundamentação da formação profissional. As regulamentações sobre estágio também indicam elementos essenciais sobre os quais o estágio supervisionado deve assentar-se.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), aprovada em 1996, inicia a regulamentação do estágio supervisionado no Brasil, quando inclui, em seu artigo 82:

.....

“Os sistemas de ensino estabelecerão as normas para realização dos estágios dos alunos regularmente matriculados no ensino médio ou superior em sua jurisdição.

Parágrafo único. O estágio realizado nas condições deste artigo não estabelece vínculo empregatício, podendo o estagiário receber bolsa de estágio, estar segurado contra acidentes e ter a cobertura previdenciária prevista na legislação específica.”

Pode-se afirmar que esta formulação é bastante genérica, e está baseada em dois princípios. O primeiro, da autonomia universitária, pois atribui a responsabilidade de normatização para as IES. E o segundo de regulação da relação que deve se estabelecer entre o estágio supervisionado e o mercado e trabalho, estabelecendo claramente que o estágio supervisionado não caracteriza vínculo empregatício. Desse modo, protege minimamente o estudante de possíveis riscos e permite cobertura previdenciária de suas atividades.

Antes mesmo da aprovação da “Lei de Estágio”, o parecer CNE/CES nº 492/2001,

homologado pelo Ministro de Estado da Educação em 09 de julho de 2001 e consubstanciado na Resolução CNE/CES 15/2002, publicada no Diário Oficial da União em 09 de abril de 2002, que aprovou as diretrizes curriculares para o curso de Serviço Social já indicava que

O Estágio Supervisionado é uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio-institucional, objetivando capacitá-lo para o exercício profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Esta supervisão será feita conjuntamente por professor supervisor e por profissional do campo, com base em planos de estágio elaborados em conjunto pelas unidades de ensino e organizações que oferecem estágio.

A Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008, conhecida como Lei de Estágio, não só assegurou o estágio como componente curricular obrigatório, como incluiu o estágio não obrigatório, estabelecendo que, se previsto no Projeto Pedagógico, deverá ser ofertado nas mesmas condições que o estágio obrigatório.

Antes mesmo da LDB e da Lei de Estágio, a Lei 8662/93 que regulamenta a Profissão de Assistente Social estabelece, em seu artigo 5^o, inciso VI que:

“Constituem atribuições privativas do assistente social:

.....

VI – treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social”

O artigo 14 dessa mesma Lei também trata especificamente de estágio e estabelece que:

Cabe às Unidades de Ensino credenciar e comunicar aos Conselhos Regionais de sua jurisdição os campos de estágio de seus alunos e designar os assistentes sociais responsáveis por sua supervisão.

Parágrafo único – somente os estudantes de Serviço Social, sob supervisão direta do assistente social em pleno gozo de seus direitos profissionais, poderão realizar estágio em Serviço Social.

O Código de Ética Profissional do/a Assistente estabelece as relações éticas que o/a profissional deve estabelecer com discentes, docentes e instituições:

Artigo 4^o

É vedado ao assistente social:

.....

d) compactuar com o exercício ilegal da profissão, inclusive nos casos de estagiários que exerçam atribuições específicas, em substituição aos profissionais;

e) permitir ou exercer a supervisão de aluno de Serviço Social em instituições públicas e/ou privadas que não tenham em seu quadro assistente social que realize acompanhamento direto ao aluno estagiário

Artigo 21^o

São deveres do assistente social:

.....

c) informar, esclarecer e orientar os estudantes, na docência ou supervisão, quanto

aos princípios e normas contidas neste código.

As Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social da ABEPSS sintonizam-se com a legislação do Serviço Social acima citada. Embora as diretrizes não tenham avançado muito no detalhamento mais específico sobre estágio, apontam os pressupostos, princípios e diretrizes que devem nortear a elaboração do projeto pedagógico de cada Unidade de Formação, onde o estágio deve constituir um momento privilegiado do processo ensino-aprendizagem, deve ser atividade curricular obrigatória, deve assegurar inserção do aluno no espaço sócio-institucional, deve capacitá-lo para o exercício do trabalho profissional, deve garantir supervisão sistemática conjunta do professor e supervisor de campo. Como momento ímpar da formação, envolve reflexão, acompanhamento e sistematização com base em planos de estágio, elaborados em conjunto entre Unidade de Ensino e Instituição Campo de Estágio, tendo como referência a lei de Regulamentação da Profissão e o Código de Ética Profissional.

Tendo por base estes parâmetros, o Curso de Serviço Social da UnB institui o Estágio Obrigatório e não Obrigatório, estruturado em disciplinas obrigatórias e optativas, conforme abaixo:

10.1. O Estágio Obrigatório

O Estágio obrigatório do curso de Serviço Social da UnB será desenvolvido ao longo da estrutura curricular e a partir do desdobramento das disciplinas e de seus competentes curriculares. A carga horária do estágio obrigatório corresponde a 16% da carga horária total do curso, ou seja, 480 horas, divididas em duas disciplinas obrigatórias de 16 créditos cada uma. São elas: Estágio Supervisionado em Serviço Social 1e 2, cada uma com 240 horas, sendo 210 em atividades no campo de estágio e 30 horas de supervisão acadêmica. O Estágio Supervisionado em Serviço Social 1 é pré-requisito para o Estágio Supervisionado em Serviço Social 2.

10.2. O Estágio Não Obrigatório

Além das históricas dificuldades para se manter a qualidade do estágio obrigatório e assegurar condições de supervisão acadêmica e de campo de estagiários, um novo desafio está posto para a nossa realidade, e diz respeito à necessidade de supervisão dos estágios não obrigatórios. Por força de lei, todos os estágios obrigatórios ou não obrigatórios devem ser supervisionados pelas Instituições de Ensino. E ainda, conforme o que dispõe a Resolução do CFESS nº. 533 de 29/09/09, é de responsabilidade das Unidades de Formação a abertura de campos de estágios obrigatórios e não-obrigatórios indistintamente, verificando as condições adequadas de realização de estágio, planos de estágio, supervisão direta, etc.

No âmbito da Oficina de Revisão Curricular do Curso de Serviço Social diurno e criação do

curso noturno, o SER resolveu introduzir o estágio não-obrigatório ao Projeto Político Pedagógico. Em subsequente análise das modalidades de componente curricular, decidiu-se assegurar a supervisão acadêmica de estágio não obrigatório por meio da criação de duas disciplinas optativas, a saber, Oficina de Supervisão de Estágio em Serviço Social 1 e Oficina de Supervisão de Estágio em Serviço Social 2, com carga horária total de 120 horas (60 horas em cada disciplina), tendo como objetivo assegurar a carga horária docente, a supervisão acadêmica efetiva e o comprometimento do estudante-estagiário com o processo de supervisão. Todavia, o estágio não obrigatório só será autorizado para os estudantes que já tiverem cursado as disciplinas obrigatórias de Estágio Supervisionado em Serviço Social 1 e 2. Ou seja, a disciplina obrigatória Estágio Supervisionado em Serviço Social 2 é pré-requisito para a disciplina Oficina de Supervisão de Estágio em Serviço Social 1, e esta, por sua vez, é pré-requisito da disciplina Oficina de Supervisão de Estágio em Serviço Social 2. Com esta organização, o Departamento atende à constante demanda dos estudantes por estágio não-obrigatório com a mesma qualidade buscada para o estágio obrigatório. Por outro lado, o estágio não-obrigatório do curso de Serviço Social da UnB deve ser desenvolvido nos semestres finais do curso, a partir do desdobramento das disciplinas e de seus competentes curriculares⁴.

11. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e o Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso (PTCC) são disciplinas que fazem parte do conjunto de atividades regidas pelas Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação, aprovadas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Desta forma, constitui uma exigência curricular legal e regimental para obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Compreendido como um momento síntese do conhecimento adquirido durante o curso, o TCC deve ser realizado com base em processo investigativo a partir de uma questão teórica, devendo ser elaborado obedecendo as exigências metodológicas e científicas exigidas pela curso. Desde 2006 o PTCC e o TCC possuem regulamento específico (ver anexo) que estabelece diretrizes gerais como definição de competências dos coordenadores de curso, dos estudantes e dos orientadores, bem como normatização sobre conteúdo e forma de apresentação do PTCC e TCC. A elaboração do Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso (PTCC) será realizada a partir de inserção do aluno em disciplina obrigatória de 60 horas (04 créditos) em semestre anterior à realização do TCC, sendo pré-requisito para sua realização. Será orientado por docente do Curso, e poderá abordar um tema originado de questões suscitadas a partir da inserção do estudante em projetos de pesquisa e/ou de sua experiência

⁴ A regulamentação do Estágio não Obrigatório encontra-se em anexo.

no campo de estágio. Pode constituir-se, portanto, em trabalho de sistematização teórica da experiência decorrente do estágio ou análise teórico-crítica decorrente de investigação de um problema de pesquisa.

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) será realizado em disciplina de 60 horas (06 créditos), sob orientação docente, e deve ser apresentado e defendido em sessão pública, diante de Banca Examinadora composta por 3 docentes, sendo um o orientador. Sugere-se que um dos integrantes seja membro externo ao corpo docente do Departamento.

12. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Em conformidade com as Diretrizes Curriculares do Serviço Social da ABEPSS e a Resolução nº 80/2011 do Departamento de Serviço Social, as atividades complementares no âmbito da graduação integram a política permanente de estímulo ao desenvolvimento político, cultural e científico dos alunos. São atividades teórico-práticas que proporcionam o enriquecimento extra-curricular, relacionam-se ao ensino, pesquisa e extensão e contemplam aspectos relevantes da formação do aluno (ver normas em anexo).

Para efeito de reconhecimento das atividades complementares e integralização no currículo, o/a discente deverá encaminhar à Coordenação de Curso, os certificados que comprovem sua participação, juntamente com uma exposição de motivos. A documentação comporá um processo, a ser analisado por Comissão instituída para este fim pelo Colegiado Departamental e composta por três docentes em efetivo exercício, no SER.

São consideradas atividades complementares:

I – Aquelas configuradas como atividades científicas:

- a) Apresentação de trabalhos científicos em eventos de comprovada relevância na área de serviço social ou áreas afins para os quais será computado 1,0 (um) crédito;
- b) Publicação de artigos e trabalhos científicos em periódicos e ou anais de congresso e eventos similares, de comprovada relevância na área de serviço social ou áreas afins; para os quais será computado 1,0 (um) crédito;
- c) Publicação de resenhas e resumos científicos em periódicos e ou anais de congresso e eventos similares, de comprovada relevância na área de serviço social ou áreas afins; para os quais será computado 0,5 (meio) crédito;

II - Minicursos, Oficinas (com carga horária igual ou superior a 08 horas) e cursos de média ou longa duração de natureza presencial, na área de serviço social e áreas afins;

III - Participação em seminários, encontros, conferências, simpósio e congressos nacionais e internacionais na área de serviço social e áreas afins de natureza presencial, com carga horária igual ou

superior a 15 horas;

De acordo com a Resolução N° 87/2006 do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão da UnB, a monitoria, as atividades de extensão, as atividades de pesquisa e/ou complementares, que são computadas no currículo, via atribuição de crédito na categoria Módulo Livre, ou atividade de extensão ou disciplina optativa, não poderão ser, concomitantemente, referendadas como Atividade Complementar.

O número de horas integralizadas ao currículo na modalidade Atividades Complementares é de, no máximo, 90 horas (noventa) horas, correspondendo a 3% da carga horária total do currículo pleno, o que é equivalente a 06 créditos.

13. ATIVIDADES DE EXTENSÃO

Em conformidade com a Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão nº 87/2006 que atribui concessão de créditos para atividades de extensão aos estudantes da graduação e, em conformidade com as Diretrizes Curriculares de Serviço Social, o Departamento de Serviço Social, em Reunião Ordinária de Colegiado, realizada no dia 02 de abril de 2008, estabeleceu as regras para integralização de créditos de atividades de extensão (Ver anexo).

Para efeito de concessão de créditos, são consideradas como atividades de extensão aquelas que ocorrem regularmente como parte integrante de disciplinas e os projetos de extensão de ação contínua realizados por estudantes por um período ininterrupto de, no mínimo, 15 semanas. Os créditos de Extensão devem ser lançados no histórico com a identificação “Créditos de Extensão”, seguido do nome do projeto no qual o estudante participou.

14. ATENDIMENTO ÀS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS

A organização curricular, os princípios e as diretrizes norteadoras da formação, abordados anteriormente, destacam claramente que o Curso de Serviço Social da UnB respeita e referencia politicamente os avanços da categoria profissional de Serviço Social, frutos que são da construção histórica e coletiva desta profissão conduzida pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS. O Projeto Pedagógico do Curso apóia-se nas legislações específicas referentes ao ensino superior e a profissão, quais sejam: Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (Lei 9.394/96), em seus artigos 12, 43, e 53; Lei de Regulamentação da Profissão dos Assistentes Sociais (Lei 8.662/93); Código de Ética Profissional de Serviço Social instituído pela Resolução (273/93) do Conselho Federal de Serviço Social; Resolução (15/2002) que estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social integrantes dos pareceres CNE/CES (492/2001) e

(1.363/2001), Resolução (02/2007) CNE/CES que dispõe sobre as carga horárias mínimas para os cursos de graduação, bacharelados na modalidade presencial; Lei (11788/2008) que dispõe sobre o estágio de estudantes; Resolução CFESS N° 533, de 29 de setembro de 2008 e outras correlatas que regulamentam a Supervisão Direta de Estágio no Serviço Social e demais documentos em anexo que se referem à formação profissional do Assistente Social.

15. USO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

O Curso de Serviço Social da UnB é totalmente presencial, de modo que as TCIS existentes e utilizadas possuem a função de apoio didático. As aulas são ministradas em auditórios e salas de aulas. Os atendimentos que demandam atendimentos individuais reservados também estão assegurados, seja nas salas dos professores, seja na sala da Coordenação. Do ponto de vista de acesso à informação, lançamento e verificação de notas e pré-matrícula, que é realizada diretamente pelos estudantes no sistema, a UnB está totalmente informatizada e isso é feito pela sua página eletrônica. Somente após realizar a pré-matrícula mediada pelas TCIS os discentes são atendidos pela Coordenação para orientação e ajustes nas disciplinas em que se matricularam, seguindo uma pré orientação da Coordenação.

Do ponto de vista didático, ou de uso das TCIS para fins instrucionais, três tipos de modalidade serão utilizadas para apoio didático: 1) o Serviço de Atendimento aos Usuários (SAU), que está descentralizado no Campus, e atende a demanda dos docentes para uso de equipamentos em sala (computador, Datashow, televisão, vídeos, etc); 2) a disponibilização diversos equipamentos pelo próprio Departamento (notebook e datashow), que também podem ser agendados e utilizados pelos docentes; 3) utilização da plataforma Moodle pelos docentes para contato, diálogo, distribuição de material didático, recebimento de trabalho, mediados pela TCIS. A plataforma, contudo, é utilizada apenas para apoio no processo ensino-aprendizagem, visto que o Departamento de Serviço Social tem uma posição teórico-político-didática de não ofertar seus Cursos à distância. O uso da plataforma Moodle é opcional e de interesse de cada professor.

Quanto à disponibilização de equipamentos para uso dos discentes, estes contam com o Laboratório de Informática do Instituto de Ciências Humanas, ao qual o Departamento de Serviço Social está vinculado, além de laboratório existente na Biblioteca Central (BCE).

16. AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

A avaliação do ensino e da aprendizagem é considerada como processo permanente e sistemático que deve ocorrer durante todas as etapas da formação e deve abranger todos os

componentes curriculares do curso. A finalidade da avaliação é compreender as diferentes variáveis que incidem sobre a qualidade do Curso e de sua formação, sem cair na versão produtivista e quantitativista.

No âmbito das disciplinas, os docentes possuem autonomia para estabelecer os mecanismos avaliativos dos discentes, que levam em consideração alguns princípios discutidos coletivamente: a) diversificação das modalidades e temporalidades das avaliações, ou seja, busca-se combinar diferentes tipos de avaliação (provas individuais, coletivas, trabalhos, seminários, apresentações, realização de investigações) em diferentes momentos da disciplina, em função de sua modalidade (disciplina teórica, disciplina prática, disciplina teórico-prática, etc); b) exploração da criatividade e capacidade de análise crítica dos discentes, em substituição a avaliações fundadas meramente na memória de conteúdos; c) estímulo a avaliações que explorem a capacidade criativa dos discentes no processo de abstração e absorção dos conteúdos. As avaliações realizadas pelos docentes ficam sob sua guarda/responsabilidade por um semestre, e os discentes possuem mecanismos legais/regimentais para contestação, recursos, e questionamento dos critérios avaliativos nas instâncias institucionais.

No âmbito dos Projetos de Pesquisa, as avaliações são realizadas internamente pela equipe e externamente pelas agências financiadoras das pesquisas, quando for o caso; os resultados das pesquisas são socializados no Congresso Anual de Iniciação Científica (CIC) da UnB, e avaliados por dois avaliadores externos, sendo um da área de Serviço Social e outro da área geral de Ciências Humanas e Sociais. Vários discentes do Departamento já receberam prêmios por suas pesquisas no âmbito do CIC. A participação em Projetos de Extensão também é avaliada pela própria equipe e as atividades são socializadas na Semana de Extensão, realizadas anualmente na UnB.

O desempenho dos discentes em atividades de monitoria nas disciplinas também é objeto de avaliação semestral, ao final da disciplina, com base em relatório preenchido pelo docente e pelo discente, que avaliam conjuntamente o desempenho na disciplina. No âmbito do Estágio, a avaliação será realizada conjuntamente pelos supervisores acadêmicos e de campo. O Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso (PTCC) é avaliado especificamente pelo professor orientador e o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é avaliado por banca composta por três profissionais, sendo o orientador, um docente do SER e o terceiro podendo ser docente ou profissional assistente social. Os procedimentos avaliativos estão em consonância com os princípios, orientações pedagógicas, objetivos e perfil dos egressos deste Projeto Pedagógico, que tem como pressuposto uma formação crítica, com forte ênfase na pesquisa e capacidade profissional de investigar o real como ato essencial de conhecimento (Ianni, 2004, p. 168).

17. AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

17.1. Do curso

Os componentes previstos neste Projeto Pedagógico (PPC) devem estabelecer articulação com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), quanto ao referencial teórico-metodológico, princípios e diretrizes, abordagens, estratégias e ações por meio de práticas institucionais sólidas e de ações desenvolvidas pelos sujeitos institucionais junto à sociedade que assumirão formas diversas conforme demandas e possibilidades reais contextualizadas e obedecendo a dinâmica da realidade.

O acompanhamento e avaliação do curso buscará atender às Metas e Estratégias traçadas pela UnB e as ações e projetos propostos pela Unidade Acadêmica para fortalecimento do Curso e do Departamento. Orientar-se-á também pela avaliação produzida das Unidades semestralmente no momento da avaliação docente. Requer também o acompanhamento da dinâmica das alterações e reais demandas do mercado de trabalho; criação de mecanismos de acompanhamento dos egressos na inserção no mercado de trabalho e o perfil correspondente ao referencial teórico-metodológico verificando a coerência entre as competências e habilidades desenvolvidas e as demandas profissionais. Este acompanhamento será realizado por meio de levantamento permanente da aprovação dos egressos em concursos públicos, da relação entre número de egressos e da entrada no mercado de trabalho, e adequação da formação oferecida às necessidades profissionais e sociais.

17.2. Das disciplinas

As disciplinas configuram-se em importante componente curricular que deve oferecer concreticidade ao Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e a observância da coerência das disciplinas com este, oferece garantia para uma adequada formação.

A avaliação utilizará, como um dos elementos, o resultado da avaliação produzida nas Unidades Acadêmicas semestralmente no momento da avaliação docente. O acompanhamento das disciplinas pelo Departamento será realizado por meio de oficinas periódicas com o objetivo de analisar ementas, programas e bibliografia das disciplinas, verificando o cumprimento das ementas e a necessidade de atualizações e/ou alterações e por meio da Comissão pedagógica criada no Departamento em 2009.

17.3. Do corpo docente

a) Formação

No processo de avaliação será considerado a compatibilidade da formação e trajetória profissional do docente, considerando as competências desenvolvidas que propiciam aos docentes

aptidões que o habilitam de forma mais adequada para disciplinas específicas, e sua formação geral para um conjunto ampliado de outras disciplinas. É importante reconhecer a formação generalista do docente bacharel em Serviço Social que o autoriza a lecionar toda e qualquer disciplina obrigatória em Serviço Social. A qualificação dos corpo docente constitui uma preocupação do Departamento, assegurada na Política de Afastamento em vigor no SER.

b) Pesquisa e Extensão

A pesquisa e inserção do docente em Grupos de Pesquisa cadastrados no CNPq é um elemento de avaliação a ser considerado permanentemente, pois constitui um importante indicador de produção de conhecimento envolvendo alunos da graduação e da pós-graduação. A socialização das pesquisas por meio da produção bibliográfica e técnica é outro importante elemento de avaliação docente. Outro item que deve compor a avaliação é a experiência profissional e acadêmica, tempo de dedicação, carga horária dos docentes se elas permitem que o mesmo realize todas as atividades previstas no plano pedagógico do curso.

c) Capacitação

O curso tem consolidado institucionalmente uma política de afastamento para capacitação permanente do corpo docente, o que permite uma qualificação e formação continuada no Departamento de Serviço Social da UnB.

17.3. Do Corpo Discente

O Departamento prevê mecanismos efetivos de incentivo, apoio, promoção e participação de eventos internos e externos no sentido de qualificar o processo de formação do corpo discente, previstos e aprovados no PDI do SER. Outro item destacado é o mecanismo de nivelamento para que os alunos possam se qualificar principalmente na produção de textos, artigos e outros. A vinculação a grupos de pesquisas do SER, assim como a participação em disciplinas de Prática de Pesquisa representam possibilidades para tal qualificação.

O processo de avaliação individual será realizado em cada um dos componentes curricular que o discente estiver vinculado, como disciplinas, monitoria, projetos de pesquisa, atividade e eventos de extensão, estágio, e TCC, dentre outros, sob a responsabilidade do professor/coordenador.

17.4. Do Corpo Técnico-administrativo

A avaliação do corpo de técnico-administrativo será realizada permanentemente pela gestão do Departamento e especificamente em período de progressão funcional, conforme normas institucionais.

A avaliação deve considerar a adequação da formação e experiência profissional do corpo técnico-administrativo ao projeto de desenvolvimento dos cursos diurno e noturno e do Departamento, bem como a compatibilidade da quantidade de profissionais às necessidades destes cursos.

18. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E ACADÊMICA

O Curso de Serviço Social da UnB se institucionaliza no Departamento de Serviço Social (SER), que por sua vez vincula-se à Unidade Acadêmica Instituto de Ciências Humanas, com participação de outros três Departamentos (Filosofia, História, Geografia).

18.1. O Colegiado Departamental

O Funcionamento dos Departamentos está regulamentado pelo Regimento Geral da UnB, em sua seção III, artigo 32 e seguintes. O Colegiado do Departamento é a instância máxima de deliberação do Curso sobre políticas, estratégias e rotinas acadêmicas e administrativas. O Colegiado é composto por todos os docentes em exercício, a representação discente e a representação técnico-administrativa, que correspondem, cada uma, a 1/5 do total dos membros docentes do Departamento. No SER, as reuniões do Colegiado do Curso ocorrem ordinariamente a cada 15 dias e, extraordinariamente, quando necessário. Todas as deliberações do Colegiado são registradas em atas e encaminhadas pela gestão, composta pela chefia, vice-chefia, coordenações de curso e coordenações de estágio. Conforme Regimento Geral da UnB, cabe ao Colegiado de Curso elaborar os planos de trabalho do Departamento; atribuir encargos de ensino, pesquisa e extensão ao pessoal docente que o integra; coordenar o trabalho do pessoal docente, visando à unidade e à eficiência do ensino, da pesquisa e da extensão; adotar ou sugerir as providências de ordem didática, científica e administrativa aconselháveis ao bom desenvolvimento dos trabalhos; aprovar os projetos de pesquisa e os planos dos cursos de especialização, de aperfeiçoamento e de extensão situados no seu âmbito de atuação; adotar providências para o aperfeiçoamento do seu pessoal docente; propor, pelo voto de 2/3 (dois terços) de seus membros, o afastamento ou a destituição do respectivo Chefe; decidir ou opinar sobre outras matérias de sua alçada.

18.2. Chefia e Vice Chefia

A gestão do Departamento de Serviço Social da UnB agrega sete cargos, a saber: chefia, vice-chefia, coordenações dos cursos de graduação diurno e noturno, coordenações de estágio diurno e noturno e coordenação de pós-graduação. Esta última está regulamentada pelo Regimento do Programa de Pós-graduação em Política Social (PPGPS) e sua eleição ocorre no Colegiado específico do PPGPS. Os demais cargos são eleitos por voto direto a cada dois anos, com participação de toda

comunidade do SER (docentes, discentes e funcionários técnico-administrativos). As regras são definidas no Colegiado Departamental e constam no Regimento Eleitoral. Historicamente, a eleição tem sido realizada com voto paritário entre os três segmentos.

Conforme artigo 37 do regimento Geral da UnB, compete à Chefia e Vice-Chefia (no impedimento da Chefia): administrar e representar o Departamento; convocar e presidir as reuniões do Departamento; submeter, na época devida, à consideração do Departamento, conforme instrução dos órgãos superiores, o plano das atividades a serem desenvolvidas em cada período letivo; fiscalizar a observância do regime acadêmico, o cumprimento dos programas de ensino e a execução dos demais planos de trabalho; verificar a frequência do pessoal lotado no Departamento, comunicando-a ao Diretor da Unidade Acadêmica; supervisionar, no plano administrativo, os cursos de especialização, de aperfeiçoamento e de extensão, bem como os projetos de pesquisa, realizados no âmbito do Departamento; zelar pela ordem no ambiente do Departamento e pelo patrimônio deste; cumprir e fazer cumprir as deliberações do Departamento, bem como os Atos e as decisões dos órgãos a que se subordina; administrar o pessoal técnico-administrativo do Departamento; elaborar relatório anual de atividades, durante o primeiro trimestre do ano seguinte.

18.3. Coordenação de Curso

As atividades de coordenação dos cursos diurno e noturno são realizadas por dois docentes, coordenadores de graduação, nos termos do Estatuto da UnB (Art. 50) e do Regimento Geral da UnB (Art. 91). Os Coordenadores tem como atribuições principais a orientação e acompanhamento dos estudantes, coordenação das atividades de graduação do curso, incluindo os trâmites de matrícula, ajuste e trancamento em disciplinas.

O Departamento conta ainda com a coordenação de Estágio em Serviço Social para os cursos diurno e noturno, que é exercida por dois professores coordenadores de estágio, responsáveis pela orientação, acompanhamento dos discentes estagiários, e seleção, organização e designação acadêmica das instituições campo de estágio em serviço social, conforme deliberação do Colegiado do Departamento de Serviço Social, e encaminhada solicitação de criação institucional desta função no quadro da UnB, por meio do DEG e DGP.

18.4. Corpo Docente

Atualmente o Departamento possui 31 (trinta e um) docentes do quadro permanente, 03 (três) professores substitutos, 03 (três) professores com lotação provisória e 03 (três) professores colaboradores (professores aposentados do SER que continuam vinculados ao Programa de Pós-graduação e, eventualmente, colaboram na graduação), para atendimento dos cursos de graduação

diurno e noturno e também da pós-graduação (mestrado e doutorado). Ressalta-se, ainda, o compromisso do Curso, a partir da adesão ao REUNI, de manter o quantitativo necessário de docentes para garantir a oferta das disciplinas obrigatórias e optativas do fluxo curricular dos cursos diurno e noturno, inclusive realizando gestão junto às instâncias superiores para a garantia de abertura de vagas para o curso (Ver anexo com relação dos docentes).

18.5. Corpo Técnico e Administrativo

O corpo técnico e administrativo visa ao atendimento dos estudantes, bem como para suprir as demandas acadêmicas e administrativas. O Departamento de Serviço Social conta com 08 profissionais em seu corpo técnico-administrativo, sendo 05 assistentes de administração, 01 Técnico em Assuntos Educacionais, 01 Auxiliar Operacional e 01 Secretária Executiva (Ver relação em anexo).

De forma geral, a equipe administrativa tem como atribuições prestar suportes administrativos, acadêmicos e logísticos aos cursos; atendimento a docentes e estudantes, fornecendo e recebendo informações; recebimento, organização e despacho de documentos variados; assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

19. INFRAESTRUTURA FÍSICA

Para o desenvolvimento das atividades administrativas e acadêmicas, o Departamento de Serviço Social (SER) está localizado no *Campus* Universitário Darcy Ribeiro, Instituto Central de Ciências - ICC Centro, Mezanino, B1 432, Asa Norte, Brasília-DF, CEP: 70910-900. O Departamento possui uma Secretaria, uma sala de reunião, 14 (quatorze) salas de professores, 02 (dois) banheiros e 01 (uma) copa equipada com geladeira, forno de micro-ondas, mesa, cadeiras, armário e pia. Conta ainda com 01 (uma) sala de Pós-Graduação para discentes, e 01 (uma) sala de coordenação de graduação e 01 sala de coordenação de estágio. Com a adesão ao REUNI, o Departamento adquiriu novos equipamentos para suprir a necessidades dos professores contratados, como notebooks, impressoras, mesas, cadeiras e armários.

20. BIBLIOGRAFIA

ABEPSS, CFESS, ENESSO, *Documento síntese do Seminário: Reforma do Ensino Superior: A Regulamentação da LDB e as Implicações para o Serviço Social*. Brasília, dezembro de 1999.

ABESS/ CEDEPSS, “Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social (Com base no currículo mínimo aprovado em Assembléia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996)”, in *Cadernos ABESS n°7. Formação Profissional: Trajetória e Desafios. Ed. Especial*. São Paulo, Cortez, 1997.

ABESS/ CEDEPSS, *Avaliação da Formação Profissional pós Novo Currículo: Avanços e Desafios* –

- Relatório Preliminar de Pesquisa. Cadernos ABESS nº. 04, 1991.
- ABESS/ CEDEPSS, Revisão Curricular do Curso de Serviço Social. Caderno. In: Cadernos ABESS nº. 06, 1993.
- ABESS/CEDEPSS, “Proposta básica para o projeto de formação profissional”, 1995, in *Revista Serviço Social e Sociedade*, nº 50, São Paulo, Cortez, abril 1999.
- ANDES, Cadernos Andes nº 2, *Proposta da ANDES/SN para a universidade brasileira*, junho de 1996.
- BEHRING, Elaine. Brasil em Contrarreforma. Desestruturação do Estado e Perda de Direitos. São Paulo, Cortez, 2003.
- BRASIL, Lei nº 9.394. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, publicada no D.O.U. de 23 de dezembro de 1996.
- BRASIL, Decreto nº 2.494, de 10 de fevereiro de 1998 (regulamenta o artigo 80 da LDB).
- BRASIL, Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993. Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social.
- BRASIL/MEC, Parecer da Comissão de Especialistas para as Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social, Brasília, fevereiro de 1999.
- BRASIL/MEC, Portaria nº 301, de 7 de abril de 1998.
- BRASIL/MEC/CNE/CES, Resolução 15, de 13 de março de 2002. Estabelece as Diretrizes para os Cursos de Serviço Social.
- BRASIL/MEC/CNE/CES, Resolução 02, de 18 de junho de 2007. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.
- BRASIL/MEC/CNE/CES. Parecer n. 1263, de 12 de dezembro de 2001. Retifica Parecer CNE/CES 492/2001, que trata da aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia.
- CFESS, Resolução CFESS nº 273, de 13 de março de 1993. Institui o código de Ética *Profissional* dos Assistentes Sociais.
- CFESS, Resolução CFESS Nº 533, de 29 de setembro de 2008. Dispõe sobre a Supervisão Direta em Serviço Social.
- Iamamoto, Marilda. A Questão Social no Capitalismo. In Revista *Temporalis* n. 02, Brasília, ABEPSS, 1999. 2001.
- Ianni, Octávio. Estado e Capitalismo. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2004.
- MEC/CFE, Parecer nº. 412, de 04.08.1982.
- NETTO, José Paulo, “A Construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea”, in CFESS, ABEPSS, CEAD-UnB, *Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social*, Programa de capacitação Continuada para Assistentes Sociais, Brasília, 1999
- Pereira, Potyara. História do Curso de Serviço Social da Universidade de Brasília. São Paulo, Revista *Serviço Social e Sociedade*, v. 01, 2009.
- UnB/CEPE, Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão nº 87/2006.
- UnB/CEPE/, Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, nº 219/96 de 18 de dezembro de 1996

Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social da UnB - Diurno

UnB/SER, Resolução nº 80/2011 do Departamento de Serviço Social.

ANEXOS



REGULAMENTO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Art. 1º - O curso de graduação diurno de Bacharelado em Serviço Social destina-se à formação profissional de assistentes sociais.

Art. 2º - O curso será ministrado em duração plena, abrange um total mínimo de 200 (duzentos) créditos, 3000 (três mil) horas, sendo o limite de integralização de Módulo Livre – (ML) estabelecido em 24 (vinte e quatro) créditos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As disciplinas obrigatórias perfazem um total de 140 créditos, 2100 (duas mil e cem) horas, as disciplinas optativas e/ou de Módulo Livre um total de 60 créditos, 900 (novecentas) horas;

PARÁGRAFO SEGUNDO: As atividades complementares equivalem a no máximo 06 créditos, 90 (noventa) horas.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O Estágio Curricular Supervisionado em Serviço Social, corresponde a 16% da carga horária total do curso, distribuídos em duas disciplina (s) de 16 créditos, perfazendo um total de 32 créditos, 480 (quatrocentos e oitenta horas).

Art. 3º - O curso incluirá as seguintes disciplinas obrigatórias (A) e optativas da área de concentração (AC) ou de domínio conexo (DC)

CÓDIGO	DISCIPLINA	CRÉDITOS	PRÉ-REQUISITO
138967 -AC (A)	Economia Política e Capitalismo (criação)	04	Sem Pré-requisito
138894 - AC(A)	Seguridade Social 1 – Previdência Social	04	136484
136841 – AC(A)	Seguridade Social 2 - Saúde	04	136484
100455 - AC (A)	Seguridade Social 3 – Assistência Social (criação)	04	136484
136484 – AC (A)	Política Social	04	Sem Pré-requisito
136581 – AC (A)	Introdução ao Serviço Social	04	Sem Pré-requisito
136638 – AC (A)	Movimentos Sociais	04	Sem Pré-requisito
136646 - AC (A)	Fundamentos Éticos e Ética Profissional	04	137553 e 136581
136654 - AC (A)	Trabalho de Conclusão de Curso	06	136891

Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social da UnB - Diurno

136719 - AC (A)	Pesquisa Social 1	04	136581
136727 - AC (A)	Planejamento, Administração e Gestão Social	04	136484
136891 - AC (A)	Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso	04	136999 e 136981
138711 - AC (A)	Estágio em Serviço Social 1	16	136646 e 138673
138720 - AC (A)	Estágio em Serviço Social 2	16	138711
136999 - AC (A)	Pesquisa Social 2	04	136719
138649 - AC (A)	Fundamentos Históricos e Teórico- Metodológicos do Serviço Social 1	04	136581
138665 - AC (A)	Fundamentos Históricos e Teórico- Metodológicos do Serviço Social 2	04	136778 e 138649
138673 - AC (A)	Fundamentos Históricos e Teórico- Metodológicos do Serviço Social 3	04	138665
138754 - AC (A)	Processos de Trabalho e Serviço Social 1	04	138673
138819 - AC (A)	Processos de Trabalho e Serviço Social 2	04	138754
138738 - AC (A)	Questão Social e Serviço Social	04	Sem Pré-Requisito.
138762 - AC (A)	Trabalho e Sociabilidade	04	136484
138851 - AC	Prática de Pesquisa 1	04	136719
138860 - AC	Prática de Pesquisa 2	04	136719
138878 - AC	Prática de Pesquisa 3	04	136719
138886 - AC	Prática de Pesquisa 4	04	136719
138924 - AC	Práticas de Informática em Serviço Social	04	136581
136794 - AC	Questão Urbana e Política Habitacional	04	136484
138541 - AC	Tópicos Especiais em Política Social	04	136484
136786 - AC	Tópicos Especiais em Serviço Social	04	136581
136816 - AC	Infância, Adolescência e Cidadania	04	136484
136832 - AC	Política Social - Trabalho	04	136484
136824 - AC	Política Social - Educação	04	136484
136778 - AC	Tópicos Especiais em Pesquisa Social	04	136581
- AC	Relações Sociais, família e Serviço Social (criação)	04	Sem Pré-requisito
136620 - AC	Análise de Políticas Sociais	04	136484
136166 - AC	Gênero, raça/etnia e política social	04	Sem Pré-requisito
209066 - AC	Oficina de Estágio Supervisionado em Serviço Social 1 (criação)	04	138720
209074 - AC	Oficina de Estágio Supervisionado em Serviço Social 2 (criação)	04	209066
207594 - AC	Métodos e Técnicas Quantitativos e Qualitativos em Pesquisa Social	04	Sem Pré-Requisito
137553 - DC (A)	Introdução à Filosofia	04	Sem Pré-Requisito
124010 - DC (A)	Introdução à Psicologia	04	Sem Pré-Requisito
135011 - DC (A)	Introdução à Antropologia	04	Sem Pré-Requisito
134465 - DC (A)	Introdução à Sociologia	04	Sem Pré-Requisito
134473 - DC (A)	Teoria Sociológica 1	06	134465
115011 - DC	Estatística Aplicada	06	Sem Pré-Requisito
124028 - DC	Psicologia Social	06	Sem Pré-Requisito
124036 - DC	Psicologia da Personalidade 1	04	Sem Pré-Requisito
124044 - DC	Psicologia da Infância	06	Sem Pré-Requisito
124052 - DC	Psicologia da Aprendizagem 1	06	Sem Pré-Requisito
124087 - DC	Psicologia da Adolescência 1	06	124044

Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social da UnB - Diurno

124095 – DC	Psicologia do Desenvolvimento Infantil 2	06	124044
124109 – DC	Psicologia Geral Experimental	06	Sem Pré-Requisito
124125 – DC	Psicologia do Desenvolvimento da Adolescência 2	04	124087
124338 – DC	Psicologia do Excepcional 1	06	124044 e 124052
132012 – DC	Introdução à Economia	04	Sem Pré-Requisito
132039 – DC	Formação Econômica do Brasil	04	132012
134074 – DC	Introdução à Metodologia das Ciências Sociais	04	134465
134694 – DC	Pensamento Sociológico Latino-Americano	04	134465 e 134473 ou 134465 e 135470 e 135488
134805 – DC	Sociologia da Ciência	04	134465 e 134473 ou 134465 e 135470 e 135488
134864 – DC	Teoria Sociologia 3	06	134465 e 134473
134899 – DC	Estrutura e Mudanças Sociais	04	134465 e 134473 ou 134465 e 135470 e 135488
134929 – DC	Sociologia da Ideologia	04	134465 e 134473 ou 134465 e 135470 e 135488
134945 – DC	Métodos Sociológicos	06	134465 e 134473 ou 134465 e 135470 e 135488
134953 – DC	Técnicas da Pesquisa	06	115011 e 134465 e 134074 e 134473 ou 134945 e 115011 e 134465 e 137596 e 135470 e 135488 e 134945
134988 – DC	Sociologia Urbana	04	134473 e 134465 ou 134465 e 135470 e 135488
135020 – DC	Antropologia Cultural	04	135011
135038 – DC	Mulher, Cultura e Sociedade	04	135020 ou 153010 ou 124028 ou 1351
135143 – DC	Sociedades Complexas	04	135020 ou 153010 ou 124028 ou 137472 ou 139149 ou 185051 ou 135194
135267 – DC	Indivíduo, Cultura e Sociedade	04	135020 ou 171051 ou 173215 ou 124028 ou 153010 ou 135194 ou 139149
135321 – DC	Antropologia Política	04	135020 ou 153010 ou 124028 ou 135194 ou 139149
135461 – DC	Teorias Sociológicas Contemporâneas 1	06	134473 ou 135488 e 135470
137448 – DC	História da Filosofia Moderna	04	137430
137456 – DC	História da Filosofia Contemporânea	04	137448
137472 – DC	Teoria do Conhecimento	04	Sem Pré-Requisito
137511 - DC	Antropologia Filosófica	04	Sem Pré-Requisito
137952 - DC	Dialética	04	Sem Pré-Requisito
137626 - DC	Filosofia Social e Política	04	Sem Pré-Requisito
137936 – DC	Fenomenologia	04	Sem Pré-Requisito
137944 – DC	Filosofia Marxista	04	Sem Pré-Requisito
137979 – DC	Existencialismo	04	Sem Pré-Requisito
139203 – DC	História Social e Política do Brasil	04	Sem Pré-Requisito
140481 – DC	Leitura e Produção de Textos	04	Sem Pré-Requisito
142000 – DC	Francês Instrumental 1	04	Sem Pré-Requisito
142328 – DC	Língua Espanhola 1	04	Sem Pré-Requisito

Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social da UnB - Diurno

145017 – DC	Teorias da Comunicação 1	04	Sem Pré-Requisito
145971 – DC	Inglês Instrumental 1	04	Sem Pré-Requisito
147630 – DC	Língua Chinesa 1	04	Sem Pré-Requisito
150649– DC	Língua Sinais Bras - Básico	04	Sem Pré-Requisito
150711 -DC	Língua Sinais Bras - Intermediário		150649
173029 – DC	Saúde e Sociedade 1	04	174033 ou 173215 ou 136484
173223 - DC	Saúde Familiar	04	173029 ou 136841
174106 – DC	Saúde Mental em Saúde Coletiva	03	173029
175013 – DC	Prática Desportiva 1	02	Sem Pré-Requisito
175021 - DC	Prática Desportiva 2	02	175013
181013 - DC	Introdução à Administração	04	Sem Pré-Requisito
181218 - DC	Governo e Administração no Brasil	04	181021 ou 181111
184080 - DC	Legislação Social	04	Sem Pré-Requisito
185035 - DC	Introdução à Ciência Política	04	Sem Pré-Requisito
185051 - DC	Teoria Política 1	04	185035
185116 - DC	Política Brasileira	04	185035 e 185051
186082 - DC	Planejamento da Ação Governamental	04	181218
186091 - DC	Administração de Serviços Públicos	04	186082
186147 - DC	Formulação de Políticas Públicas e Gestão Governamental	04	186180
199851 – DC	Direitos Humanos e Cidadania	04	Sem Pré-Requisito

PARÁGRADO ÚNICO: O número de créditos das disciplinas e atividades fixadas neste artigo poderá variar de um para outro período letivo, conforme o indique a experiência do ensino e que seja aprovada em reunião de colegiado departamental.

Art. 4º - O estudante deverá ser aprovado nas disciplinas listadas no artigo anterior como obrigatórias, e tantas disciplinas optativas e/ou de Módulo Livre (**ML**) e/ou atividades complementares, quantas sejam necessárias para integralizar o total de créditos, conforme referido no **Art. 2º**.

Art. 5º O tempo de permanência no curso será de 07 (sete) semestres no mínimo, e de 14 (quatorze) semestres no máximo. O número máximo de créditos cursados em um semestre letivo não poderá ultrapassar a 30 (trinta) créditos e o número mínimo previsto é de 14 (quatorze) créditos.

PARÁGRAFO ÚNICO: Estes limites não serão considerados quando as disciplinas pleiteadas forem às últimas necessárias à conclusão do curso.

Art. 6º A coordenação didática pedagógica do curso cabe ao Colegiado do Departamento de Serviço Social e ao Instituto de Ciências Humanas.



Equivalência entre Diretrizes Curriculares e Currículo Pleno

IDENTIFICAÇÃO

Curso de Serviço Social

Habilitação: Assistente Social

Resolução de criação: Decreto 74194-DOU 21/06/1974

Matérias das Diretrizes Curriculares	Disciplinas do Currículo Pleno
Sociologia	SOL – 134465 - Introdução à Sociologia SER – 138967- Economia Política e Capitalismo SOL – 134473 - Teoria Sociológica 1
Teoria Política	SER – 136484 - Política Social SER – 138967 - Economia Política e Capitalismo
Economia Política	SER – 138967- Economia Política e Capitalismo
Filosofia	FIL – 137553 - Introdução à Filosofia
Psicologia	PPB – 124010 - Introdução à Psicologia
Antropologia	DAN – 135011 - Introdução à Antropologia
Formação Sócio-histórica do Brasil	SER – 138738 - Questão Social e Serviço Social SER – 138649 - Fundamentos Históricos e Teórico- Metodológicos do Serviço Social 1 SER - 138665 - Fundamentos Históricos e Teórico- Metodológicos do Serviço Social 2 SER - 138673 - Fundamentos Históricos e Teórico- Metodológicos do Serviço Social 3
Direito e Legislação Social	SER – 138894 -Seguridade Social 1 - Previdência Social SER – 136841 - Seguridade Social 2 – Saúde SER – 100455 - Seguridade Social 3 – Assistência Social
Política Social	SER – 136484 - Política Social SER – 138894 - Seguridade Social 1 - Previdência Social SER – 136841 - Seguridade Social 2 – Saúde SER – 100455- Seguridade Social 3 – Assistência Social
Desenvolvimento Capitalista e Questão Social	SER – 138738 -Questão Social e Serviço Social
Classes e Movimentos Sociais	SER – 138738 - Questão Social e Serviço Social SER - 136638 - Movimentos sociais
Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social	SER – 136581 - Introdução ao Serviço Social SER – 138649 - Fundamentos Históricos e Teórico- Metodológicos do Serviço Social 1 SER – 138665 - Fundamentos Históricos e Teórico-

Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social da UnB - Diurno

	Metodológicos do Serviço Social 2 SER – 138673 - Fundamentos Históricos e Teórico- Metodológicos do Serviço Social 3
Trabalho e Sociabilidade	SER – 138762 - Trabalho e Sociabilidade
Serviço Social e Processos de Trabalho	SER –138754 - Processos de Trabalho e Serviço Social 1 SER – 138819 - Processos de Trabalho e Serviço Social 2
Administração e Planejamento em Serviço Social	SER – 136727 – Planejamento, Administração e Gestão Social
Pesquisa em Serviço Social	SER – 207594 Métodos e Técnicas em Pesquisa Social124028 SER – 136719 – Pesquisa Social 1 SER – 136999 – Pesquisa Social 2
Ética Profissional	SER – 136646 - Fundamentos Éticos e Ética Profissional
Estágio Supervisionado	SER – 138711 – Estágio em Serviço Social 1 SER – 138720 – Estágio em Serviço Social 2
Trabalho de Conclusão de Curso	SER – 136891 – Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso SER – 136654 – Trabalho de Conclusão de Curso



CURSO: SERVIÇO SOCIAL DIURNO

TOTAL DE CRÉDITOS DO CURSO: 200

QUADRO DE DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS

CÓDIGO	DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS	CRÉDITOS
136581	Introdução ao Serviço Social	04
138738	Questão Social e Serviço Social	04
138967	Economia Política e Capitalismo	04
134465	Introdução a Sociologia	04
135011	Introdução a Antropologia	04
138649	FHTM 1	04
136484	Política Social	04
134473	Teoria Sociologia 1	06
124010	Introdução à Psicologia	04
136638	Movimentos Sociais	04
138665	FHTM 2	04
138762	Trabalho e Sociabilidade	04
137553	Introdução a Filosofia	04
136719	Pesquisa Social 1	04
138894	Seguridade Social 1 – Previdência Social	04
138673	FHTM 3	04
136646	Fundamentos Éticos e Ética Profissional	04
136999	Pesquisa Social 2	04
136841	Seguridade Social 2 – Saúde	04
138754	Processo de Trabalho e Serviço Social 1	04
207594	Métodos e Técnicas em Pesquisa Social	04
138711	Estágio Supervisionado em Serviço Social 1	16
100455	Seguridade Social 3 – Assistência Social	04
138819	Processo de Trabalho e Serviço Social 2	04
138720	Estágio Supervisionado em Serviço Social 2	16
136727	Planejamento, Administração e Gestão Social	04
136891	PTCC	04
136654	TCC	06
TOTAL		140

QUADRO DEMONSTRATIVO REFERENTE À CARGA HORÁRIA OBRIGATÓRIA E OPTATIVA

Modalidade	Número de Créditos	Percentual	Carga Horária (em hrs)
Obrigatória	140	70%	2100
Optativa	60	30%	900
Total	200	100%	3000

Universidade de Brasília - UnB
Instituto de Ciências Humanas - IH
Departamento de Serviço Social - SER

Política de Estágio Curricular do Curso de Serviço Social

Elaboração: Comissão de Política de Estágio do Fórum Permanente de Supervisores e estudantes em Serviço Social da UnB / Coordenação de Graduação SER/UnB

Dezembro /2004

SUMÁRIO

- O Estágio Supervisionado no contexto do novo Currículo

- Das disposições legais

- Da relação Universidade e Instituição
 - 3.1 – Parcerias
 - 3.2 - Requisitos para abertura de campo de estágio
 - 3.3 - Atribuições

- Da Organização pedagógica do Estágio
 - 4.1- Ementas
 - 4.2- Objetivos
 - 4.3- Caracterização das disciplinas Estágio Supervisionado I e II
 - 4.4- Áreas temáticas

- Da sistematização do Estágio
 - 5.1 - Planejamento
 - 5.2 - Registro e documentação
 - 5.3 - Inserção do aluno/a no estágio supervisionado
 - 5.4 - Observações Gerais

- Da avaliação
 - 6.1 - Conhecimentos e Habilidades
 - 6.2 - Atitudes
 - 6.3 - Habilidades de Sistematização

- 7 - Referências Bibliográficas

1 – O Estágio Supervisionado no contexto do novo Currículo.

A questão da formação profissional em Serviço Social tem sido objeto de intensas polêmicas, sobretudo no que tange a indissociabilidade entre ensino teórico x ensino da prática profissional. No sentido de superar as dicotomias existentes e articular os conteúdos constitutivos da formação profissional do Assistente Social é que as 64 unidades de ensino de Serviço Social no Brasil, filiadas à Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS aprovaram em sua Assembléia Geral Extraordinária de 08 de Novembro de 1996.

A proposta de Currículo Mínimo para o Curso de Graduação em serviço social, o qual constitui hoje o processo nº 23999.00150/97-48 em análise pelo Conselho Nacional de Educação. Tal documento caracteriza-se como um marco na redefinição da formação profissional em Serviço Social, articulando os conteúdos teóricos com a prática, e também definindo a pesquisa e a extensão como atividades constitutivas da formação. De outra parte, a viabilidade e implementação do projeto em cada unidade de ensino demanda o engajamento do conjunto de professores, dos assistentes sociais supervisores de campo e dos alunos/ as, assim como dos órgãos responsáveis pela política de formação, fiscalização e regulamentação do exercício profissional em Serviço Social.

A conformação do referido projeto possui uma nova lógica curricular que articula os conhecimentos constituídos pelos seguintes núcleos de fundamentação da formação profissional:

Núcleo de fundamentos teórico-metodológico da vida social, o qual articula os fundamentos éticos e teórico-metodológicos da formação e do exercício profissional:

Núcleo de fundamentos sócio-histórico da sociedade brasileira, o qual compreende a análise histórica do Serviço Social em seu caráter contraditório, no âmbito das relações interclasses e, destas com o Estado, assim como as dinâmicas institucionais nas esferas estatais e privada:

Núcleo de fundamentos do trabalho profissional, no qual se insere o estágio supervisionado, por compreender “...todos os elementos constitutivos do Serviço Social, como uma especialização do trabalho: suas trajetórias históricas, teóricas, metodológicas e técnica, os componentes éticos que envolvem o exercício profissional, a pesquisa, o planejamento e a administração em serviço social...” (Doc.MEC, 1999).

Assim, essa lógica possui caráter inovador por se propor à superação de “... fragmentações do processo de ensino e aprendizagem, abrindo novos caminhos para a construção de conhecimentos como experiência concreta no decorrer da própria formação profissional” (Doc. MEC, 1999)

2 – Das disposições legais:

O Estágio Supervisionado é uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno/a no espaço sócio-institucional, objetivando capacitá-lo para o exercício profissional, o que pressupõe supervisão sistemática, realizada pelo professor supervisor e pelo profissional do campo, com base em planos de estágio elaborados em conjunto pelas unidades de ensino e organizações que oferecem estágio.

A obrigatoriedade do Estágio Supervisionado no curso de Serviço Social obedece a alguns dispositivos legais, a saber:

- Lei nº 6.494, de 07 de dezembro de 1977 – dispõe sobre os estágios de estabelecimento de ensino superior e de ensino profissionalizante do 2º grau e supletivo e dá outras providências.
- Decreto nº 87.497, de 18 de agosto de 1982 – regulamenta a Lei nº 6.494, que dispõe sobre o estágio de estudantes de estabelecimento de ensino superior e de 2º grau regular ou supletivo, nos

limites e dá outras providências.

- Resolução CEPE/UnB nº 054, de 09 de novembro de 1987 – dispõe sobre os Estágios Curriculares Supervisionados.

- Termo de compromisso de estágio – CADE - s/d - em vigência – instrumento firmado nos termos da Lei nº 6.494 de 7 de dezembro de 1977, do Decreto nº 87.497 de 18 de agosto de 1982 e do e assinado pela instituição concedente, pelo aluno e pela universidade. Dispõe sobre a solicitação e a formalização do estágio.

- Lei 8662 de 07 de junho de 1993: dispõe sobre a profissão do assistente social e dá outras providências

3. Da Relação Universidade e Instituição

3.1 – Parcerias

O Estágio Supervisionado deverá seguir normatização instruída por convênio ou obedecer a um termo de compromisso que é celebrado no primeiro caso entre o representante legal da FUB, o Reitor, e o representante legal da representante, com uma vigência média de dois anos prorrogável até o prazo de cinco anos. No segundo caso é celebrado entre o estudante e a convenente, com a participação da Universidade representada pelo diretor do CADE, com vigência semestral, podendo ser renovada até o prazo máximo de quatro semestres (Documento CADE, s/d, em vigência).

3.2 – Critérios para abertura de campo de estágio

Para que uma instituição venha receber estagiário de Serviço Social deverá satisfazer as seguintes exigências:

- Constar em seu quadro de funcionários, o profissional de Serviço Social;

- Estar implementando programas e projetos de intervenção relacionados às áreas de atuação do Serviço Social;

- Apresentar um plano de estágio que: possibilite aprendizagem; contextualize a instituição enquanto estrutura, dinâmica e relação de poder; contextualize o serviço social na instituição; considere as competências do serviço social e atribuições do assistente social; e garanta que o profissional que fará a supervisão tenha no mínimo, um ano de trabalho na instituição.

- Oferecer e garantir as condições indispensáveis ao aprendizado do estagiário, relacionado ao espaço físico, tempo e disponibilidade do profissional de Serviço Social para supervisão;

- Assegurar a permanência do estagiário, no mesmo campo de estágio, pelo período de duração do estágio curricular, equivalente a dois (2) semestres letivos consecutivos;

- Comunicar imediatamente ao Supervisor Acadêmico qualquer alteração ocorrida no campo de estágio que interfira na programação estabelecida;

- Responsabilizar-se perante o Departamento de Serviço Social por aluno/as encaminhados oficialmente pela Coordenação de Graduação;

- Possibilitar ao Supervisor de Campo o exercício das responsabilidades inerentes à supervisão,

bem como o entrosamento com o Departamento de Serviço Social da UnB

3.3. Atribuições

Do Coordenador de Estágio

- Professor do Departamento de Serviço Social responsável, juntamente com os demais professores supervisores, pela coordenação de estágio.

Ao Coordenador de Estágio compete:

- Articular com as instituições objetivando a formalização de convênios para abertura de campo de estágio, por solicitação das mesmas, da UnB ou por sugestão de aluno/as;

- Orientar os aluno/as quanto à matrícula em estágio, ao horário disponível (considerando horário de funcionamento da Instituição) para efetivo cumprimento da carga horária mínima exigida;

- Encaminhar os estagiários à Instituição campo de estágio, com comunicação prévia à Unidade de atuação do estagiário;

- Convocar, periodicamente, reuniões com supervisores de campo, supervisores acadêmicos e aluno/as;

- Viabilizar a capacitação de supervisores de campo, através de treinamentos, cursos, eventos de extensão e outros.

Do Supervisor Acadêmico

- Professores do Departamento de Serviço Social, responsáveis pela orientação do aluno/a e pelo intercâmbio com os supervisores de campo.

Ao Supervisor Acadêmico compete:

- Estabelecer critérios de seleção para os candidatos à vaga de estágio;

- Preparar os aluno/as para o início do estágio e orientar quanto à documentação necessária ao registro e desenvolvimento da ação;

- Realizar visita aos campos de estágio pelo menos duas vezes ao semestre; com pauta previamente definida com o Supervisor de Campo;

- Acompanhar e avaliar o desenvolvimento acadêmico do aluno/a, segundo critérios definidos no item “Da avaliação”, considerando a participação do Supervisor de Campo;

- Definir com o Supervisor de campo a documentação e os instrumentos de avaliação a serem adotados;

- Viabilizar encontros de supervisão, para discussões teórico-conceituais a parti de temas relacionados a cada área de atuação, juntamente com o Supervisor de Campo e o aluno/a;

Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social da UnB - Diurno

- Indicar leituras e referências bibliográficas relativas às temáticas específicas de cada campo;
- Realizar reuniões periódicas com supervisores de campo e aluno/as;
- Manter o Supervisor de Campo informado quanto aos trabalhos solicitados ao aluno/a, relativos ao estágio supervisionado;
- Ministrando uma aula semanal com duração de duas horas.
- Fazer o mapeamento dos campos de estágio e respectivos supervisores, número de vagas, resumo do trabalho, horário e remuneração (no caso de existir);
- Mediar possíveis conflitos no campo de estágio.

Do Supervisor de Campo

- Assistente Social da Instituição a quem cabe realizar sistematicamente a supervisão.

Ao Supervisor de Campo compete:

- Preparar agenda do semestre, juntamente com o Supervisor Acadêmico, quanto à forma e ao conteúdo da supervisão de campo: horários, atividades, dias de supervisão, leituras, projeto de trabalho e outros;
- Realizar de forma autônoma, orientação bibliográfica de acordo com a temática específica do campo de estágio, tendo como referência a ementa e os objetivos da disciplina Estágio Supervisionada;
- Realizar o acompanhamento do estagiário, considerando as seguintes etapas:
 - Contato inicial com o aluno/a para a identificação de suas expectativas, bem como para o estabelecimento do Plano de atividades do semestre;
 - Viabilizar ao aluno/a o conhecimento prévio da Instituição, destacando a inserção do Serviço Social na realidade Institucional, seus objetivos e diretrizes de trabalho;
 - Explicitar para os aluno/as, os objetivos do estágio, do ponto de vista institucional, a partir das atribuições do Serviço Social;
 - Realizar reuniões periódicas (semanais) com os aluno/as, para discussão de questões verificadas em sua vivência institucional durante o estágio;
 - Elaborar e manter registro da documentação relacionada ao estágio, como forma de constituir um acervo, bem como incentivar o aluno (a) a adotar esse procedimento;
 - Orientar o aluno/a quanto à utilização de instrumental técnico-operativo e, quanto ao domínio de procedimentos e atividades do Serviço Social;
 - Estabelecer uma sistemática de avaliação do aluno/a com base nos objetivos previamente estabelecidos para o estágio.
- Registrar a frequência do estudante.

Do Estágio

- Aluno/a regularmente matriculado no Curso de Serviço Social, que já cumpriu os pré-requisitos necessários à disciplina Estágio Supervisionado.

Compromissos e direitos do estagiário:

- Comparecer ao campo de estágio nos dias e horários estabelecidos;
- Comparecer às aulas de supervisão, conforme matrícula efetuada;
- Conhecer e observar as recomendações contidas no documento “Diretrizes para Estágio Supervisionado”;
- Desenvolver suas atribuições com responsabilidade;
- Interessar-se e participar dos programas da Instituição campo de estágio;
- Comparecer à Coordenação de Graduação e de Estágio, quando convocado e sempre que houver necessidade;
- Consultar o Supervisor de Campo e Acadêmico, de forma sistemática e, sobretudo, em situações novas;
- Consultar e comunicar aos Supervisores de Campo e Acadêmicos sobre qualquer impedimento à continuidade do Estágio, antes de deixá-lo, apresentando as devidas justificativas;
- Elaborar e entregar a documentação nos prazos estabelecidos pelos Supervisores de Campo e Acadêmicos;
- Desenvolver a capacidade de análise e avaliação críticas necessárias ao bom desempenho acadêmico, recorrendo ao conteúdo teórico-conceitual apreendido até então;
- Receber a orientação necessária para realizar as atividades curriculares previstas no estágio;
- Apresentar solicitação ou sugestão que venha a contribuir para o melhor desenvolvimento das atividades de estágio;
- Expor aos supervisores as dificuldades encontradas, para procurar, de forma conjunta, atenuá-la ou solucioná-las;
- Ser informado, previamente, de qualquer mudança de rotina no estágio;
- Ser permanentemente informado sobre a avaliação do seu desempenho, objetivando constante aperfeiçoamento;
- Conhecer o Código de Ética Profissional;
- Manter atualizada a leitura solicitada pelo supervisor, de campo e acadêmico;
- Discutir com o Supervisor de Campo e acadêmico, os Relatórios de Estágio.

4 - Da Organização Pedagógica do Estágio

4.1 – No âmbito da Universidade

A cada semestre haverá a participação do Fórum..., na aula inaugural, com a apresentação dos campos de Estágio;

Haverá uma avaliação anual dos campos de estágio realizada por uma comissão do Fórum..., ao final de cada ano;

Deverá ser organizada uma reunião antes da matrícula na disciplina de Estágio Supervisionado em Serviço Social 1, onde será apresentado o mapa dos campos, número de vagas, resumo do trabalho, horário e remuneração (no caso de existir);

Ementas

Estágio Supervisionado em Serviço Social 1 (136972)

Exercício teórico-prático mediante a inserção do aluno/a nos diferentes espaços institucionais em que atuam os Assistentes Sociais nas esferas públicas e privadas. Conhecimento das expressões da questão social que constituem o objeto de intervenção profissional. Conhecimento da realidade institucional, identificação dos recursos existentes e das relações de força existentes. Problematização teórico-metodológica e sistematização das possibilidades de atuação profissional com vistas à elaboração do plano de intervenção.

Estágio Supervisionado em Serviço Social 2 (136981)

Exercício teórico-prático mediante a inserção do aluno/a nos diferentes espaços institucionais em que atuam os Assistentes Sociais nas esferas públicas e privadas. Implementação do plano de intervenção do estagiário articulado à discussão teórico-metodológica e a utilização dos instrumentais técnico-operativo do Serviço Social, pertinente às necessidades sociais identificadas.

4.2- Objetivos

Objetivo Geral:

Oferecer ao aluno/a a oportunidade de articulação entre o conhecimento teórico apreendido nas diversas disciplinas do curso e o desenvolvimento da prática profissional nas diferentes inserções.

Objetivos Específicos do Estágio Supervisionado I

- Discutir, do ponto de vista conceitual, a supervisão de estágio como parte constitutiva do processo de formação profissional considerando a relação supervisor de campo e estagiários;
- Capacitar o aluno/a para o exercício profissional mediante sua inserção nos diferentes espaços institucionais nas esferas públicas e privadas do Serviço Social;
- Possibilitar ao aluno/a o conhecimento das diversas expressões da questão social constituintes do processo de intervenção profissional;
- Oferecer ao aluno/a o conhecimento da realidade institucional localizando os recursos existentes, bem como as relações ali estabelecidas;
- Orientar o aluno/a quanto à necessidade de problematização teórico-metodológica relativa às questões vivenciadas numa prática particular, objetivando a sistematização das ações do Serviço Social que deverão culminar com a elaboração de um plano de intervenção.

Objetivos específicos do estágio Supervisionado II

- Possibilitar ao aluno/a o exercício teórico prático a partir de sua inserção na instituição campo de estágio e, mediante a execução do plano de intervenção (do estagiário) elaborado no Estágio Supervisionado;

- Capacitar o aluno/a para o trabalho profissional mediante contatos e observações da ação profissional dos Assistentes Sociais, assim como dos estudos teóricos e empíricos acerca das manifestações específicas da questão social presentes na realidade particular da instituição.

4.3- Caracterização das disciplinas Estágio Supervisionado I e II

- As disciplinas Estágio Supervisionado I e Estágio Supervisionado II, serão ofertadas nos 5º e 6º períodos, respectivamente. O Estágio I tem como pré-requisitos as disciplinas de Ética e Política Social e, se constitui em pré-requisito para a matrícula em Estágio II.

- Considerando a necessidade da articulação teórico-prática, que perpassa todo o curso, algumas disciplinas estabelecem uma relação direta de complementariedade com as de Estágio Supervisionado:

- Introdução ao Serviço Social: disciplina obrigatória ofertada no primeiro semestre do curso. Oferecerá ao aluno/a uma primeira aproximação com o conhecimento da prática profissional dos assistentes sociais através de discussões acerca das questões interventivas do Serviço Social, bem como da organização de um programa de visitas a instituições, nas quais se desenvolvem diversos processos de trabalho da profissão.

- Pesquisa I e II: ofertada no 4º e 5º semestres, respectivamente. Constituem eixo importante no processo de intervenção, à medida que fornecem elementos indispensáveis para o exercício de elaboração de um projeto de intervenção no campo de estágio como, a definição do objeto e do problema a ser estudado, assim como a clareza do referencial teórico e da metodologia a serem adotados.

- Processos de Trabalho I e II: ofertadas concomitantemente aos Estágios I e II, estabelecem o debate acerca do instrumental teórico-operativo utilizado no desempenho do trabalho profissional nas diferentes inserções institucionais: órgãos estatais, empresa privada, organizações não governamentais e movimentos sociais. Inclui, ainda, a discussão sobre a supervisão, tanto relativa ao trabalho profissional, como também, do estágio.

4.4 -Áreas temáticas

A priorização de áreas temáticas relativas às diferentes problemáticas apresentadas pelos campos de estágio (saúde, trabalho, organizacional, família-mulher, criança e adolescente, gênero, terceiro setor e outras) deve estar relacionada e, em consonância, com as demandas conjunturais e com aquelas advindas do mercado de trabalho no contexto local.

5 - Da sistematização do Estágio

5.1 - Planejamento

A atividade do estágio deve ser uma ação planejada que leve em consideração:

- O programa elaborado pelo professor supervisor, destacando o conteúdo programático, os procedimentos didáticos pedagógicos e o processo de avaliação da aprendizagem;
- O plano de trabalho dos estagiários relacionado às atividades previstas no Projeto de intervenção;
- A análise conjuntural e sócio-institucional.

5.2 - Registro e documentação

Diversas são as formas de registro e documentação:

- Diário de Campo: consiste em instrumento de uso individual, para anotações, comentários e reflexões do estagiário;
- Relatórios de reuniões, entrevistas e visitas: constitui-se pela ordenação dos fatos apreendidos por meio da observação, bem como da análise da ação;
- Relatório Semestral da Prática: documento que relata a prática desenvolvida pelo aluno/a ao final de cada semestre letivo, no qual deve conter o objeto pelo qual se interessou. O processo pelo qual atuou e os resultados a que chegou. Ao final de cada semestre letivo, as disciplinas deverão considerar:

Estágio I

1. Elaboração de relatório que caracterize a instituição campo de estágio e suas áreas de inserção;
2. Diário de Campo - conforme orientação do Supervisor Acadêmico;
3. Relatórios mensais;
4. Elaboração de Projeto de intervenção a partir dos conteúdos dos relatórios mensais;
5. Avaliação - verificar o item "Da avaliação".

Estágio II

1. Conteúdo da Instituição (caso tenha mudado o local de estágio);
2. Atualização do Projeto elaborado pelo estagiário na Instituição;
3. Diário de Campo;
4. Relatórios mensais
5. Relatório Final (com base nas atividades previstas no Projeto de Intervenção);
6. Avaliação: Verificar item "Da avaliação".

5.3- Inserção do aluno/a no estágio supervisionado

O aluno/a deverá cumprir, a cada semestre, uma carga horária de quatorze horas semanais, sendo doze horas no local do estágio e duas horas em aula de supervisão acadêmica. As atividades devem possibilitar:

- Conhecimento da Instituição e dos recursos da comunidade;
- Engajamento do aluno/a em programas específicos da Instituição;
- Elaboração da documentação técnica específica;
- Elaboração de Projeto de intervenção;
- Avaliação periódica e final (ver item 'Da avaliação').

5.4 - Observações Gerais

Escolha da área de estágio

- A Coordenação de Estágio organiza a distribuição de aluno/a por campo de estágio, de acordo com a oferta institucional e, segundo os procedimentos para abertura de campo de estágio;
- O aluno/a será informado pela Coordenação de Estágio, quanto às áreas e os horários disponíveis para a realização do estágio;
- Após a seleção ocorrida no campo de estágio, o aluno/a recebe da Coordenação de Estágio 02 (duas) vias de um ofício de apresentação à Instituição, das quais, uma delas deve ser devolvida com a devida ciência à Coordenação de Estágio, no prazo de uma semana;
- Caberá à Coordenação de Estágio, junto com os professores supervisores, estabelecer um sistema de arquivo constituído pelos relatórios finais de estágio, como material de estudos, pesquisas e consultas.

Condições específicas do estágio

- O estágio deve ser supervisionado por Assistente Social em pleno gozo de seus direitos e deveres junto ao CRESS 8ª Região, de acordo com a Lei nº 8.662/93. O Supervisor de Campo deve tomar conhecimento dos conteúdos das disciplinas pré-requisitos ao Estágio Supervisionado, como também do programa a ser desenvolvido pelo Supervisor Acadêmico, no processo de supervisão;
 - A carga horária mínima semestral do estágio é de 220 horas para cada um dos níveis de estágio (I e II);
 - O aluno/a que não tiver supervisão oficializada e previamente autorizada pela Coordenação de Estágio não terá seu estágio reconhecido como curricular;
 - O período de férias deverá ser estabelecido entre o aluno/a, e o campo de estágio, dependendo do interesse de ambos;
 - A elaboração do projeto de intervenção do estagiário e dos relatórios de estágio deverão contar com a orientação tanto do Supervisor de Campo e, deverão ser entregues ao Supervisor Acadêmico, na data estipulada;
 - Os relatórios de estágio deverão ser entregues ao Supervisor de Campo em tempo hábil, para análise e avaliação;
 - Ao aluno/a será atribuída menção de acordo com os critérios de avaliação estabelecidos pela supervisão acadêmica e de campo;
 - O aluno/a que não atingir a carga horária mínima exigida no campo de estágio, assim como o percentual de frequência na supervisão acadêmica durante o semestre letivo, deverá repetir o semestre.
- Obs: A transferência de campo de estágio será admitida na ocorrência de inadaptação, irresponsabilidade, desinteresse por parte da Instituição e do aluno/a, havendo necessidade de entendimentos, anteriores à transferência, entre a Direção da Instituição, a Coordenação de Estágios, os Supervisores e o aluno/a

6- Da avaliação

A avaliação deve acompanhar todo o processo de desenvolvimento do estágio e os agentes neles envolvidos, e levar em consideração os seguintes aspectos:

6.1- Conhecimentos e Habilidades

Considerar a capacidade do aluno/a para:

Analisar a conjuntura e o contexto da instituição campo de estágio na sua dinâmica, estrutura, relações de força, políticas desenvolvidas, público beneficiário e papéis desempenhados pelo Serviço Social; Problematizar os processos sociais objetos de intervenção, identificando as características bio-psico-sociais da população, relacionando-os à conjuntura em termos políticos, econômicos e sociais;

Desenvolver estudos e pesquisas;

Recorrer a teorias e métodos de Serviço Social, segundo natureza das situações e problemas emergentes;

Formular planos e projetos identificando e articulando recursos necessários.

6.2 - Atitudes

Considerar a capacidade do aluno/a para:

- Decidir e agir por iniciativa própria (quando não há instruções específicas ou em situações novas);
- Desenvolver a prática do Serviço Social com sensibilidade diante das demandas individuais e coletivas
- Frequentar o campo de estágio e as reuniões de supervisão com assiduidade e pontualidade;
- Adotar atitude científica que implique em objetividade e rigor na análise e intervenção do processo social;
- Aplicar princípios éticos em relação à instituição, aos profissionais e estagiários e à população usuária.

6.3 - Habilidades de Sistematização

Considerar a capacidade do aluno/a para:

- Organizar, definir e ordenar suas atividades;
- Expressar coerência entre a elaboração teórica e as ações desenvolvidas;
- Sistematizar situações derivadas da prática, de forma clara, objetiva, concisa, mediante registro.

Recomendações

→ Cada Professor Supervisor Acadêmico deverá ser responsável por, no máximo, 15 alunos;

→ Considerando que a experiência de estágio curricular pode se constituir em importante processo na formação do estudante, recomenda-se, na medida que existam as condições propícias, a elaboração do TCC dentro de um tema relacionado ao campo de estágio, uma vez que este trabalho pode contribuir para a sistematização das práticas de estágio e para a produção teórica do campo.

→ A provável elaboração de TCC no campo, não deve ser critério para admissão do estagiário;

→ Realizar o estágio supervisionado 1 e 2 no mesmo campo. As situações extraordinárias que envolvam a mudança de campo de estágio deverão ser discutidas conjuntamente com o supervisor acadêmico;

7- Referências Bibliográficas

CÉSAR, Maria Auxiliadora e SULSER, Maria Emília - 1990 - "Manual de Estágio" - Departamento de Serviço Social/Universidade de Brasília.

SARTIN, Maria Madalena do Nascimento e outros - 1993 - "Redefinindo a disciplina de Estágio Supervisionado: diretrizes para a ação" - Departamento de Serviço Social/Universidade do Espírito

Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social da UnB - Diurno

Santo.

MEC - Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social, Brasília, fevereiro, 1999.

NORMAS PARA INTEGRALIZAÇÃO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Artigo 1 – São consideradas atividades de extensão, de acordo com a Resolução N° 87/2006 do CEPE:

I – atividades de extensão que ocorrem regularmente como parte integrante de disciplinas e,
II – projetos de extensão de ação contínua realizados por estudantes por um período ininterrupto de, no mínimo, 15 semanas.

§1º – As atividades dos projetos de extensão contínua deverão ocorrer concomitantemente ao semestre letivo;

§2º - Os projetos de extensão de ação contínua deverão estar devidamente aprovados no DEX, até o início do período letivo para que os estudantes participantes possam obter os créditos respectivos.

§3º - Os estudantes poderão obter créditos de extensão em apenas um projeto por semestre;

§4º - Os créditos de Extensão serão lançados no histórico com os dizeres “Créditos de Extensão”, seguido do nome do projeto no qual o estudante participou.

Artigo 2 – São consideradas atividades complementares:

I – Aquelas configuradas como atividades científicas:

a) Apresentação de trabalhos científicos em eventos de comprovada relevância na área de serviço social ou áreas afins para os quais será computado 1,0 (um) crédito;

b) Publicação de artigos e trabalhos científicos em periódicos e ou anais de congresso e eventos similares, de comprovada relevância na área de serviço social ou áreas afins; para os quais será computado 1,0 (um) crédito;

c) Publicação de resenhas e resumos científicos em periódicos e ou anais de congresso e eventos similares, de comprovada relevância na área de serviço social ou áreas afins; para os quais será computado 0,5 (meio) crédito;

II - Minicursos, Oficinas (com carga horária igual ou superior a 08 horas) e cursos de média ou longa duração de natureza presencial, na área de serviço social e áreas afins;

III - Participação em seminários, encontros, conferências, simpósio e congressos nacionais e internacionais na área de serviço social e áreas afins de natureza presencial, com carga horária igual ou superior a 15 horas;

§1º - São consideradas áreas afins ao Serviço Social as áreas das Ciências Humanas e ciências sociais aplicadas;

§ 2º - Para fins de consideração e análise serão desconsiderados os certificados sem discriminação de carga horária e/ou ausência do nome do (a) discente solicitante.

§ 3º – A monitoria, as atividades de extensão, as atividades de pesquisa que são, segundo legislação em vigor, computadas no currículo, via atribuição de crédito na categoria Módulo Livre, disciplina optativa, crédito de extensão não poderão ser, concomitantemente, consideradas como Atividade Complementar.

§ 4º – As atividades desenvolvidas no âmbito do estágio curricular obrigatório e não obrigatório, tais como, capacitações, treinamentos, entre outras que estejam diretamente relacionadas ao desenvolvimento do estágio, não serão contabilizadas como atividades complementares.

§ 5º - Os créditos de Atividades Complementares serão lançados no histórico com os dizeres “Atividade Complementar”, seguido do nome da atividade no qual o estudante participou.

Artigo 3 – O número de horas integralizadas ao currículo na modalidade Atividades Complementares é de, no máximo, 90 horas (noventa) horas, o que corresponde a 3% da carga horária total do currículo pleno o que é equivalente a 06 créditos.

§ 1º - A compatibilização do total de horas será calculado a partir da somatória da carga horária dos certificados aceitos pela comissão dividido pelo número máximo de 90 (noventa) horas sendo vedado ultrapassar o cômputo acima de 06 créditos conforme consta no artigo 3.

Parágrafo único – Para parâmetros de compatibilização do crédito relativo à atividades tais como minicurso, oficinas, seminários, encontros, conferências, simpósio e congressos cada 01 (um) crédito corresponde a 15 horas.

Artigo 4 – Serão considerados para efeito de avaliação de integralização de atividades complementares somente os pedidos de alunos ingressos no curso de Serviço Social da UnB e/ou advindos de cursos presenciais de Serviço Social;

§ 1º – No caso de discente advindo de outra unidade de formação acadêmica, serão aceitos os certificados de participação em atividades complementares referentes aos últimos 02 anos antes do ingresso no curso de Serviço Social da UnB.

§ 2º – No caso do discente ingresso no curso de Serviço Social nesta unidade formação acadêmica serão aceitos os certificados de participação em atividades complementares referentes aos últimos quatro anos de vinculação ao curso.

Artigo 5 – Para efeito de reconhecimento das atividades complementares e integralização no currículo, o/a discente deverá encaminhar à Coordenação de Curso, os certificados que comprovem sua participação, juntamente com uma exposição de motivos.

§ 1º Solicitações de integralização deverão ser entregues no Departamento, 45 dias antes do final do semestre;

Parágrafo único - Após a formulação do pedido junto a Secretaria do Curso o resultado dos créditos serão integralizados no semestre seguinte.

Artigo 6 – Os casos omissos e ou excepcionais a esta normatização deverão ser remetidos para análise do Colegiado do Curso de Serviço Social;

Parágrafo único – A documentação acima referida comporá um processo, a ser analisado por Comissão instituída para este fim pelo Colegiado Departamental e composta por três docentes em efetivo exercício, no SER.



Regulamento das Disciplinas Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso e Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

Aprovado na Reunião do Colegiado do SER, em 14 de Junho de 2006.

CAPÍTULO I - CONCEITUAÇÃO

ARTIGO 1º – As disciplinas Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso de Trabalho (PTCC) e Conclusão de Curso (TCC) compõem o conjunto de atividades regidas pelas Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação em Serviço social aprovadas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), e constituem requisitos parciais para a obtenção do grau de Assistente Social.

ARTIGO 2º – A disciplina PTCC, Código 136891 possui 04 (quatro) Créditos. Seu objetivo é capacitar os alunos a elaborar um projeto de monografia, sob orientação docente, sobre tema relacionado à sua prática, vivenciada no campo de estágio, nas disciplinas de Prática de Pesquisa ou em pesquisas exploratórias desenvolvidas ao longo do curso e, incorporando os conhecimentos teórico-metodológicos e as estratégias e técnicas utilizadas pelo Serviço Social.

PARÁGRAFO 1º O Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso deverá conter a estrutura formal detalhada no Anexo 1 deste Regulamento.

ARTIGO 3º - A disciplina Trabalho e Conclusão de Curso (TCC), Código 136654 possui 06 (seis) Créditos; tem por objetivo possibilitar a/o aluno/a elaboração de monografia final de curso com base no Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso anteriormente elaborado, sob a orientação de professor/a previamente designado/a pela Coordenação de Graduação após análise do Colegiado Departamental. Sua elaboração deve levar em consideração as exigências teórico-metodológicas do Curso de Serviço Social e as linhas de pesquisa do Departamento de Serviço Social.

CAPÍTULO II – ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

PARÁGRAFO 1º – O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) deverá conter a estrutura formal compatível com a especificada no Anexo 02 deste Regulamento, de modo a ser elaborada dentro dos padrões acadêmicos.

ARTIGO 4º – Na condução das disciplinas Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso e Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) estão envolvidos:

- Coordenação de Graduação do SER;
- Secretaria do SER;
- Docentes;
- Banca Examinadora.

ARTIGO 5º Compete à Coordenação de Graduação:

- Autorizar as matrículas, após verificar pré-requisitos e demais condições pertinentes;
- Divulgar o Regulamento, as Normas de Redação e o Calendário das respectivas disciplinas;
- Homologar as composições das Bancas Examinadoras, locais, datas e horários das defesas de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), e emitir as respectivas portarias;
- Homologar as atas de defesa de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC);
- Decidir sobre casos omissos, após consulta ao Colegiado Departamental.

ARTIGO 6º – Compete à Secretaria do SER:

- Auxiliar a Coordenação de Graduação no que se fizer necessário;
- Efetuar matrículas autorizadas pela Coordenação de Graduação;
- Emitir o "Nada Consta" dos alunos junto à Secretaria do SER;
- Organizar e manter um arquivo memória, contendo a versão final do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e as Atas de Defesa.
- Receber e colocar o resumo do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) na página WEB do SER.

ARTIGO 7º – A orientação das respectivas disciplinas estará obrigatoriamente a cargo de docente do Departamento de Serviço Social, da Universidade de Brasília, podendo contar com a colaboração de outros docentes de áreas afins ao projeto, da própria Universidade ou externo, que atuará na condição de co-orientador.

PARÁGRAFO 1º. – As orientações de PTCC e TCC versando sobre temática específica do Serviço Social, deverão ser orientadas, obrigatoriamente, por docentes Assistentes Sociais.

PARÁGRAFO 2º - Compete a/o Orientador/a de Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso e de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC):

- Orientar os alunos de acordo com o ementário das respectivas disciplinas;
- Verificar as implementações das correções requeridas pela Banca Examinadora, bem como a formatação da versão final corrigida da monografia de acordo com as Normas de Redação;
- Encaminhar a Ata de Defesa, devidamente preenchida e assinada, ao Coordenador de Graduação, junto com as cópias da versão final corrigida do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), conforme definido no Calendário vigente.

ARTIGO 8º – A Banca Examinadora será assim constituída:

- Orientador/a e/ou Co-Orientador/a (caso existir)
- 02 Examinadora/es

PARÁGRAFO 1º – A Banca Examinadora será definida pelo/a orientador/a, juntamente com o/a discente e deverá ser homologada pelo/a Coordenador/a de Graduação.

PARÁGRAFO 2º – A Banca Examinadora será presidida pelo Orientador/a.

PARÁGRAFO 3º - Um dos examinadora/es poderá ser discente da Pós Graduação e/ou profissionais da área de serviço social, com experiência comprovada, mediante *currículo vitae*, na temática objeto da monografia.

PARÁGRAFO 4º – As banca de TCC que abordarem temática específica do Serviço Social, deverão ser integradas, obrigatoriamente, por docentes Assistentes Sociais.

ARTIGO 9º - A defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) se dará em conformidade com seguinte ritual:

PARÁGRAFO 1º – As defesas dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) seguirão a seguinte seqüência de atividades:

- Apresentação oral da/o discente com duração máxima de 20 minutos;
- Argüição por parte dos examinadores com duração máxima de 20 minutos para cada;
- Comentários do/a orientador/a com duração máxima de 05 minutos;
- Repostas do/a discente às argüições e comentários da Banca Examinadora com duração máxima de 10 minutos;
- Deliberação sobre as correções necessárias e menções pela Banca Examinadora com duração máxima de 10 minutos.

PARÁGRAFO 2º – Os membros da Banca Examinadora deverão atribuir aos alunos, individualmente, notas de 0 a 10, segundo a Ata de Defesa.

PARÁGRAFO 3º – Após a defesa, o aluno conhecerá o resultado de imediato, na forma Aprovado ou Reprovado.

PARÁGRAFO 4º – As defesas dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) serão abertas ao público e deverão ocorrer no âmbito das instalações da UnB, preferencialmente na sala de reuniões do SER.

PARÁGRAFO 5º - Não será permitido ao público o direito à voz e à manifestações que prejudiquem os trabalhos ou intimidem o/a autor/a da monografia ou a banca.

CAPÍTULO III - CONDIÇÕES DE MATRÍCULA

ARTIGO 10 – São requisitos para a matrícula em Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso, ter cursado as disciplinas Pesquisa em Serviço Social 2 (Cód.136999) ou Estágio Supervisionado em Serviço Social 2 (Cód.136981).

ARTIGO 11 – São requisitos para a matrícula em Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), ter cursado as disciplinas Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso (136891).

CAPÍTULO IV - CONDIÇÕES DE APROVAÇÃO

ARTIGO 12 - São condições de aprovação na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso (TCC):

- Entregar a/o Orientador/a, em data prevista no Calendário vigente, três cópias do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) correspondente ao número de integrantes da Banca Examinadora;
- Defender o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) perante uma Banca Examinadora, conforme definido no Calendário vigente, e obter menção igual ou superior a MM;
- Entregar na Secretaria do SER, uma cópia da versão final corrigida e encadernada, conforme padrão adotado pelo SER, do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), a ser distribuído para a Secretaria do SER e membros da Banca Examinadora;
- Entregar na Secretaria do SER, cópia e resumo do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), em versão digital em formato pdf.
- Ter o "Nada Consta" da Secretaria do SER e do/a Orientador/a.

CAPÍTULO V - DISPOSIÇÕES FINAIS

ARTIGO 13 - Aos interessados cabe recurso de Revisão de Menção, conforme calendário da

Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social da UnB - Diurno

Universidade de Brasília.

ARTIGO 14 – Em caso de indicação de divulgação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), na Biblioteca Central da UnB, será solicitado a/o discente mais uma cópia da versão final do TCC.

ARTIGO 15 – Este Regulamento entrará em vigor após aprovação pelo Colegiado do SER.

ANEXO 01
PROJETO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Observações Gerais

- O padrão de normalização bibliográfica é a ABNT/2003.
- A formatação final será: Times New Roman, 12 ou Arial 11, espaço 1,5, margem 3 cm. O projeto deve ter entre 15 e 25 páginas. A numeração deve ser no canto inferior à direita. Não se numera a capa;

Formato do Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso

1. Capa: dados de identificação da Universidade, Departamento, Disciplina, Orientador/a. Título do Projeto, Local e Data;
2. Sumário: indicação dos tópicos e/ou seções do projeto por página;
3. Introdução: apresentação e contextualização do problema. Problema: enunciação explícita do problema; Pergunta: enunciação explícita da pergunta de pesquisa. Escreva-a na forma interrogativa; Hipótese: enunciação explícita da/s hipótese/s;
4. Justificativa: explicitar os fundamentos de sua pesquisa e por quais razões ela merece ser investigada;
5. Referencial Teórico: Principais referências bibliográficas para o debate;
6. Metodologia: apresentação, detalhamento e descrição dos procedimentos e recursos metodológicos a serem adotados para o levantamento bibliográfico, trabalho de campo e/ou levantamento dos dados. Explicitar cada procedimento a ser adotado. Deixar clara as etapas do trabalho de campo e como irá desenvolver os instrumentos de coleta de dados;
7. Resultados Esperados: explicitar os resultados esperados e os benefícios possíveis esperados com sua pesquisa. Apresentar argumentos de como sua pesquisa irá contribuir para o conhecimento do seu problema de pesquisa;
8. Cronograma: na forma de uma tabela com indicação dos meses e das tarefas, apresentar o cronograma detalhado das fases de execução de seu projeto. Colocar todas as atividades de pesquisa e especifique quanto tempo dedicará a cada uma delas;
9. Orçamento: na forma de uma tabela indicar todos os gastos necessários para a execução de seu projeto. Se tiver financiamento para a pesquisa, indicar a origem dos recursos;
10. Referências Bibliográficas: listar toda bibliografia efetivamente citada ou parafraseada em seu projeto. Padrão ABNT;
11. Anexos: nesta seção devem ser anexados os instrumentos de coleta de dados, tais como, questionários, roteiro de entrevistas, ficha de análise, entre outros.

ANEXO 02
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Observações Gerais

- O padrão de normalização bibliográfica é a ABNT/2003. As regras estão disponíveis no CA de Serviço Social. Há inúmeros manuais de metodologia com estas regras publicadas;
- A formatação final será: Times New Roman 12 ou Arial 11, espaço 1,5, margem 3 cm. O TCC deve ter entre 40 e 80 páginas, incluídos os anexos. A numeração deve ser no canto inferior à direita. Não se numera a capa;

Formato do Trabalho de Conclusão de Curso

1. Capa: dados de identificação da Universidade, Departamento, Disciplina, Orientador/a. Título do TCC, Local e Data;
2. Sumário: indicação dos tópicos e/ou seções por página;
3. Introdução: apresentação e contextualização do Trabalho de Conclusão de Curso. Principais conclusões. Apresentação da estrutura do trabalho.
4. Abordagem teórico-metodológica construída na/para análise do objeto de estudo.
5. Apresentação e análise do objeto de estudo.
6. Considerações Finais
7. Referências Bibliográficas: listar toda bibliografia efetivamente citada ou parafraçada em seu projeto. Padrão ABNT;
8. Anexos: nesta seção devem ser anexados os instrumentos de coleta de dados, tais como, questionários, roteiro de entrevistas, ficha de análise, entre outros.



**Universidade de Brasília - UnB
Serviço Social (Diurno)**

**FLUXOGRAMA, EMENTAS,
BIBLIOGRAFIAS BÁSICA E
COMPLEMENTARES DE DISCIPLINAS
DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL
DIURNO**

Distribuição de disciplinas por Unidade Acadêmica

Índice

1. Centro de Estudos Avançados e Multidisciplinares, disciplinas: 1 optativas(s)
2. Departamento de Antropologia, disciplinas: 1 obrigatória(s)
3. Departamento de Economia, disciplinas: 1 optativas(s)
4. Departamento de Filosofia, disciplinas: 1 obrigatória(s)
5. Departamento de Processos Psicológicos Básicos, disciplinas: 1 obrigatória(s)
6. Departamento de Serviço Social, disciplinas: 23 obrigatória(s), 16 optativa(s)
7. Departamento de Sociologia, disciplinas: 1 obrigatória(s)
8. Instituto de Ciência Política, disciplinas: 1 optativas(s)
9. Instituto de Ciências Sociais, disciplinas: 1 obrigatória(s)

Total de disciplinas: 28 obrigatórias, 19 optativas

1. Disciplinas do Centro de Estudos Avançados e Multidisciplinares – CEAM **no curso de Serviço Social (Diurno)**

199851 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA, Optativa

Créditos: 4, CHS: 60 (T:4, P: 0)

Pré-requisitos: Sem pré-requisitos.

Análise das condições teóricas e das condições sociais do conhecimento e dos paradigmas filosófico-jurídicos dos direitos humanos. Percepção dos direitos humanos e da cidadania na construção das lutas sociais e na constituição de novos sujeitos de direito. Os movimentos sociais e a emergência de sujeitos coletivos de direito. a cidadania como possibilidade de colocar no social estes novos sujeitos, capazes de criar direitos, como direitos humanos mutuamente reconhecidos e aptos a determinar a sua participação autônoma no espaço da decisão política. Critérios para a elaboração de um programa de direitos humanos na construção e reconstrução das democracias latino-americanas. Experiências de organização, práticas políticas e estratégias sociais de criação de direitos. Educação para os direitos humanos e a cidadania.

Bibliografia Básica:

LESBAUPIN, Ivo. As classes populares e os direitos humanos. Petrópolis. 1ª. Edição. Ed. Vozes, 1984.

SOUSA JUNIOR, José Geraldo de. O direito achado na rua. Brasília. 3ª. Edição. (org) . Ed. UnB, 1990.

SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS. Direitos humanos - instrumentos internacionais. Brasília. 1ª. Edição. Editora do Senado Federal, 1990.

DOCUMENTOS DIVERSOS. Movimentos Nacionais de Defesa dos Direitos Humanos – MNDDH. Petrópolis. 1ª. Edição. Coleção Direitos Humanos, vols, 1 e 2. Editora MNDDH, 1990.

LAFER, Celso. A reconstrução dos Direitos Humanos. São Paulo. 1ª. Edição. Editora Cia. Letras, 1988.

SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena. São Paulo. 1ª Edição. Editora Paz e Terra, 1988.

Bibliografia Complementar:

HERSCH, Jeanne . Le droit d'être un homme . Recueil de Paris 1a. Edição. Ed. UNESCO, 1968.

BARBOSA, Marco Antônio R. & FESTER, Antônio Carlos Ribeiro (orgs). Direitos Humanos: um debate necessário. São Paulo. 1ª. Edição. Volume 1. Ed. Brasiliense.

MOCA, Jean José & PEREZ, Luis. Direitos Humanos - Pautas para uma educação. Petrópolis. 1ª. Edição. Ed. Vozes, 1990.

ALDUNATE, José. (coord.) Direitos Humanos, direitos dos pobres. São Paulo. 1ª. Edição. Editora Vozes, 1991.

BOBBIO, Norberto. El problema de la paz y las vías de la guerra. Barcelona. 1ª. Edição. Editora Geusa, 1982.

ATIENZA, Manuel. Marx y los Derechos Humanos. Madrid. 1ª. Edição. Editora Mezquito, 1983.

2. Disciplinas do Departamento de Antropologia no curso de Serviço Social (Diurno)

135011 - INTRODUÇÃO A ANTROPOLOGIA, Obrigatória 2º período

Créditos: 4, CHS: 60 (T:4, P: 0)

Pré-requisitos: Sem pré-requisitos.

Evolução Humana como processo bio-cultural: O inato e o adquirido. Especificidades da Antropologia: a diversidade e o relativismo cultural como campo teórico; o trabalho de campo como metodologia. Variedade temática da Antropologia.

Bibliografia Básica:

MUSSOLINI, Gioconda. Evolução, raça e cultura: Leituras de antropologia física. São Paulo: Companhia. Editora Nacional, 1969.

KEESING, Felix Maxwell. Antropologia cultural: A ciência dos costumes. Rio de Janeiro: Fundo De Cultura, 1961.

SANDERS, William T; MARINO, Joseph. Pré-história do novo mundo: Arqueologia do índio americano. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

CÂMARA JÚNIOR, J. Mattoso; GUDSCHINSKY, Sarah Caroline. Introdução as línguas indígenas brasileiras. Rio de Janeiro: Mus Nacional, 1965.

ZALUAR, Alba. Desvendando máscaras sociais. Rio de Janeiro: F Alves, 1975.

CLASTRES, Pierre. Sociedade contra o estado: Pesquisas de antropologia política (a). Rio de Janeiro: F Alves, 1974.

LARAIA, Roque de Barros. Cultura: Um conceito antropológico. Rio de Janeiro: J Zahar, 1986.

RAMOS, Alcida Rita. Sociedades indígenas. São Paulo: Ática, 1986.

Bibliografia Complementar:

YEHUDI, A. Cohen (Editor). Man in Adaptation: The Cultural Presente. Chicago: Aldine Publisher Co, 1968.

OAKLEY, Kenneth P. Mimeo. A Destreza como Propriedade Humana.

GEERTZ, Clifford. O Impacto do Conceito de Cultura sobre o Conceito de Homem. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

CHINOI, Eli. "Sociedade". Verbete do Dicionário de Ciências Sociais. FGV: MEC, 1986.

3. Disciplinas do Departamento de Economia no

curso Serviço Social (Diurno)

132012 - INTRODUÇÃO A ECONOMIA, Optativa

Créditos: 4, CHS: 60 (T:4, P: 0)

Pré-requisitos: Sem pré-requisitos.

Curso discute, em caráter introdutório, questões metodológicas da ciência econômica, abordando, em seguintes temas: noções de microeconomia, estruturas de mercado, a demanda e a oferta; noções de macroeconomia, os agregados macroeconômicos, os modelos macroeconômicos simplificados; noções de economia monetária, as diferentes interpretações da inflação e políticas de estabilização; as relações econômicas internacionais, taxa de câmbio, balanço de pagamento, relações econômicas do Brasil com o resto do mundo e principais problemas.

Bibliografia Básica:

- MANKIW, N.G. Introdução à Economia. Trad. M.J.C.Monteiro. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- GREMAUD, Amaury P., VASCONCELLOS, Marco A. S. & TONETO Jr., Rudinei. Economia Brasileira Contemporânea. 4ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GREMAUD et al., cap 2 ("Contabilidade Nacional e Agregados Macroeconômicos", p.49-75).
- PAULANI, Leda M. & BRAGA, Márcio B. A Nova Contabilidade Social. São Paulo: Saraiva: 2000. Cap. 9 ("Indicadores Sociais", p. 228-256).
- BARROS, R.P. & MENDONÇA, R. "Geração e Reprodução da Desigualdade de Renda no Brasil". Em: IPEA. Perspectivas da Economia Brasileira - 1994. 2v. Brasília, 1993. (p. 471-490).
- SAMUELSON, P. & NORDHAUS, W. Economia. 14ed. Lisboa: McGraw-Hill, 1993. capítulo, 27 ("O Modelo do Multiplicador") (p. 543-569).
- MARCHETTI, Valmor. "Economia Monetária". Em: SOUZA, Nali de J. Introdução à Economia. São Paulo: Atlas, 1996.
- GONÇALVES, Flávio. "Balanço de Pagamentos: uma Nota Introdutória". Departamento de Economia da universidade de Brasília, 2002
- GONÇALVES, Flávio "Taxas de Câmbio e Mercado Cambial, uma Nota Introdutória". Departamento de Economia da universidade de Brasília, 2002
- VERSIANI, Flávio R.. "O Cenário Econômico Brasileiro: Realidade Atual e Perspectivas". Departamento de Economia da universidade de Brasília, set./1998.
- VERSIANI, Flávio R. "Tendências Recentes (1998-2002)". Departamento de Economia da universidade de Brasília, ago./2002
- GREMAUD et al., cap. 18 ("Economia Brasileira Pós-Estabilização: Plano Real", p. 467-500)

Bibliografia Complementar

- SAMUELSON & NORDHAUS, Cap. 26: (Fundamentos da Oferta e da Procura Agregadas) (p. 525-542)
- FREITAS, Paulo Springer de. Regime de Metas para a inflação no Brasil". Departamento de Economia da universidade de Brasília, 2002.
- BUGARIN, Mirta. "Regimes Cambiais e flutuações de Câmbio, Juros e Reservas Internacionais: A experiência Brasileira Recente". Departamento de Economia da universidade de Brasília, 2002.

4. Disciplinas do Departamento de Filosofia no

curso Serviço Social (Diurno)

137553 - INTRODUÇÃO À FILOSOFIA, 3º período

Créditos: 4, CHS: 60 (T:4, P: 0)

Pré-requisitos: Sem pré-requisitos.

ORIGEM E NATUREZA DA FILOSOFIA.

Mito e filosofia. A origem da filosofia: os pré-socráticos. Algumas caracterizações gerais da filosofia. Apresentação geral dos temas tradicionais da filosofia. A questão do ser: metafísica, ontologia. A questão do conhecimento: epistemologia. A questão do agir: a ética.

AS QUESTÕES FILOSÓFICAS NA HISTÓRIA DA FILOSOFIA.

A filosofia antiga: a acento na questão do ser. A filosofia medieval: a questão da razão e da fé. A filosofia moderna: a acento na questão do conhecimento. A revolução científica. Filosofia e ciência. A filosofia contemporânea.

Bibliografia Básica:

COLLINGWOOD, Robin George. Ciência e filosofia. 5. ed. Lisboa: Presença, 1986.

CHAUÍ, Marilena de Sousa. Convite à filosofia. 3. ed. São Paulo: Ática, 1995

FOLSCHEID, Dominique; WUNENBURGER, Jean-jacques. Metodologia filosófica. São Paulo: M Fontes, 1997

HOOYKAAS, R. Religião e o desenvolvimento da ciência moderna(a). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1988

CHAUÍ, Marilena de Sousa. Primeira filosofia: Lições introdutórias: sugestões para o ensino básico de filosofia. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986

HOLLIS, Martin. Filosofia: Um convite. São Paulo: Loyola, 1996.

IDE, Pascal. A arte de pensar. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

Bibliografia Complementar

ABRANTES, Paulo. Imagens da natureza, imagens de ciência. Campinas, Editora PAPÍRUS, 1998.

CARRILHO, M.M. O que é filosofia? Lisboa & Portugal. Editora Difusão Cultural, 1994.

DIAS, M.C. O que é filosofia? Ouro Preto . Editora UFOP, 1996.

5. Disciplinas do Departamento de Processos

Psicológicos Básicos no curso Serviço Social **(Diurno)**

124010 - INTRODUÇÃO À PSICOLOGIA, 2º período

Créditos: 4, CHS: 60 (T:4, P: 0)

Pré-requisitos: Sem pré-requisitos.

Conceito de psicologia. abordagem geral das principais áreas de estudo e aplicação da psicologia. Noções elementares de metodologia na pesquisa psicológica.

Bibliografia Básica:

GLASSMAN, W. E. & HADAD, M. Psicologia: Abordagens atuais. Tradução de Magda França Lopes. 4ª. ed. Porto Alegre, RS: ARTMED, 2008. (Livro Adotado)

GERRIG, R. J. & ZIMBARDO, P. G. A psicologia e a vida. Tradução de Roberto Cataldo Costa. - 16a. ed. Porto Alegre, RS: ARTMED, 2005.

HOCKENBURY, D. H. & HOCKENBURY, S. E. Descobrimos a PSICOLOGIA. TRADUÇÃO de JOON HAROLD

Keeling e ELIANA LÓPES Keeling. Barueri, SP: Editora MANOLE, 2003.

Bibliografia Complementar

ATKINSON, R. L., ATKINSON, R. C. SMITH, E. E. & BEM, D. J. Introdução á psicologia. Porto Alegre: ARTMED, 1995.

BALDWIN, J. D. & BALDWIN, J. L. Psychology of everyday life. Englewood Cliffs, N. J.: Prentice Hall Inc, 1986.

BAUM, W.M. Compreender o behaviorismo: CIÊNCIA, comportamento e cultura (Trad. M.T.A. ARAUJO, M.A. Matos, G.Y. TOMANARI & E.Z. Tourinho). Porto Alegre: ARTMED, 1994/2006.

FERREIRA, A. A. L. William James: pragmatismo e psicologia. Mente, cérebro & Filosofia, 2008.

GUTMAN, G. consciência e inconsciente: a contribuições do Pragmatismo de William James. Mente, cérebro & Filosofia, 2008.

RODRIGUES, A. Psicologia social para principiantes. Rio de Janeiro: Vozes; 1992.

STERNBERG, R. J. Psicologia cognitiva. Porto Alegre:ARTMED, 2000.

TODOROV, J.C. A psicologia como estudo de interessados. Psicologia: Teoria e Pesquisa, 1989.

6. Disciplinas do Departamento de Serviço Social

no curso Serviço Social (Diurno)

(ordenado pelo período da disciplina)

138967 - ECONOMIA POLÍTICA E CAPITALISMO, 1º período

Créditos: 4, CHS: 60 (T:4, P: 0)

Pré-requisitos: Sem pré-requisitos.

Contexto histórico da Economia Política. Crítica Marxista da Economia Política Clássica. Análise marxiana do modo de produção capitalista: gênese, desenvolvimento e características. O método em Marx. Acumulação, valorização e concentração/centralização do capital. A teoria do valor trabalho. A lei geral da acumulação capitalista. A Teoria Geral de KEYNES. Características e tendências do capitalismo contemporâneo.

Bibliografia Básica:

- MARX, KARL. O Capital: crítica da economia política, 11ª Edição. Editor DIFEL. São Paulo, 1987.
- MARX, KARL. Para a crítica da economia política. Salário, preço e lucro. O rendimento e suas fontes. Editor Abril Cultural. São Paulo, 1982.
- MARX, KARL. Capítulo VI inédito. Editora Ciências Humanas. São Paulo, 1978.
- MARX, KARL. Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico. Editora DIFEL. São Paulo, 1980.
- MARX, KARL. ENGELS, FRIED. Manifesto do partido comunista. Editora Edições Avante. Lisboa, 1982.
- RICARDO, David. Princípios de economia política e tributação. Editora Abril Cultural. São Paulo, 1982.
- NETTO, José. BRAZ, Marcelo. Economia política: uma introdução crítica. Editora Cortez Editora. São Paulo, 2006.
- SMITH, Adam. A riqueza das nações. Volume I. Editora Nova Cultural. São Paulo, 1988.
- ROSDOLSKY, Roma. Gênese e estrutura de o Capital de KARL Marx Editora Contraponto. Rio de Janeiro, 2001.
- RUBIN, ISAAK. A teoria marxista do valor. Editora Brasiliense. São Paulo, 1980.
- MANDEL, ERNEST. O capitalismo tardio. Editora Abril Cultural. São Paulo, 1982.

Bibliografia Complementar:

- MANDEL, ERNEST. A Crise do Capital; os fatos e sua interpretação marxista. Editora Ed. Ensaio. São Paulo, 1990.
- MANDEL, ERNEST. Iniciação à teoria econômica marxista. Editora Antídoto. Lisboa, 1978.
- NAPOLEONI, Cláudio. SMITH, Ricardo, Marx: considerações sobre a história do pensamento econômico, 4ª edição. Editora Ed. Graal. Rio de Janeiro, 1985.
- MÉSZÁ ROS, ISTVÁN. Para além do capital. Editora bom tempo. São Paulo, 2003.
- NETTO, José P. Marxismo impenitente. Editora Cortez Editora. São Paulo, 2004.
- FILGUEIRAS, Luiz. GONÇALVES, Reinaldo. A economia política do governo Lula. Editor Contraponto. Rio de Janeiro, 2007.
- HOBSBAWM, ERIC. A era dos extremos. Editora Companhia das Letras. São Paulo, 1995.
- BRAVERMAN, HARRY. Trabalho e capital monopolista. Editora Guanabara. Rio de Janeiro, 1987.
- TEIXEIRA, Francisco. Trabalho e valor: contribuição para a crítica da razão econômica. Editora Cortez Editora. São Paulo, 2004.
- PAULANI, Leda. Brasil DELIVERY: Servidão financeira e estado de emergência econômico. Editora BOM TEMPO Editorial. São Paulo, 2008.
- KEYNES, JOHN. A teoria geral do emprego, do juro e da moeda. Editora Nova Cultural. São Paulo, 1985.

136581 - INTRODUÇÃO AO SERVIÇO SOCIAL, 1º período

Créditos: 4, CHS: 60 (T:4, P: 0)

Pré-requisitos: Sem pré-requisitos.

As condições SÓCIO-HISTÓRICAS do processo de profissionalização do Serviço Social no Brasil e suas interpretações. Serviço Social e a produção e reprodução das relações sociais. A natureza do Serviço Social, áreas e campos de atuação profissional. As perspectivas e demandas contemporâneas para o trabalho do Assistente Social. O mercado de trabalho no Distrito Federal. As formas de organização política e acadêmica dos profissionais de Serviço Social.

Bibliografia Básica:

CHUAIRI, Sílvia Helena. Assistência jurídica e Serviço Social: reflexões interdisciplinares. Serviço Social e Sociedade, nº 67, ano XXII, 2001 (Especial. Temas SÓCIO-JURÍDICAS). São Paulo : Cortez Editora, p.124-144.

LESSA, Sérgio. O processo de produção/reprodução: trabalho e sociabilidade?. In: Capacitação em Serviço Social e Política sócia. Módulo 2. Crise contemporânea, questão social e Serviço Social. Brasília: CEAD,1999. p.19-33.

IAMAMOTO, Marilda VILLELA. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. Esboço de uma interpretação HISTÓRICO--METODOLÓGICA. São Paulo: Cortez, 1988 (Capítulo II. p. 71-123).

IAMAMOTO, Marilda VILLELA. Questão social, família e juventude: desafios do trabalho do assistente social na área sociojurídica?. In: SALES, MIONE Apolinário, MATOS, Maurílio Castro e LEAL, Maria Cristina.

Política Social, família e juventude: uma questão de direitos. 2. ed. ? São Paulo:Cortez, 2006.

ALENCAR, Mônica. O trabalho do assistente social nas organizações privadas não lucrativas?. In Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p.449-460.

YAZBECK, Maria Carmelita. O significado SÓCIO-HISTÓRICO da profissão. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

IAMAMOTO, Marilda VILLELA. Os espaços SÓCIO-OCUPACIONAIS do assistente social. In: In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p . 341-375.

OLIVEIRA, H. M.J. Cultura Política e Assistência Social: desafios à consolidação de uma singular política pública no âmbito da proteção social. In: Revista SER SOCIAL 12 p 9 a 36. Programa de Pós-Graduação em Política Social. Departamento de Serviço Social v.1 nº1. Brasília: universidade de Brasília, 1998.

AMARAL, A. S. & CESAR, Mônica. O trabalho do assistente social nas fundações empresariais. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 429-445.

PEREIRA, POTYARA . P. A política social no contexto da seguridade social e do Welfare State: a particularidade da assistência social. Serviço Social e Sociedade, São Paulo: Cortez Editora. PIANA, Maria Cristina. Serviço Social e Educação: olhares que se entrecruzam. In: Serviço Social & Realidade, Franca, v,18, nº2, p. 173-196, 2009

RAMOS, SÂMIA Rodrigues. Organização política dos(as) assistentes sociais brasileiros (as): a construção histórica d um patrimônio coletivo na defesa do projeto profissional. In: Serviço Social e Sociedade, nº88, São Paulo, Cortez, 2006.

CFESS. O CFESS e os desafios político-profissionais do Serviço Social. In Serviço Social e Sociedade, nº 95, São Paulo, Cortez, 2008.

BRAZ, Marcelo e MATOS, Murilo. 30 anos de rearticulação do movimento estudantil em Serviço Social. In Serviço Social e Sociedade, nº 96. São Paulo, Cortez, 2008.

Bibliografia Complementar

COSTA, Maria Dalva Horácio.O trabalho nos serviços de Saúde e a inserção dos(as) assistentes sociais . In: Serviço Social e Sociedade, nº62, ano XXI, março de 2000 (Processo de Trabalho e Assistência Social). São Paulo: Cortez, pp. 35-72.

RAMOS, Sâmia R. Organização política dos (as) assistentes sociais brasileiros (as): a construção histórica de um patrimônio coletivo na defesa do projeto profissional. In Serviço Social e Sociedade, nº 88, São Paulo, Cortez, 2006

- DA PAZ, Rosângela Dias Oliveira. As Organizações não-governamentais e o trabalho do assistente social. Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 2. Crise contemporânea, questão social e Serviço Social. Brasília: CEAD, 1999 pp. 193-202.
- ESTEVÃO, Ana Maria R. O que é Serviço Social? Coleção Primeiros Passos. 6 ed., São Paulo: Brasiliense, 1992.
- MIOTO, Regina Cecília Tamaso. Cuidados sociais dirigidos à família e segmentos vulneráveis . In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 4. O trabalho do assistente social e as políticas sociais. Brasília: CEAD, 2000, pp. 216-224.
- OLIVEIRA, J. L. O Processo de trabalho do Assistente Social e sua abordagem com moradores de rua. (Internet).
- Pesquisa população e rua. MDS/SAGI
- SBABO, Monica Mary. Serviço Social como trabalho e Profissão no Poder Judiciário. Dissertação de Mestrado, Capítulo 3 (pags. 119 a 165), 2005.
- VASCONCELOS, Ana Maria de. A prática do Serviço Social. Cotidiano, formação e alternativas na área de Saúde. São Paulo: Cortez. 2006.
- YASBECK, Carmelita. O Serviço Social como especialização do trabalho coletivo. Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 2. Crise contemporânea, questão social e Serviço Social. Brasília: CEAD, 1999. p.87-99
- YAZBECK, Maria Carmelita. A Assistência Social na prática profissional: história e perspectiva. Serviço Social e Sociedade, nº85, ano XXVII, março 2006. São Paulo: Cortez Editora, pp. 123-132
- YAZBEK, Maria Carmelita. Análise da Matriz Teórico- Metodológica do Serviço Social no INSS (1995), considerando a política previdenciária, suas determinações sócio-históricas e o projeto hegemônico do Serviço Social. In: BRAGA, Lea; CABRAL, Maria do Socorro Reis (orgs.). O Serviço Social na Previdência: trajetória, projetos profissionais e saberes. São Paulo : Cortez, 2007. (p. 115-136).
- CFESS. Parâmetros para atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social. Brasília-DF, 2009 (Série: Trabalho e projeto profissional nas políticas sociais).
- TRINDADE, Rosa Lúcia Predes & SOARES, Ana Cristina Ferreira. Saber e Poder profissional do Assistente Social no Campo sociojurídico. In: Anais do XIV Congresso Brasileiro de Sociologia. 29 a 31 de julho de 2009, Rio de Janeiro (RJ).
- NETTO, Josã© Paulo. As transformações contemporâneas e Serviço Social. In. Serviço Social e Sociedade nº 50. São Paulo, Cortez, 1996.
- NOGUEIRA, V.M.R & MIOTO, R.C. Desafios atuais do Sistema público de Saúde - SUS e as exigências para os assistentes sociais. Pag 218 a 241. In: MOTA, A.E et a. (Orgs). Serviço Social e Saúde. São Paulo: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2006.
- CFESS. Parâmetros para atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde. Brasília-DF, 2009 (Série: Trabalho e projeto profissional nas políticas sociais).
- SILVA, Ademir Alves da. O Serviço Social na Previdência Social: entre a necessidade social e o benefício. In: BRAGA, Lea; CABRAL, Maria do Socorro Reis (Orgs). O Serviço Social na Previdência: trajetória, projetos profissionais e saberes. São Paulo: Cortez, 2007 pp. 15-36
- NEVES, E.R. & SILVA, M.J da. Previdência Social: construção da prática do Serviço Social. In: BRAGA, Lea; CABRAL, Maria do Socorro (Orgs). O Serviço Social na Previdência: trajetória, projetos profissionais e saberes. São Paulo:Cortez, 2007 pp. 94 a 114.
- MATOS, Maurlio Castro de. Assessoria e consultoria: reflexões para o Serviço Social. Pag. 29 a 57. In: BRAVO, M.I. & MATOS, M. C. (Orgs.). Assessoria, Consultoria e Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2010.
- BEHRING, Elaine Rosseti; RAMOS, Sâmia Rodrigues. O protagonismo da ABEPSS e no presente: 30 anos de lutas. IN: CFESS, CRESS 9ª Região, ABEPSS, ENESSO (Orgs). 30 anos“ Congresso da Virada. Brasília, 2009.
- REIS, Marcelo Braz Moraes. Notas sobre o Projeto ético-político do Serviço Social, CRESS 7ª Região - RJ. Assistente Social: Ética e direitos. Coletânea de leis e resoluções. Agosto 2002.

138738 - QUESTÃO SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL, 1º período

Créditos: 4, CHS: 60 (T:4, P: 0)

Pré-requisitos: Sem pré-requisitos.

O processo de produção e reprodução da questão social na sociedade capitalista. As determinações históricas de sua gênese e transformação. As particulares expressões no Brasil e suas manifestações contemporâneas. Exploração do trabalho e desigualdade social. Questão social e lutas de classes. A qualificação teórica do debate acerca da categoria “questão social” e suas expressões. A questão social como objeto de intervenção do serviço social e estratégias de enfrentamento.

Bibliografia Básica:

- Marx, Karl. O Capital. Livro I. tomo 2. cap XXIII. Editora Abril. São Paulo, 1984.
NETTO, José Paulo. Capitalismo monopolista e Serviço Social. Cap. 1: As condições histórico-sociais da emergência do Serviço Social. 1ª Edição. Editora Cortez. São Paulo, 1992.
CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. Cap. V e VIII, 7a trad. Br. Editora Vozes. Petrópolis, 2008.
ROSANVALLON, Pierre. A Nova questão social, 1a trad. Br. Editora Instituto Teotônio Vilela. Brasília, 1998.
IANNI, Octávio. A questão social. ____ In: A idéia de Brasil moderno. Editora Brasiliense. São Paulo, 2004.
PASTORINI, Alejandra. A categoria questão social em debate, 2ª Edição. Editor Cortez. São Paulo, 2007.

Bibliografia Complementar

- Revista Temporalis, nº 3, 1ª Edição. Editora ABEPSS. Brasília, 2001.
CASTEL, Robert. As transformações da questão social , in Desigualdade e a Questão Social. Editora Educ. São Paulo, 1997.
TELLES, Vera da Silva. A ~nova questão social brasileira , in Revista Praga, nº 6. Editora Jinkings Editores Associados. São Paulo, 1998.
Revista SER SOCIAL: Exclusão Social e Situações de Risco. Editora SER/UnB. Brasília, 1998.
ABREU, Haroldo. Para além dos direitos: cidadania e hegemonia no mundo moderno. Editor UFRJ. Rio de Janeiro, 2008.
IAMAMOTO, Marilda. Serviço Social em Tempo do Capital Fetiche, 3ª Edição. Editora Cortez. São Paulo, 2008.

138649 - FUNDAMENTOS HISTÓRICOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL 1 , 2º período

Créditos: 4, CHS: 60 (T:4, P: 0)

Pré-requisitos: 136581 - INTRODUÇÃO AO SERVIÇO SOCIAL

Emergência e expansão do capitalismo monopolista. A nova geopolítica mundial, a guerra fria e o desenvolvimentismo. O surgimento do Serviço Social na Europa e nos EUA. O Serviço Social na América Latina e as influências do empirismo, do humanismo cristão, do positivismo, do funcionalismo e do estruturalfuncionalismo. Análise crítica da produção teórico-metodológica da profissão: Serviço Social de Caso, Grupo e Desenvolvimento de Comunidade.

Bibliografia Básica:

- AMMANN, Safira Bezerra. Ideologia do desenvolvimento de Comunidade no Brasil. 5ª ed. São Paulo. Cortez, 1985.
IAMAMOTO, Marilda e CARVALHO, Raul. Serviço Social e Relações Sociais: esboço de interpretação histórico-metodológica. 15ª ed. São Paulo. Cortez, 2003.
CASTRO, Manuel Manrique. História do Serviço Social na América Latina. 6ª ed. São Paulo. Cortez, 2003.
MARTINELLI, Maria Lúcia. Serviço Social: identidade e Alienação. 2ª ed. São Paulo. Cortez, 1991.
FALEIROS, Vicente de Paula. Metodologia e Ideologia do Trabalho Social: critica ao funcionalismo.

10a ed. São Paulo. Cortez, 2007.

KONOPKA, Gisela. Serviço Social de Grupo. 3ª. Ed. Rio de Janeiro. Zahar, 1974.

RICHMOND, Mary E. Diagnóstico Social. 1ª ed. Rio de Janeiro. Agir, 1971.

VIEIRA, Balbina Ottoni. Serviço Social: Processos e técnicas. 5ª. ed. Rio de Janeiro. Agir, 1981.

SILVA, Ivone Maria Ferreira da. Questão social e serviço social no Brasil: fundamentos sóciohistóricos. Cuiabá. UFMT, 2008.

WANDERLEY, Mariângela Belfiore. Metamorfoses do Desenvolvimento de Comunidade. 2ª ed. São Paulo. Cortez, 1998.

BARTLETT, Harriett Moulton. A Base do Serviço Social. 2. ed. São Paulo. Pioneira, 1979.

RICHMOND, Mary. Caso social Individual. Buenos Aires. Hvmánitas, 1922.

TORRES, Zélia. GRUPO instrumento de Serviço Social. 2 ed. Petrópolis. Vozes, 1978.

QUIROGA, Consuelo. Invasão Positivista no marxismo: manifestações no ensino da metodologia no Serviço Social. São Paulo. Cortez, 1991.

VIEIRA, Balbina Ottoni. Uma pioneira do Serviço Social: Mary Ellen Richmond. In Serviço Social ? precursores e pioneiros. Rio de Janeiro. Agir, 1984.

Bibliografia Complementar

VIEIRA, Balbina Ottoni. História do Serviço Social: contribuição para a construção de sua teoria. 2ª ed. Rio de Janeiro. Agir, 1978.

BOSCHI, Caio Cesar. Por que estudar história. 1ª ed. São Paulo. Ática, 2007.

ESTEVAO, A. M. R. O que é o Serviço social. Rio de Janeiro. Brasiliense, 2005.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Renovação e Conservadorismo no Serviço Social. 7ª ed. São Paulo. Cortez, 2004.

SILVA, M. OZANIRA da Silva e Silva. O Serviço Social e o Popular. São Paulo. Cortez, 1995.

NETTO, José Paulo. O Movimento de Reconceitualização: 40 anos depois. In Serviço Social e Sociedade. Nº 84. São Paulo. Cortez, 2005.

SILVA, Ilda Lopes Rodrigues. Mary Richmond: um olhar sobre os fundamentos do Serviço Social. Rio de Janeiro. CBCISS, 2004.

LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. 3 ed. São Paulo. Atlas, 1991.

BUGALHO, Leila Maria Vieira. A relevância do social na construção teórica de Mary E. Richmond. Debates Sociais. Nº 27, ano XIV. Rio de Janeiro. Debates Sociais, 1978.

136484 - POLÍTICA SOCIAL, 2º período

Créditos: 4, CHS: 60 (T:4, P: 0)

Pré-requisitos: Sem pré-requisitos.

As políticas sociais nas sociedades capitalistas e a questão da cidadania. As interpretações sobre concepção, natureza e desenvolvimento das políticas sociais nos seguintes paradigmas: marxismo, liberalismo clássico, neoliberalismo e social-democracia. O capitalismo monopolista e a emergência e desenvolvimento do "welfare state" europeu e das políticas sociais brasileiras. O debate sobre a "crise" das políticas sociais. Contribuição do Serviço Social na produção e redimensionamento do conhecimento teórico-prático da política social.

Bibliografia Básica:

PEREIRA, Potyara A. P. As vicissitudes da pesquisa e da teoria em política social? In Revista Ser Social nº 9 Brasília, 9, SER/UnB, 2001.

BEHRING, Elaine e BOSCHETTI, Ivanete Política Social: Fundamentos e História. São Paulo, 6ª, Cortez, 2007.

BOSCHETTI, Ivanete. Seguridade Social e projeto ético-político do Serviço Social: que direitos para qual cidadania? Serviço Social e Sociedade, v. 79. São Paulo. Cortez, 2004.

FALEIROS, Vicente. Natureza e desenvolvimento das políticas sociais no Brasil. In ABEPSS, CFESS e CEAD-UnB, Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 3. Brasília, 1a, CEAD/UnB, 2000.

MARSHAL, T.H. O que é Política Social? Rio de Janeiro, Zahar, 1967.

SADER, Emir (org.) Pós-Neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. São Paulo. Paz

e Terra, 1995.

PEREIRA, Potyara A. P. "O Serviço social frente ao projeto neoliberal : em defesa das políticas públicas e da democracia", in A Assistência social na perspectiva dos direitos : crítica aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil. Brasília. Thesaurus, 1996.

Bibliografia Complementar

BEHRING, Elaine. Política Social no Capitalismo Tardio. São Paulo. 1ª ed. Cortez, 1998.

FALEIROS, Vicente. O que é Política Social? São Paulo. 4ª . Brasiliense, 1989.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. O futuro do welfare state na nova ordem mundial , in Revista Lua Nova nº 35, São Paulo. Marco Zero/CEDEC, 1995.

BEHRING, Elaine. Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo. 1ª, Cortez, 2003.

OFFE, Claus, Algumas contradições do Estado social moderno . In Trabalho e Sociedade. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro, 1984.

NAVARRO, Vicente. Neoliberalismo y Estado del bienestar. Capítulo 2. Barcelona. Ed. Ariel, 1998.

138665 - FUNDAMENTOS HISTÓRICOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL 2, 3º período

Créditos: 4, CHS: 60 (T:4, P: 0)

Pré-requisitos: 138649 - FUNDAMENTOS HISTÓRICOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL 1

Contexto Político Econômico da América Latina no período de 1960 a 1980. Emergência do projeto neoliberal nos países de capitalismo central. Transformações no modelo de Welfare State. O movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina. As sistematizações teórico-metodológicas da profissão no período: os Seminários de Teorização do Serviço Social, o Método BH, aproximação ao pensamento fenomenológico e a incorporação da tradição marxista. A análise crítica do Movimento de Reconceituação.

Bibliografia Básica:

HOBSBAWN, Eric. Era dos Extremos. O breve século XX: 1914-1991. São Paulo: companhia das letras, 1995. Capítulos 8 e 9.

NOVAES, Carlos E. e RODRIGUES, Vilmar. Capitalismo para Principiantes, SP, Ática, 2005, 27ª edição, capítulos 12 e 13.

IAMAMOTO, Marilda V. Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos. São Paulo: ed. Cortez, 1992 pp17/39.

NETTO, José Paulo. Ditadura e Serviço Social. Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Ed. Cortez, 1991, cap. 2 (itens 2.1 até 2.3.3), pp. 117-201

NETTO, José Paulo. Ditadura e Serviço Social. Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Ed. Cortez, 1991, cap. 2 (itens 2.1 até 2.3.3), pp. 117-201

SILVA, M. Ozanira da Silva e. (Coord.) O Serviço Social e o Popular. Cortez: SP, 1995, capítulo 2 e 3, pp. 71-297.

IAMAMOTO, Marilda V. Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos. São Paulo: ed. Cortez, 1992, pp. 17/39

SANTOS, Leila Lima. Textos do Serviço Social, SP, Cortez, 1987, pp. 11-106

FALEIROS, Vicente de Paula. Metodologia e Ideologia do Trabalho Social. Cortez: SP. 1997, cap. 8, pp. 113- 142.

NETTO, José Paulo. Ditadura e Serviço Social. Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Ed. Cortez, 1991, cap. 2 (itens 2.5 até 2.5.5), pp. 247-301.

IAMAMOTO, Marilda V. O debate contemporâneo da reconceituação do Serviço Social: ampliação e aprofundamento do marxismo. In: O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo: Ed. Cortez, 2º edição, cap. 2, 1999, pp. 201/249.

Bibliografia Complementar

SILVA, Ademir Alves. As relações Estado-sociedade e as formas de regulação social. In:

Capacitação em Serviço Social e Política Social, mod. 2, Brasília: CFESS, ABEPSS, CEAD, UnB, 1999, pp. 55 a 71.

DOCUMENTO DE ARAXÁ . In: Revista Debates Sociais, número especial, 1967

DOCUMENTO DE TERESÓPOLIS. Metodologia do Serviço Social II Seminário 10 a 17 de janeiro de 1970. In: VIEIRA, Balbina O. Teorização do Serviço Social: documento de Teresópolis. Centro Brasileiro de Cooperação e Intercambio de Serviços Sociais (CBCISS) Rio de Janeiro: Agir, 1988.

DOCUMENTO DO ALTO DA BOA VISTA. In: Teorização do Serviço Social: Documento do Alto da Boa Vista. Centro Brasileiro de Cooperação e Intercambio de Serviços Sociais (CBCISS) Rio de Janeiro: Agir, 1988.

ALMEIDA, A. A. Possibilidades e limites da teoria do Serviço Social. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1989, pp. 113/135.

CARVALHO, Anésia de Souza. Metodologia da entrevista uma abordagem fenomenológica. Rio de Janeiro: ed. Agir, 1991, pp. 9/35.

PAVÃO, Ana Maria Braz. O Princípio de autodeterminação em Serviço Social: visão fenomenológica, SP, Cortez, 1981.

136638 - MOVIMENTOS SOCIAIS, 3º período

Créditos: 4, CHS: 60 (T:4, P: 0)

Pré-requisitos: Sem pré-requisitos.

As particularidades da formação do capitalismo no Brasil e as classes sociais. Democracia e Cidadania. Processo de formação dos Movimentos Sociais na dialética singular/particular/universal. A estrutura fundiária (concentração da propriedade e o processo de reforma agrária), os conflitos e a luta de classes. Debate sobre os “antigos” e “novos” movimentos sociais. A relação Estado, classes e movimentos sociais na contemporaneidade brasileira (a relação entre público e privado e a emergência de espaços públicos não-estatais). A relação Estado, classes e movimentos sociais na contemporaneidade brasileira (a relação entre público e privado e a emergência de espaços públicos não-estatais). Movimentos sociais no Brasil e no DF.

Bibliografia Básica:

COUTINHO, Carlos N. Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político. Ed. Campus. Cap. 5: Teoria Ampliada do Estado. (p.73-88)

ENGELS, F. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. Tradução Ciro Mioranza. São Paulo. Escala Educacional, 2009.

DAGNINO, Evelina. Sociedade Civil, Espaços Públicos e Construção Democrática no Brasil: limites e possibilidades. In: Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil. Evelina Dagnino (org.). São Paulo: Paz e Terra, 2002, pp. 279-301.

DURIGUETTO, M.L. Sociedade civil e democracia: um debate necessário. São Paulo: Cortez, 2007, pp. 48-67.

_____ Ofensiva capitalista, despolitização e politização dos conflitos de classe. In.: Temporalis, Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS – ano VIII, nº 16 – dez. 2009.

LUKÁCS, G. História e Consciência de Classe: estudos sobre a dialética marxista. Tradução: Rodnei Nascimento; revisão da tradução Kanira Jannini. – São Paulo: Martins Fontes, 2003. (pp. 133 – 148).

MARX, K. e ENGELS, F. Manifesto do Partido Comunista; prólogo de José Paulo Netto. São Paulo: Cortez, 1998.

PONTES, Reinaldo N. Mediação e Serviço Social: um estudo preliminar sobre a categoria e sua apropriação pelo serviço social. 2 ed. Ver. – São Paulo: Cortez, 1997. (pp. 76 – 88).

MONTAÑO, C. e DURIGUETTO, M.L. Estado, classe e movimento social. São Paulo: Cortez, 2010. – (Biblioteca básica de serviço social; v. 5 – p. 98 a 103).

MONTAÑO, Carlos. Terceiro Setor e Questão Social: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, pp. 270-277, 2002.

TONET, I. Cidadão ou homem livre? In.: Democracia ou Liberdade. <http://www.ivotonet.xpg.com.br/>

YAZBEK, M^a Carmelita. Terceiro Setor e Despolitização. In.: Revista Inscrita, ano III nº 6. CEFSS, Brasília, 2000.

Bibliografia Complementar

BEHRING, E. Expressões políticas da crise e as novas configurações do Estado e da sociedade civil. In.: CFESS/ABEPSS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais, 2009.

COUTINHO, C.N. Marxismo e Política: a dualidade de poderes e outros ensaios. São Paulo, Cortez, 1994.

DAGNINO, Evelina. Cultura, cidadania e democracia: a transformação dos discursos e práticas na esquerda latino-americana. In: Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos: Novas Leituras. Sônia Alvarez, Evelina Dagnino e Arturo Escobar (orgs.). Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000, pp. 61-102.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. Os sem-terra, ONGs e cidadania: a sociedade civil brasileira era da globalização. São Paulo: Cortez, 1997.

GOHN, Maria da Glória. História dos Movimentos e Lutas Sociais: a construção da cidadania dos brasileiros. São Paulo: Loyola, 1995.

GONH, Maria da Glória. Novas Teorias dos movimentos sociais. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

GRAMSCI, A. Cadernos do Cárceres. Ed. Civilização Brasileira. Volumes 01, 02, 03, 04, 05 e 06.

MARX, K. O Capital: crítica da economia política. Livro Primeiro, Vol. I. Tradução Reginaldo Sant'Anna .24^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MAZZEO, A.C. Estado e burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa. São Paulo, Cortez, 1997.

PORTEELI, H. Gramsci e o bloco histórico; tradução de Angelina Peralva, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 6^a edição, 2002.

SADER, Eder. Quando Novos Personagens Entraram em Cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80. 2^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SCHERER-WARREN, Ilse. Movimentos Sociais: um ensaio de interpretação sociológica. 3^a ed. Florianópolis, Editora da UFSC, 1989.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes de Movimentos Sociais. 2^a ed. São Paulo: Loyola, 1996.

STEDILE, JP. (Org.) & DOUGLAS, E. (assistente de pesquisa). A questão agrária no Brasil: o debate tradicional 1500-1960. 1 ed. - São Paulo: expressão popular, 2005.

WOOD, Ellen M. Democracia contra o capitalismo: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2^a edição, 2010.

138762 - TRABALHO E SOCIABILIDADE, 3^o período

Créditos: 4, CHS: 60 (T:4, P: 0)

Pré-requisitos: 136484 - POLÍTICA SOCIAL

A centralidade do trabalho na constituição da sociabilidade humana. O trabalho na sociedade capitalista: produção socializada e apropriação privada da riqueza. Processos de trabalho. Trabalho produtivo e improdutivo; abstrato e concreto. Polêmicas sobre a crise da sociedade do trabalho na era da globalização. A divisão sexual e social do trabalho: reprodução e produção, articulação das dimensões de classe e gênero, atuais metamorfoses da discriminação de gênero no mundo do trabalho.

Bibliografia Básica:

ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho ? Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 7^a Reimpressão. Perdizes/São Paulo. Boitempo, 2005.

OFFE, Claus. Trabalho e Sociedade: Problemas estruturais e perspectivas para o futuro da "Sociedade do Trabalho". 1^a ed. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro, 1989.

CATTANI, Antonio D. (org.). Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia. 4^a ed. revista e ampliada. Porto Alegre / Petrópolis. UFRGS e Vozes, 2002.

ROSSO, Sadi D. Mais Trabalho! - A intensificação do labor na sociedade contemporânea. 1^a ed. São Paulo. Boitempo, 2008.

MASI, Domenico de. O futuro do trabalho - Fadiga e ócio na Sociedade Pós-Industrial. 4^a ed. Brasília.

UnB, 2000.

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. 10ª ed. São Paulo. Cortez e UNICAMP, 2005.

Bibliografia Complementar

IANNI, Octavio. Teorias da Globalização. 14ª edição. Rio de Janeiro. Civilização, 2007.

ARAÚLO, Clara & SCALON, Celi. Gênero, família e trabalho no Brasil. 1ª ed. Rio de Janeiro. FGV, 2005

DUPAS, Gilberto. Economia Global e Exclusão Social. 3ª ed. São Paulo. Paz e Terra, 2001.

ALVES, Giovanni. O Novo (e precário) Mundo do Trabalho. 1ª Reimpressão. São Paulo. Boitempo, 2005.

SANTANA, Marco A. & RAMALHO, José R. (orgs.). Além da Fábrica de trabalhadores, sindicatos e a nova questão social. 1ª ed. Perdizes/São Paulo. Boitempo, 2003.

HIRATA, Helena. Nova Divisão Sexual do Trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. 1ª ed. Perdizes/São Paulo. Boitempo, 2002.

136646 - FUNDAMENTOS ÉTICOS E ÉTICA PROFISSIONAL, 4º período

Créditos: 4, CHS: 60 (T:4, P: 0)

Pré-requisitos: 138673 - FUNDAMENTOS HISTÓRICOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL 3

Os fundamentos ontológicos da dimensão ético-moral da vida social. A construção da ética profissional, a deontologia e a diceologia: valores e implicações no exercício profissional. A trajetória da ética na história do Serviço Social. A construção e significado do projeto ético-político profissional. A Lei de Regulamentação da profissão, o Código de Ética Profissional e as Diretrizes Curriculares. Os Princípios da Ética em Pesquisa e suas implicações para intervenção de assistentes sociais.

Bibliografia Básica:

BARROCO, Maria Lúcia Barroco. Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos. São Paulo . Ed Cortez, 2001.

BONETTI, Dilséa Adeodata (org.). Serviço Social e ética: convite a uma nova práxis. 10ª edição. São Paulo. Cortez, 2009.

NETTO, José Paulo. Capitalismo Monopolista e Serviço Social. 7ª edição. São Paulo. Ed Cortez, 2009.

NETTO, José Paulo. Ditadura e Serviço Social: Uma análise crítica do Serviço social no Brasil pós-64. 13ª edição. São Paulo. Cortez, 2009.

HELLER, Agnes. O cotidiano e a história. 8ª edição. São Paulo. Ed. Paz e Terra, 2000.

COUTINHO, Carlos Nelson. Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios. 2ª edição. São Paulo. Cortez, 1996.

Bibliografia Complementar

CHAUÍ, Marilena. Convite a filosofia. 9ª edição. São Paulo. Ática, 1997.

VAZQUEZ, Adolfo Sanchez. Ática. 14ª edição. Rio de Janeiro. Civ. Brasileira, 1997.

AGUIAR, Antonio Geraldo de. Serviço Social e Filosofia: das origens a Araxá. 5ª edição. São Paulo. Ed. Cortez, 1995.

SANTOS, Silvana Mara. Direitos, desigualdades e diversidade In: BOSCHETTI, Ivanete et al. Política Social no capitalismo tendências contemporâneas. 2ª edição. São Paulo. Cortez, 2009.

138673 - FUNDAMENTOS HISTÓRICOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL 3, 4º período

Créditos: 4, CHS: 60 (T:4, P: 0)

Pré-requisitos: 138665 - FUNDAMENTOS HISTÓRICOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL 2

Reestruturação capitalista e hegemonia do projeto neoliberal: as bases de organização do trabalho e das relações Estado-sociedade a partir dos anos 90. O redimensionamento da profissão ante as transformações societárias e a construção do projeto político profissional. As sistematizações teórico-metodológicas a partir do marxismo. As polêmicas teórico-metodológicas no Serviço Social.

Bibliografia Básica:

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. A organização político sindical dos assistentes sociais: trajetória de lutas e desafios contemporâneos. Revista Serviço Social e Sociedade No 97. São Paulo, Cortez, 2009.

ABREU, Marina Maciel. Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo, Cortez, 2002. Págs.17 a 38.

BEHRING, Elaine Rossetti. Brasil em Contra-Reforma, desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo. Cortez, 2003 (Capítulos 1 e 2)

_____. SANTOS, Silvana Mara Morais dos. Questão social e direitos. In Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília. CFESS/ABEPSS, 2009. p. 268 a 283.

BOSCHETTI, Ivanete Salete. Exame de proficiência: uma estratégia inócua. In Serviço Social e Sociedade. No 94. São Paulo. Cortez, 2008. pgs 5 a 21.

DALLARUVERA, Margareth Alves. ALVARENGA, Mariza Pereira. Por que Fenas? A história contada por seus protagonistas. Revista Serviço Social e Sociedade No 92. São Paulo, Cortez, 2007.

FALEIROS, Vicente de Paula. Estratégias em Serviço Social. Capítulo 9. São Paulo. Cortez. 2002. Capítulo 1 a 3. Págs. 11 a 65.

FIGUEIREDO, Kênia Augusta. Serviço Social na contemporaneidade: pedagogia para a construção de hegemonia. 2º Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais. Belo Horizonte, CRESS 6ª Região, 2009.

IAMAMOTO, Marilda. CARVALHO, Raul de. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. São Paulo, Cortez, 15ª edição, 2003. Capítulo II - O Serviço Social no processo de reprodução das relações sociais. págs: 71 a 86

_____. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo, Cortez, 5ª edição, 2001. Págs: 15 a 71.

Neto, José Paulo. Capitalismo Monopolista e Serviço Social. São Paulo, Cortez, 4ª edição, 2005. Capítulo 2.

KOIKE, Marieta. As novas exigências teóricas, metodológicas e operacionais da formação profissional na contemporaneidade. Caderno de capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 2. Brasília, UNB, 1999. Págs. 101 a 118.

MOTA, Ana Elisabete. Crise capitalista e as transformações na produção capitalista. In Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília. CFESS/ABEPSS, 2009. pgs.52 a 67

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social. in Serviço Social e Sociedade No 50. Págs.87 a 106.

RAMOS, Sâmia Rodrigues. Formas de Organização política do Serviço Social. Revista Serviço Social e Sociedade No 88. São Paulo, Cortez, 2006.

RODRIGUES, Mavi. Exame de proficiência e Projeto Profissional: um debate sobre o futuro do Serviço Social. In Serviço Social e Sociedade. No 94. São Paulo. Cortez, 2008. pgs. 22 a 37.

YASBEK, Maria Carmelita. Classes Subalternas e Assistência Social. São Paulo. Cortez, 4ª edição, 2003. págs. 49 a 74.

Bibliografia Complementar:

ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 3.ed. São Paulo: Boitempo, 1999.

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. Livro I, vol.1. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

TAVARES, Maria Augusta. Acumulação, trabalho e desigualdades sociais. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília:CFESS/ABEPSS, 2009.

136719 - PESQUISA SOCIAL 1, 4º período

Créditos: 4, CHS: 60 (T:4, P: 0)

Pré-requisitos: 136581 - INTRODUÇÃO AO SERVIÇO SOCIAL

A especificidade do conhecimento nas Ciências Sociais Aplicadas: 1. a distinção entre conhecimento acadêmico e senso comum; 2. os principais métodos e abordagens na investigação em Pesquisa Social. A estrutura metodológica do projeto de pesquisa. Pesquisa bibliográfica e fontes confiáveis. Bibliotecas virtuais. Etapas da construção do projeto: revisão bibliográfica, tema, problema, objetivo e hipótese. Técnicas qualitativas, quantitativas, mistas e seqüenciais. A importância da pesquisa e do uso de evidências para a intervenção social. Ética na pesquisa. Exercício de elaboração de projeto de pesquisa.

Bibliografia Básica:

CRESWELL, John. Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre, 2a, Artmed Bookman, 2007.

BOOTH, Wayne; COLOMB, Gregory; WILLIAMS, Joseph. A arte da pesquisa. São Paulo, 2a, Martins Fontes, 2008.

POUPART, Jean; DESLAURIERS, Jean; GROULX, Lionel; LAPERRIERE, Anne; MAYER, Robert; PIRES, Álvaro. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, 1a, Vozes, 2008.

Bibliografia Complementar

RICHARDSON, Roberto. Pesquisa Social: Métodos e Técnicas. São Paulo, 3a ed. Atlas, 1999.

138894 - SEGURIDADE SOCIAL 1 - PREVIDÊNCIA SOCIAL, 4º período

Créditos: 4, CHS: 60 (T:4, P: 0)

Pré-requisitos: 136484 - POLÍTICA SOCIAL

A trajetória histórica da previdência nas sociedades capitalistas. A origem e o desenvolvimento da seguridade social nos países do capitalismo central. A relação entre previdência social e trabalho. A trajetória histórica da previdência social no Brasil. A relação entre a previdência social e as políticas de assistência social e saúde. O sistema de seguridade social instituído na Constituição brasileira de 1988 e as suas implicações na previdência social. O orçamento da seguridade social: financiamento e alocação de recursos. Bases conceituais e legais, princípios e diretrizes, natureza e alcance dos direitos, estrutura organizacional e mecanismos de gestão, funções e beneficiários. Contexto das reformas da previdência no Brasil. Principais argumentos e orientações da reforma da previdência social no Brasil. A contribuição do Serviço Social na produção do conhecimento teórico-prático da política de previdência social.

Bibliografia Básica:

BOSCHETTI, Ivanete. Seguridade social e trabalho. Brasília. Editora UnB, 2006.

MOTA, Ana Elizabete. Cultura da crise e seguridade social. Um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. 2ª ED. São Paulo. Cortez, 2000.

OLIVEIRA, Jaime .TEIXEIRA, Sonia Fleury. (Im) Previdência social: 60 anos de história da previdência no Brasil. Petrópolis. Vozes, 1985.

SALVADOR, Evilasio. Fundo público e seguridade social no Brasil. São Paulo. Cortez, 2010.

CASTEI, Robert. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. 2ª Ed. Petrópolis, RJ. Vozes, 1999.

FAGNANI, Eduardo. HENRIQUE, Wilnês. LÚCIO, Clemente. Previdência social: como incluir os excluídos? São Paulo. LTR, 2008.

FALEIROS, Vicente. A Política Social do Estado Capitalista: As Funções da Previdência e

Assistência. 8ª ed. São Paulo. Cortez, 2000.

Bibliografia Complementar

BOSCHETTI, Ivanete; SALVADOR, Evilásio. Orçamento da seguridade social e política econômica: perversa alquimia. Serviço Social e Sociedade, v. 87, p. 25-57. São Paulo. Cortez, 2006.

TEIXEIRA, Sônia Fleury. Estado sem Cidadão. Rio de Janeiro. Fiocruz, 1994.

VIANNA, Maria Lúcia Werneck. A Americanização (perversa) da seguridade social brasileira. Rio de Janeiro. Revam, 1998.

BARR, Nicholas. Reforma das previdências: mitos, verdades e escolhas políticas. In: MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (Org.). A economia política da previdência. Brasília. PARSEP/MPAS/SPS, 2001.

BEVERIDGE, Sir William. O Plano Beveridge : relatório sobre o seguro social e serviços afins. Rio de Janeiro. José Olympio, 1943.

BEHRING, Elaine. Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo. Cortez, 2003.

MALLOY, James. Política de previdência social no Brasil. São Paulo. Graal, 1976.

BOSCHETTI, Ivanete. Implicações da Reforma da Previdência Social na Seguridade Social Brasileira. Revista Psicologia e Sociedade, vol. 15, n. 1. São Paulo. ABRAPSO, 2003.

NAVARRO, Vincente. Bienestar insuficiente, democracia incompleta. Barcelona. Editorial Anagrama, 2002.

IPEA. Políticas Sociais: acompanhamento e análise, nº 13, edição especial. Brasília. IPEA, 2007

SALVADOR, Evilasio. BOSCHETTI, Ivanete. A reforma da previdência social no Brasil e os impactos sobre o mercado de trabalho. Serviço Social e Sociedade, p. 114-139, julho. São Paulo. Cortez, 2002.

SOARES, Laura. Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina. Petrópolis. Vozes, 2001.

207594 - MÉTODOS E TÉCNICAS EM PESQUISA SOCIAL, 5º período

Créditos: 4, CHS: 60 (T:4, P: 0)

Pré-requisitos: Sem pré-requisitos.

A relação entre técnicas, produção do conhecimento e intervenção social. As técnicas de pesquisa como instrumento de intervenção social e a crítica ao tecnicismo. Hipóteses e teste de hipóteses. Definição de indicadores sociais. Índices e medidas. Construção e análise de tabelas. Distribuição de frequência, análise bivariada e multivariada. Representações gráficas. Medidas de tendência e de dispersão. Relação de causalidade. Significância, validade e representatividade. As diferentes técnicas qualitativas. A diferença entre técnicas qualitativas de levantamento de dados e análise qualitativa dos dados. Análise de conteúdo. Validação e confiabilidade dos dados.

Bibliografia Básica:

POUPART, Jean; DESLAURIERS, Jean; GROULX, Lionel; LAPERRIERE, Anne; MAYER, Robert; PIRES, Álvaro, A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos, Petrópolis, 1a, Vozes, 2008

BARBETTA, Pedro, Estatística Aplicada às Ciências Sociais, SC, 7 ed. UFSC, 2007.

LEVIN, Jack; FOX, James. Estatística para Ciências Humanas, São Paulo, 9 ed. Prentice Hall Brasil, 2004.

Bibliografia Complementar

GIBBS, Graham, Análise de Dados Qualitativos, Porto Alegre, 1 ed. Artmed, 2009

136999 - PESQUISA SOCIAL 2, 5º período

Créditos: 4, CHS: 60 (T:4, P: 0)

Pré-requisitos: 136719 - PESQUISA SOCIAL 1

Levantamento de dados empíricos. Elaboração do instrumento de pesquisa. Pré-teste para validação

do instrumento. Ética na pesquisa. Implementação do projeto de pesquisa elaborado em Pesquisa 1. Análise dos dados. Técnicas de contração, codificação, amostragem teórica e saturação dos dados. Análise de conteúdo. Validação e confiabilidade dos dados. Comunicação científica, plágio, citação e paráfrase. Seções de um relatório de pesquisa. Resumo e resumo expandido. Normalização bibliográfica. Elaboração e apresentação do relatório de pesquisa.

Bibliografia Básica:

GIBBS, Graham. Análise de dados qualitativos. Porto Alegre; Artmed Bookman, 2009.
MEDEIROS, João. Redação científica : a redação de fichamentos, resumos, resenhas. São Paulo: Atlas, 2009.
STRAUSS, Anselm & CORBIN, Juliet. Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento da teoria fundamentada. Porto Alegre:Artmed, 2008.

Bibliografia Complementar:

SORIANO, R. Manual de pesquisa social. Petrópolis: Vozes, 2004.

138754 - PROCESSO DE TRABALHO E SERVIÇO SOCIAL 1, 5º período

Créditos: 4, CHS: 60 (T:4, P: 0)

Pré-requisitos: 138673 - FUNDAMENTOS HISTÓRICOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL 3

Categoria trabalho. Natureza do trabalho do assistente social. O assistente social como trabalhador. Relações de poder e suas repercussões no trabalho profissional. Relações institucionais e condições de trabalho do assistente social na estrutura e dinâmica institucional: as políticas institucionais e a consecução de programas sociais. Construção e uso de instrumentos técnico-operativos. Elaboração de indicadores da situação, da ação profissional e seus resultados. Assessoria, consultoria e supervisão de programas e projetos sociais. Parcerias e terceirização nos processos de atenção social no plano público e privado. Trabalho com redes sócio-institucionais. Documentação profissional.

Bibliografia Básica:

ALBORNOZ, Suzana. O que é Trabalho? São Paulo: Brasiliense, 2004. pp.43-96.
LESSA, Sérgio. Serviço Social e Trabalho: Do que se trata? Temporalis/ABEPSS 2. V.1 (Jul/Dez 2000). Brasília: ABEPSS, 2000.
IAMAMOTO, Marilda V. Trabalho e Serviço Social: o redimensionamento da profissão ante as transformações societárias recentes (Parte II). In: O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo, Cortez, 2000. pp.83-149.
TRINDADE, R. L. P. Desvendando o significado do instrumental técnico-operativo do Serviço Social. In: VII ENPESS - O Serviço Social e a Questão Social. Direitos e Cidadania. Anais, Vol, I, Brasília: ABEPSS, 2000.
PRATES, Jane Cruz. A questão dos instrumentais técnico-operativos numa perspectiva dialético crítica de inspiração marxiana. In: Revista Virtual Textos & Contextos. Nº 2, ano II, dez. 2003.
SANTOS, Cláudia Mônica dos. Os instrumentos e técnicas: mitos e dilemas na formação profissional do assistente social no Brasil. Tese de doutorado ? Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.
MATTOS, Maurílio Castro de Mattos. Assessoria, Consultoria, Auditoria, supervisão técnica. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. pp. 513-529.
SILVA e SILVA, Maria Ozanira da. Execução e avaliação de políticas e programas sociais. Capacitação em Serviço Social e política social: módulo 4: O trabalho do Assistente Social e as Políticas Sociais ? Brasília: UnB, Cead, 2000 pp.65-75
COHEN, Ernesto & FRANCO, Rolando. Avaliação de projetos sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993. (cap. IV e VI) pp. 72-84 e 108-117.
JANUZZI, Paulo M. Indicadores Sociais no Brasil. Campinas, Alínea/PUC-Campinas, 2003. pp. 13 a

36.

MARX, K. Capítulo Inédito D?Capital: processo de trabalho e processo de valorização. Volume I, parte 3ª, capítulo V. Ed. Nova Cultura, São Paulo, 1989.

IAMAMOTO, M.V. O Serviço Social em processos de Trabalho. In: Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e Formação Profissional. Ed. Cortez, 2ª edição, São Paulo, 2001;

AMARAL, A. S. & CESAR, Mônica. O trabalho do assistente social nas fundações empresariais. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

Bibliografia Complementar

IAMAMOTO M.V. O trabalho do Assistente Social frente às Mudanças do Padrão de Acumulação e de Regulação Social in Reprodução Social em. Brasília, CFESS, ABEPSS, CEAD- UnB, Brasília, 1999.

ALBIERO. C.M . MUNIZ. Instrumental Técnico Operativo do Serviço Social

GRANNEMANN. S. Processo de Trabalho e Serviço Social. Brasília, CFESS, ABEPSS, CEAD - UnB , 1999.

BARBOSA. GONÇALVES. PEREIRA. M.G. C. DIREITO E SERVIÇO SOCIAL NO JUDICIÁRIO RIO AÇÕES DESENVOLVIDAS PARA O ENFRENTAMENTO DA QUESTÃO. Documentação e Memória/TJPE, Recife, PE, v.1, n.1, 50-73, jul./dez.2008. 2008

GUERRA YOLANDA. Instrumentalidade no trabalho do Assistente Social. Brasília, CFESS, ABEPSS-CEAD - UnB, 2000.

GUFFONE R. Maria., O Projeto de Pesquisa em Serviço Social. Brasília, CFESS, ABEPSS- CEAD - UnB, 2000

KOWALSKI Aline Viero. O Processo de Trabalho dos Assistentes Sociais na Garantia de Direitos nas Relações Familiares. Porto Alegre, PUCRS, 2007

LEWGOY A.M. Baptista e SILVEIRA Esalva M. Carvalho. A Entrevista nos processos de trabalho do Assistente Social, Porto Alegre, Revista Textos & Contextos Porto Alegre v. 6. N.2 Julho/Dez, 2007. 2007

136841 - SEGURIDADE SOCIAL 2 - SAÚDE, 5º período

Créditos: 4, CHS: 60 (T:2, P: 2)

Pré-requisitos: 136484 - POLÍTICA SOCIAL

Concepções de saúde e de processo saúde-doença. As transformações político-institucionais da política de saúde no capitalismo e os modelos de atenção à saúde. Reforma Sanitária. A política de saúde no contexto de seguridade social e o Sistema Único de Saúde. Financiamento, gestão e organização dos serviços de saúde. Demandas organizadas da população e perspectivas de mudanças nas práticas institucionais de saúde e dos serviços de assistência.

Bibliografia Básica:

SCLIAR, Moacyr. História do conceito de saúde. Physis, v. 17, n. 1, 2007. Rio de Janeiro: Instituto de Medicina Social da UERJ, 2007. [online] Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010373312007000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 03 Jul. 2009. doi: 10.1590/S010373312007000100003.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. São Paulo: Graal, 1993.

BUSS, Paulo Marchiori; PELLEGRINI FILHO, Alberto. A saúde e seus determinantes sociais. Physis ,v. 17, n. 1. Rio de Janeiro: Instituto de Medicina Social da UERJ, 2007. [online] Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010373312007000100006&lng=en&nrm=so> do 10.1590/S010373312007000100006.

HOFLING, ELOISA DE MATTOS. Estado e políticas (públicas) sociais. Cadernos CEDES [online]., vol.21, n.55. Rio de Janeiro: 2001. [online] Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010132622001000300003&lng=en&nrm=iso>.

BAHIA, Ligia; COSTA, Nilson Rosario; STRALEN, Cornelis van. Saúde na agenda pública: convergências e lacunas nas pautas de debate e programas de trabalho das instituições governamentais e movimentos sociais.

Ciência & Saúde Coletiva, vol.12, p.1791-1818. Rio de Janeiro: ABRASCO, 2009. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.phpscript=sci_arttext&pid=S141381232007000700004&lng=en&nrm=iso>

SOUZA, Renilson Rehem. Construindo o SUS: A Lógica do Financiamento e o Processo de Divisão de Responsabilidades entre as Esferas de Governo. In: PIERANTONI, Célia Regina; VIANNA, Cid Manso de Mello. Gestão de Sistemas de Saúde. p. 15-58. Rio de Janeiro: IMS/UERJ, 2003.

COSTA, Nilson do Rosário. Política social e ajuste macroeconômico. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, 2009. Disponível em

<http://www.scielosp.org/scielo.phpscript=sci_arttext&pid=S0102311X2002000700003&lng=pt&nrm=iso>. acessos em ago. 2009. doi:10.1590/S0102-311X2002000700003.

TEIXEIRA, Sonia, FLEURY (coord.). Reforma sanitária: em busca de uma teoria. 232 p. Tab, illus. (Pensamento Social e Saúde). SP/RJ:Cortez/ABRASCO, 1989.

Bibliografia Complementar

CASTRO, Maria Helena Guimarães Paraná. "Conflitos e interesses na implementação da reforma da política de saúde", Saude em debate, Nº. 35 pp. 15-21. CEBES 1992

FLEURY, Sônia. São Paulo. Saúde: coletiva? Questionando a onipotência do social. Ed. Hucitec, 1992

GIACOMINI, Carlos Homero Parana. "A sociedade civil e a garantia do processo de reforma sanitária", Saude em debate, No. 33. CEBES 1991

LUZ, Madel T. Parana .Notas sobre as políticas de saúde no Brasil de " Transição Democrática anos 80, Saude em debate, CEBES 1992.

138711 - ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL 1, 6º período

Créditos: 16, CHS: 240 (T:2, P: 14)

Pré-requisitos: 138673 - FUNDAMENTOS HISTÓRICOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL 3 e 136646 - FUNDAMENTOS ÉTICOS E ÉTICA PROFISSIONAL

Exercício teórico-prático mediante a inserção do aluno/a nos diferentes espaços institucionais em que atuam os Assistentes Sociais nas esferas públicas e privadas. Conhecimento das expressões da questão social que constituem o objeto de intervenção profissional. Conhecimento da realidade institucional, identificando os recursos existentes e das relações de força existentes. Problematização teórico-metodológica e sistematização das possibilidades de atuação profissional com vistas à elaboração do plano de intervenção.

Bibliografia Básica:

BURIOLA, Marta A. Feiten. Supervisão em Serviço Social: O Supervisor, sua relação e seus papéis. São Paulo: Cortez, 1994.

DIRETRIZES PARA ESTÁGIO SUPERVISIONADO. SER/UnB, dezembro de 2000. Mimeo.

FALEIROS, Vicente de Paula. O saber profissional e o poder institucional. São Paulo: Cortez, 1987.

_____. Estratégias em Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1997.

GUERRA, Iolanda. A Instrumentalidade do Serviço Social. 2ª Ed. Revista. São Paulo: Cortez, 1999.

LEWGOY, Alzira. Supervisão de Estágio no Serviço Social: desafios para a formação e o exercício profissional. São Paulo: Editora Cortez, 2009.

Bibliografia Complementar

Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 05. Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD-UnB, 1999.

LIMA, Telma; MIOTO, Regina; DAL PRA, Keli. A Documentação no Cotidiano da Intervenção dos Assistentes Sociais: algumas considerações a cerca do diário de campo. Revista Textos e Contextos. Porto Alegre RS. V. 6, n. 1, PP. 93-104, 2007.

SANTOS, Carolina Cássia Batista; FERNANDEZ, Cristiane Bonfim. Estágio Supervisionado em Serviço Social: o desafio do ensino da prática. In: Anais da 19ª Conferência Mundial de Serviço Social, Salvador-Bahia, 16 a 19 de agosto de 2008.

SPEROTTO, Neila. Formação no Serviço Social: a teoria a prática. São Paulo: Annablume: Multiforme, 2002.

138819 - PROCESSO DE TRABALHO EM SERVIÇO SOCIAL 2, 6º período

Créditos: 4, CHS: 60 (T:4, P: 0)

Pré-requisitos: 138754 - PROCESSO DE TRABALHO E SERVIÇO SOCIAL 1

Natureza do trabalho do/a Assistente Social nas abordagens familiares, grupais, individuais e coletivas. Intervenção junto às populações, aos movimentos sociais, às ONGs e aos conselhos de direitos. Construção de indicadores da realidade, da atuação profissional e de seus resultados. Inter-relações sócio-institucionais: estratégias e mecanismos de participação, mobilização, articulação e controle social. Instrumentos e técnicas utilizadas pelo/a Assistente Social: entrevista, observação, reuniões, visitas domiciliares, estudo, laudo, parecer e relatórios sociais. A documentação profissional.

Bibliografia Básica:

AMARAL, Ângela Santana do. A categoria Sociedade Civil na tradição liberal e marxista. In: MOTA, Ana Elizabete (org.). O Mito da Assistência Social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2008, p. 58-92.

NETTO, José Paulo. Notas sobre a Reestruturação do Estado e a Emergência de Novas Formas de Participação da Sociedade Civil. In: BOSCHETTI, Ivanete; Pereira, Potyara A. P.; César, Maria Auxiliadora; Carvalho, Denise B. B. (org.). Política Social: Alternativas ao Neoliberalismo. Brasília: UnB, Programa de Pós-graduação em Política Social, Departamento de Serviço Social, 2004, pp. 61-83.

MONTAÑO, Carlos. Terceiro Setor e Questão Social: crítica ao padrão emergente de intervenção social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003 (Introd., Cap. I ? item 1, Cap. II ? itens 1 e 2).

BRAVO, Maria Inês. O trabalho do assistente social nas instâncias públicas de controle democrático. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Unidade IV: O significado do trabalho do Assistente Social nos distintos espaços sócio-ocupacionais. CFESS/ABEPSS: Brasília, 2009, p. 393-410.

CARDOSO, Franci Gomes; LOPES, Josefa Batista. O trabalho do assistente social nas organizações da classe trabalhadora. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Unidade IV: O significado do trabalho do Assistente Social nos distintos espaços sócio ocupacionais. CFESS/ABEPSS: Brasília, 2009, p. 61-477.

ABREU, Marina Maciel; CARDOSO, Franci Gomes. Mobilização social e práticas educativas. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Unidade V: Atribuições privativas e competências do Assistente Social. CFESS/ABEPSS: Brasília, 2009, p. 593-608.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. Orientação e acompanhamento social a indivíduos, grupos e famílias. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Unidade V: Atribuições privativas e competências do Assistente Social. CFESS/ABEPSS: Brasília, 2009, p. 497-512.

CARDOSO, Maria de Fátima Matos. Reflexões sobre Instrumentais em Serviço Social: Observação sensível, entrevista, relatório, visitas e teorias de base no processo de intervenção social. São Paulo: LCTE Editora, 2008. (observação social, entrevista, visita domiciliar, relatório social), p. 24- 29 / 31-57 / 59-75 / 77-103.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. Estudos socioeconômicos. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Unidade V: Atribuições privativas e competências do Assistente Social. CFESS/ABEPSS: Brasília, 2009, p. 481-496.

_____. Perícia social: proposta de um percurso operativo. In: Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n.67, 2001, p. 145-158.

Bibliografia Complementar:

ABREU, Marina Maciel. A Relações entre o Estado e a Sociedade Civil a questão dos conselhos de

- direitos e a participação social do Serviço Social. In: Revista Serviço social e movimento social. V. 1, nº 1. São Luis: EDUFMA, jul./dez, 1999, p. 61-76.
- ALENCAR, Mônica. O trabalho do assistente social nas organizações privadas não lucrativas. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Unidade IV: O significado do trabalho do Assistente Social nos distintos espaços sócio-ocupacionais. CFESS/ABEPSS: Brasília, 2009, p. 449-460.
- AMARAL, Ângela Santana do; CÉSAR, Mônica. O trabalho do assistente social nas fundações empresariais. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Unidade IV: O significado do trabalho do Assistente Social nos distintos espaços sócio ocupacionais. CFESS/ABEPSS: Brasília, 2009, p. 429-447.
- CESAR, Mônica de Jesus. Serviço Social e reestruturação industrial: requisições, competências e condições de trabalho profissional. In: Mota, Ana Elizabeth (org) A Nova Fábrica de Consensos. São Paulo, Cortez, 1998.
- CFESS (org.). O estudo social em perícias, laudos e pareceres técnicos contribuições ao debate no judiciário, penitenciário e na previdência social. Conselho Federal de Serviço Social. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- CFESS. Resolução 557/2009. Emissão de pareceres, laudos e opiniões técnicas conjuntos entre assistentes sociais e outros profissionais. CFESS: Brasília, 2009.
- COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci: um estudo sobre o pensamento político. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 1999. Capítulos V.
- DUARTE, Janaína Lopes do Nascimento. Serviço Social e ONGs: Condições de Trabalho e Demandas Profissionais. In: Seminário de Pesquisa do Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Natal/RN. Anais (CD). Natal: UFRN, 2007.
- _____. A funcionalidade do terceiro setor e das ONGs no capitalismo contemporâneo: o debate sobre sociedade civil e função social. Revista Libertas, Juiz de fora, v. 2, n. 2, p. 52-76, jul.2008 (ISSN 1980-8518)
- Disponível em: http://www.ufff.br/revistalibertas/files/2010/01/artigo03_5.pdf
- DURIGUETO, Maria Lúcia. Sociedade civil, esfera pública, terceiro setor: a dança dos conceitos. In: Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n.81, 2005, pp. 82-101.
- FAVERO, Eunice Teresinha. O estudo social fundamentos e particularidades de sua construção na Área judiciária. In: CFESS (org.). O estudo social em perícias, laudos e pareceres técnicos contribuições ao debate no judiciário, penitenciário e na previdência social. Conselho Federal de Serviço Social. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- GUEIROS, Dalva Azevedo. Família e proteção social: questão atuais e limites da solidariedade familiar. In: Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n.71, 2002.
- GUERRA, Iolanda. Instrumentalidade no trabalho do Assistente Social. Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 04: O trabalho do assistente social e as políticas sociais. Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD-UnB, 1999, p. 51-63
- GUSMÃO, Rute. A ideologia da solidariedade. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n. 62, p. 93-112, 2000.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Atribuições privativas do(a) Assistente Social. Brasília, DF: CFESS, 2002, p. 13-50.
- _____. Os espaços sócio ocupacionais do assistente social. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Unidade IV: O significado do trabalho do Assistente Social nos distintos espaços sócio-ocupacionais. CFESS/ABEPSS: Brasília, 2009, p. 341-375.
- LANDIM, Leilah. Experiência militante: histórias das assim chamadas ONGs. In: LANDIM, Leilah (Org.). Ações em sociedade: militância, caridade, assistência, etc. Rio de Janeiro: NAU, 1998, p. 23-87.
- LEWGOY, Alzira Maria Baptista; SILVEIRA, Esalva Maria Carvalho. A entrevista nos processos de trabalho do assistente social. In: Revista Virtual Textos & Contextos. Vol. 6, n. 2, jul./dez. 2007.
- Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/view/2315/3245>
- MOTA, Ana Elizabete. As dimensões da prática profissional. Revista Presença Ática. Recife, ano 3, n. 3, p. 9-14, 2003.
- MIOTO, Regina Cecília. Cuidados sociais dirigidos à família e segmentos sociais vulneráveis. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 4: O trabalho do Assistente Social e as

políticas sociais. Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD-UNB, 1999, p. 217-224.

_____. Trabalho com famílias : um desafio para os assistentes sociais. In: Revista Virtual textos & Contextos. Vol.3, n. 1. Dez., 2004.

Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/viewFile/979/759>

NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro & SIMIONATTO, Ivete. Pobreza e participação: o jogo das aparências e as armadilhas do discurso das agências multilaterais. Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n. 66, p. 145-164, 2001.

SILVA, Maria Lúcia Lopes da. Um novo fazer profissional. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 4: O trabalho do Assistente Social e as políticas sociais. Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD-UNB, 1999, p. 111-124.

TONET, Ivo. Do conceito de sociedade civil. In: TONET, Ivo. Democracia ou Liberdade? Maceió: EDUFAL, 1997, p. 23-50.

YACOUB, Leila Baumgratz Delgado. O debate contemporâneo do Serviço Social: o Terceiro Setor em questão. Revista Libertas. Juiz de Fora, v. 1, n. 2, p. 85-103, 2001.

ACANDA, Jorge Luiz. Uma palavra de ordem que vem da selva. In: Sociedade civil e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006, pp. 15-26.

DUARTE, Janaína Lopes do Nascimento. Cotidiano profissional do assistente social: exigências profissionais, identidade e autonomia relativa nas ONGs. Revista Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 9, n. 1, p. 66 - 76, jan./jun. 2010 (eISSN: 1677-9509).

Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/viewFile/7281/5241>

SANTOS, Cláudia Mônica dos; NORONHA, Karine. O Estado da arte sobre os instrumentos e técnicas na intervenção profissional do Assistente Social uma perspectiva crítica. In: FORTI, Valéria; GUERRA, Yolanda (orgs). Serviço Social: temas, textos e contextos. Coletânea Nova de Serviço Social. Rio de Janeiro: Lâmen Júris, 2010, p. 47-63 .

MARCONSIN, Cleier. Documentação em Serviço Social: debatendo a concepção burocrática e rotineira. In: FORTI, Valéria; GUERRA, Yolanda (orgs). Serviço Social: temas, textos e contextos. Coletânea Nova de Serviço Social. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2010, p. 65-76.

100455 - SEGURIDADE SOCIAL 3 - ASSISTÊNCIA SOCIAL, 6º período

Créditos: 4, CHS: 60 (T:4, P: 0)

Pré-requisitos: 136484 - POLÍTICA SOCIAL

A trajetória histórica da assistência nas sociedades capitalistas: caridade, humanismo, filantropia, as estratégias de controle dos pobres. A pobreza de massa no capitalismo e as medidas assistenciais no final do século XIX e início do século XX. A relação entre assistência social e trabalho no capitalismo. A Origem e Desenvolvimento da Assistência Social no Brasil. O sistema de seguridade social instituído na Constituição brasileira de 1988 e seu significado para a política de assistência social. Bases conceituais, legais, princípios e diretrizes da LOAS e Política de Assistência Social. O Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Natureza e alcance dos direitos e serviços sócio assistenciais; estrutura organizacional e mecanismos de gestão; funções e beneficiários. A contribuição do Serviço Social na produção e no redimensionamento do conhecimento teórico-prática da política de assistência social.

Bibliografia Básica:

BEVERIDGE, Sir William. O Plano Beveridge : relatório sobre o seguro social e serviços afins. Rio de Janeiro. José Olympio, 1943.

SPOSATI, Aldaíza et alii. Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras. São Paulo. Cortez, 1985

YASBECK, Maria Carmelita. Classes subalternas e assistência social. 1ª edição. São Paulo. Cortez, 1993.

RAICHELIS, Raquel. YASBECK, Maria Carmelita. Classes subalternas e assistência social. 1ª edição. São Paulo. Cortez, 1993. 1ª edição. São Paulo. Cortez, 1998.

BOSCHETTI, Ivanete. Assistência Social no Brasil: um Direito entre Originalidade e Conservadorismo. 2ª Ed. Brasília, GESST/SER/UnB, 2003. 2ª edição. Brasília. GESST/SER, 2003.

- PEREIRA, Potyara A. P. A Assistência social na perspectiva dos direitos. Crítica aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil. Brasília. Thesaurus, 1996.
- FALEIROS, Vicente de Paula. 'A Questão da assistência social', in Serviço social e sociedade nº 30. São Paulo. Cortez, 1989.
- BOSCHETTI, Ivanete. 'Entre o trabalho e a assistência: as hesitações e os paradoxos do programa de renda mínima na França', in Revista Serviço Social e Sociedade, nº 52. São Paulo. Cortez, 1996.
- BOSCHETTI, Ivanete. Seguridade Social e Trabalho: Paradoxos na Construção das Políticas de Previdência e Assistência Social. 1ª edição. Brasília. Ed. UnB e Letras Livres, 2006.
- BOSCHETTI, Ivanete & SALVADOR, Evilásio. Orçamento da Seguridade Social e Política Econômica: Perversa Alquimia. In Revista Serviço Social e Sociedade n. 87. São Paulo. Cortez, 2006.
- STEIN, Rosa. "A descentralização político-administrativa na assistência social", in Revista Serviço Social e Sociedade nº 59. São Paulo. Cortez, 1999.
- BOSCHETTI, Ivanete. Do dever moral de ajuda ao dever legal de assistência? in Caderno de textos em Serviço Social nº 05. Belém. Unama, 1998.
- STEIN, Rosa. "A descentralização como instrumento de ação política e suas controvérsias", in Revista Serviço Social e Sociedade nº 54. São Paulo. Cortez, 1997.

Bibliografia Complementar

- POLANYI, Karl. A Grande transformação: as origens de nossa época. 1ª edição. Rio de Janeiro. Ed. Campus, 1980.
- SPOSATI, Aldaiza (org.). Renda mínima e crise mundial: saída ou agravamento? São Paulo. Cortez, 1997
- TEIXEIRA, Sônia Fleury. Assistência na previdência social - uma política marginal. in Os direitos (dos desassistidos) sociais. São Paulo. Cortez, 1989.
- MOTA, Ana Elizabete. Cultura da crise e seguridade social. Um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. São Paulo. Cortez, 1995.
- PAIVA, Beatriz. O SUAS e os direitos socioassistenciais: a universalização da seguridade social em debate. In Revista Serviço Social e Sociedade n. 87. São Paulo. Cortez, 2006.
- YASBECK, Maria Carmelita. Classes subalternas e assistência social. 1ª edição. São Paulo. Cortez, 1993.
- RAICHELIS, Raquel. YASBECK, Maria Carmelita. Classes subalternas e assistência social. 1ª edição. São Paulo. Cortez, 1993. 1ª edição. São Paulo. Cortez, 1998.

138720 - ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL 2, 7º período

Créditos: 16, CHS: 240 (T:2, P: 14)

Pré-requisitos: 138711 - ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL 1

Exercício teórico-prático mediante a inserção do aluno/a nos diferentes espaços institucionais em que atuam os Assistentes Sociais nas esferas públicas e privadas. Implementação do plano de intervenção do estagiário articulado à discussão teórico-metodológica e a utilização do instrumental técnico operativo do Serviço Social, pertinente às necessidades sociais identificadas.

Bibliografia Básica:

- BURIOLA, Marta A. Feiten. Supervisão em Serviço Social: O Supervisor, sua relação e seus papéis. São Paulo: Cortez, 1994.
- FALEIROS, Vicente de Paula. O saber profissional e o poder institucional. São Paulo: Cortez, 1987.
- _____. Estratégias em Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1997.
- GUERRA, Iolanda. A Instrumentalidade do Serviço Social. 2ª Ed. Revista. São Paulo: Cortez, 1999.
- SPEROTTO, Neila. Formação no Serviço Social: a teoria ? a prática. São Paulo: Annablume: Multiforme, 2002.

Bibliografia Complementar

Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 05. Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD-UnB, 1999.

CARDOSO, Maria de Fatima Matos. Reflexões sobre Instrumentais em Serviço Social: observação sensível, entrevista, relatório, visitas e teorias de base no processo de intervenção social. São Paulo: LCTE Editora, 2008.

CFESS (org.) O Estudo Social em Perícias, Laudos e Pareceres Técnicos: contribuição ao debate no Judiciário, Penitenciário e na Previdência Social. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LIMA, Telma; MIOTO, Regina. Procedimentos Metodológicos na Construção do Conhecimento Científico: a pesquisa bibliográfica. Revista Katálysis Florianópolis. V. 10, n. especial, pp 37-45, 2007.

MIOTO, Regina Cecilia Tamaso. Família e Políticas Sociais. In: BOSCHETTI, Ivanete et al (organizadoras). Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008.

136727 - PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO SOCIAL, 7º período

Créditos: 4, CHS: 60 (T:4, P: 0)

Pré-requisitos: 136484 - POLÍTICA SOCIAL

A teoria das organizações e processo de gestão nas esferas públicas e privadas. As escolas de administração. As novas modalidades de gestão. Bases conceituais e históricas do planejamento econômico e social. Planejamento e gestão das políticas sociais. A experiência brasileira de planejamento. Processo e ciclo orçamentário (Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual). Contexto e marco analítico das reformas e contra reformas do Estado e planejamento social. Metodologias de Planejamento. O planejamento estratégico e a articulação de atores sociais.

Bibliografia Básica:

GIACOMONI, James. PAGNUSSAT, José (Orgs.). Planejamento e orçamento governamental Volumes 1 e 2. Brasília: ENAP, 2006.

BEHRING, Elaine. Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003

FRIEDMANN, John. Dois séculos de teoria de planejamento: uma visão geral. In: GIACOMONI, James.

PAGNUSSAT, José (Org.). Planejamento e orçamento governamental. Volume 1. Brasília: ENAP, 2006.

IANNI, Octavio. Estado e planejamento econômico no Brasil. São Paulo: Civilização Brasileira, 1986.

RAICHELIS, Raquel. Democratizar a gestão das políticas sociais ? um desafio a ser enfrentado pela sociedade civil. In: MOTA, Ana et al. (Orgs.). Serviço Social e Saúde: Formação e trabalho profissional. São Paulo, Cortez, 2006.

WEBER, Max. Ensaios de sociologia. Zahar Editores: 1974.

Bibliografia Complementar;

BAPTISTA. Myrian. Planejamento social: intencionalidade e instrumentação Paulo: Veras Editora, 2003.

MATUS, Carlos. Adeus, senhor presidente: governantes e gove governados. São Paulo: Fundap, 1996.

RICO, Elizabeth. RAICHELIS, Raquel (Orgs.). Gestão social: uma questão em debate. São Paulo: EDUC e IEE, 1999.

APTISTA, Myrian V. Planejamento social intencionalidade e instrumentação. São Paulo: Veras Editora, 2003.

DE TONI, Jackson. Planejamento estratégico e participativo. Curso de Gestão Participativa - Oficina de Planejamento Estratégico e Participativo. UERGS, Porto Alegre-RS, agosto de 2002.

GIOVANELLA, Lúcia. As origens e as correntes atuais do enfoque estratégico em planejamento de são da América Latina. Disponível em:

KEINERT, Tânia. Os paradigmas da Administração Pública no Brasil (1900-92). Revista de Administração de Empresas. São Paulo, 34 (3), maio/jun.1994, p.41-48.

136891 - PROJETO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO, 8º período

Créditos: 4, CHS: 60 (T:4, P: 0)

Pré-requisitos: 136999 - PESQUISA SOCIAL 2

Elaboração de um projeto de monografia sobre tema relacionado à realidade social vivenciada no campo de estágio ou relativo às diversas expressões da questão social, objetos de análise e intervenção do Serviço Social, incorporando os conhecimentos teórico-metodológicos e as estratégias e técnicas utilizadas pelo Serviço Social, sob a orientação do professor.

Bibliografia Básica:

CRESWELL, John. Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2ª edição. Porto Alegre. Artmed/ Bookman, 2007.

ECO, Uberto. Obra Como se faz uma tese. Editor Perspectiva, 2007.

RICHARDSON, Roberto . Pesquisa Social: Métodos e Técnicas. 3ª edição. São Paulo. Atlas, 1999.

Bibliografia Complementar:

BOOTH, Wayne C; COLOMB, Gregory G.; WILLIAMS, Joseph. A Arte da Pesquisa. 3ª edição. São Paulo. Editor Martins Fontes, 2008.

136654 - TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO, 9º período

Créditos: 6, CHS: 90 (T:6, P: 0)

Pré-requisitos: 136891 - PROJETO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Elaboração de monografia final de curso com base em projeto anteriormente elaborado, considerando as exigências teórico-metodológicas e relacionado com as respectivas linhas de pesquisa do Departamento de Serviço Social, sob a orientação de professor.

Bibliografia Básica:

CRESWELL, John . Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2ª edição. Porto Alegre. Artmed/ Bookman, 2007.

RICHARDSON, Roberto . Pesquisa Social: Métodos e Técnicas. 3ª edição. São Paulo. Atlas, 1999.

Bibliografia Complementar

DOWBOR, Ladislau. **A gestão social em busca de paradigmas.** In: RICO Elizabeth de M. e RAICHELIS, Rachel. (Orgs). **Gestão Social: uma questão em debate.** São Paulo: Educ, IEE, 1999.

136620 - ANÁLISE DE POLÍTICAS SOCIAIS, Optativa

Créditos: 4, CHS: 60 (T:4, P: 0)

Pré-requisitos: 136484 - POLÍTICA SOCIAL

Análise e avaliação de políticas e programas sociais. Distinção entre análise e avaliação de Políticas Sociais. Ação pública, construção de problemas e processos decisórios. Categorias e técnicas de análise de políticas sociais em diferentes abordagens: marxista, neo institucionalista, cognitiva. Dimensões, categorias e indicadores para análise e avaliação de políticas sociais. Análise das tendências contemporâneas de organização das políticas sociais: mundialização versus territorialização; interdependência, comunidades e redes de políticas sociais. Análise empírico factual de políticas e/ou programas sociais.

Bibliografia Básica:

- ARRETCHE, Marta, "Tendências no estudo sobre avaliação" - In Rico, Maria Elizabeth, Avaliação de políticas. Uma questão em debate. São Paulo, Cortez - IEE/PUC, 1998.
- GERSCHMAN, Sílvia, "Sobre a formulação de políticas sociais" In TEIXEIRA, Sônia Fleury, (Org.) Reforma sanitária: em busca de uma teoria. São Paulo Cortez 1989.
- COIMBRA, Marcos Abordagens teóricas ao estudo das políticas sociais e Será que o marxismo responde á pergunta de como surgem as políticas sociais In ABRANCHES, Sérgio, Política social e combate à pobreza. pp. 65-126, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1987.
- GERSCHMAN Sílvia, <Sobre a formulação de políticas sociais> In TEIXEIRA, Sônia Fleury (org.) Reforma sanitária: em busca de uma teoria. São Paulo, Cortez, 1989.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos, Teoria social e análise de políticas públicas; Perfil de desequilíbrio e paradigma de análise In Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira, pp.11-14 e 46-69. Rio de Janeiro, Campos, 1979.
- MELO, Marcus André de, As sete vidas da agenda pública brasileira, In Rico, Maria Elizabeth, Avaliação de políticas. Uma questão em debate. São Paulo, Cortez IEE/PUC.
- WORTHEIN, Blaine, SANDERS, James R. e FITZPATRICK, Jody L. Avaliação de programas: concepções e práticas. São Paulo, Gente, 2004.
- AGUILAR, Maria José & ANDER-EGG, Ezequiel. Avaliação de programas e serviços sociais. Petrópolis. Vozes, 1994.
- RICO, Maria Elizabeth. Avaliação de políticas: uma questão em debate. São Paulo, Cortez, 1998.
- PEREIRA, Potyara. Política social: temas e questões. São Paulo, primeira, Cortez, 2008.

Bibliografia Complementar:

- SUREL, Yves e MÃœLLER, Pierre , A análise de políticas públicas, Pelotas-RS, EDUCAT, 2002.
- FREY, Klaus Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes a prática de análise de políticas públicas no Brasil. On-line <http://www.ipea.gov.br/pub/ppp/ppp21/Parte5.pdf>
- IPEA "Revista Planejamento e Políticas Públicas no Brasil, número 21, Brasília-Ipea, Junho 2000, pp. 211-252, 2000.
- BELLONI, Isaura . Metodologia da avaliação em políticas sociais. São Paulo, 3ª, Cortez 1998.
- SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. On-line <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16.PDF> 2006.
- FARIA, Carlos AurÃ©lio Pimenta. Ideias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes - On-line <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n51/15984.PDF>, 2003.
- HOFFLING, Eloísa. Estado e Políticas Públicas Sociais. Cadernos Cedes. São Paulo, primeira, CEDES, 2001.
- SARAIVA, Enrique. FERRAREZI, Elisabete (Orgs.). Políticas públicas. Volumes 1 e 2. Brasília, ENAP, 2006.
- ROCHA, Carlos Vasconcelos. Neoinstitucionalismo como modelo de análise para as políticas públicas. On-line <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/viewFile/32/1604> 2007.

Criação 1 - ENVELHECIMENTO E POLÍTICAS SOCIAIS, Optativa

Créditos: 4, CHS: 60 (T:4, P: 0)

Pré-requisitos: Sem pré-requisitos.

Conceito de Velhice. Transição demográfica e envelhecimento populacional. O envelhecimento na perspectiva de classe, gênero, raça e etnia. Transformações da família e da proteção doméstica aos idosos. Violência e maus-tratos contra a pessoa idosa. Impactos do envelhecimento sobre as políticas sociais públicas. Legislação, políticas e direitos individuais e sociais da pessoa idosa. Participação e Conselhos do Idoso. Qualidade de vida e envelhecimento. Redes de serviços de atendimento ao idoso.

Bibliografia Básica:

- BEAUVOIR, Simone. A Velhice II. As Relações com o Mundo. São Paulo. Difusão Europeia do Livro., 1970.
- MYRIAM, Moraes Lins de Barros (org). Velhice ou Terceira Idade? Rio de Janeiro. Fundação Getúlio

Vargas, 1997.

CAMARANO, Ana Amélia. Muito Além dos 60: os novos idosos brasileiros. 1ª edição. Rio de Janeiro. IPEA, 1999.

CAMARANO, Ana Amélia. Os Novos Idosos Brasileiros: Muito Além dos 60? Rio de Janeiro. IPEA, 2004.

Bibliografia Complementar

PEREIRA, Potyara A. P. Formação em Serviço Social, Política Social e o Fenômeno do Envelhecimento. Brasília. MEC SESu/CAPES, 2005.

FALEIROS, V, P, LOUREIRO, a, M, L, (orgs). Desafios do envelhecimento, vez, sentido e voz. 1ª edição. Brasília. Editora Universal, 2006.

SALGADO, Carmen Delia Sanchez. Mulher idosa: a feminização da velhice. Porto Alegre. Estudos Interdisciplinares de Envelhecimento, 2002.

FERNÃ NDEZ-BALLESTEROS, R. Gerontologia Social. 1ª edição. Madrid. Ediciones Pirâmide, 2000.

KALACHE, Alexandre; VERAS, Renato P. & RAMOS, Luiz Roberto. O Envelhecimento da População Mundial: um Desafio Novo. São Paulo. Revista de Saúde Pública, 1987.

CAMARANO, Ana Amélia & PASINATO, Maria Tereza. Envelhecimento, Pobreza e Proteção Social na América Latina. Rio de Janeiro. IPEA, 2007.

HAYFLICK, Leonard. Como e Por Que Envelhecemos. Rio de Janeiro. Editora Campos, 1997.

HADDAD, Eneida, G, M. A Ideologia da Velhice. São Paulo. Cortez Editora, 1986.

RAMOS, Paulo Roberto Barbosa. Fundamentos Constitucionais do Direito a Velhice. Rio de Janeiro. Livraria e Editora Obra Jurídica, 2002.

136166 - GÊNERO, RAÇA/ETNIA E POLÍTICA SOCIAL, Optativa

Créditos: 4, CHS: 60 (T:4, P: 0)

Pré-requisitos: Sem pré-requisitos.

Conceitos e definições de gênero, raça, etnia, classe social: suas interseccionalidades. Incorporação das questões de Gênero e de Raça no desenvolvimento do Welfare State: as experiências europeias e norte americana. Movimentos de mulheres e raciais e a participação política. As convenções internacionais e o combate a discriminação de gênero e raça. Avanços conceituais e políticos do emprego das categorias de gênero e raça/etnia no campo das políticas sociais: relações de gênero e raça/etnia na gestão pública contemporânea. Institucionalidade de Gênero e Raça no mundo e no Brasil: emergência dos organismos de políticas transversais. As políticas sociais setoriais e as políticas transversais.

Bibliografia Básica:

GUIMARAES, Antônio S. A. Classes, Raças e Democracia. São Paulo, Primeira, Editora 34, 2002.

BUTLER, Judith. Problemas de Gênero - Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

Bibliografia Complementar

HARAWAY, Donna J. Ciencia, cyborgs y mujeres - La reinencion de la naturaleza. Madrid, Primeira Edição, Ediciones Cátedra, 1995.

BANDEIRA, Lourdes & VASCONCELOS, Maria. Eqüidade de Gênero e Políticas Públicas: Reflexões Iniciais, Brasília, Primeira Edição, Agende, 2002.

COSTA, Albertina de O. & BRUSCHINI, Cristina. Uma questão de gênero. RJ - SP, Primeira Edição, Editora Rosa dos Tempos - Fund. Carlos Chagas, 1992.

FRAISSE, Genevive. Musa de la Razon - La democracia excluyente y la diferencia de los sexos. Madrid, Primera Edición, 1991.

NAVARRO, Marysa y STIMPSON, Catherine R. (comps.) Un Nuevo Saber. Los Estudios de las Mujeres. Cambios Sociales, Econômicos e Culturales. Fondo de Cultura Econômica. Buenos Aires, Primera Edición, 2000.

VALDAS, Teresa (coord), El Índice de compromiso cumplido - ICC. Una estrategia para el control

ciudadano de la equidad de Género, Santiago de Chile, Primeira Edição, FLACSO, 2001.

AMORÁ“S, Celia. Hacia una critica de la Razã³n Patriarcal. Barcelona, Primera Edición, Anthropos Editorial del Hombre, 1991.

LOURO, Guacira Lopes. Um Corpo Estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte, Primeira Edição, Autêntica, 2004.

BOCK, Gisela y Thane, Pat (eds.) Maternidad y politicas de gênero. Madrid, Primera Edicin, Ediciones Cátedra, 1996.

CASTELLS, Carme (comp.) Perspectivas Feministas en Teoria Politica. Barcelona, Primera Edicion, Cátedra, 1996

136816 - INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E CIDADANIA, Optativa

Créditos: 4, CHS: 60 (T:4, P: 0)

Pré-requisitos:136484 - POLÍTICA SOCIAL

Infância e historicidade. Análise da constituição histórica das formas de enfrentamento da questão social da infância e da adolescência no Brasil. A normativa internacional como instrumento de orientação na formulação e implementação de políticas públicas de proteção à infância e à adolescência. O Estatuto da Criança e do Adolescente. As expressões da questão social da infância e da adolescência em uma perspectiva temática: As medidas de proteção social básica; a questão da prática do ato infracional por adolescentes; as diversas expressões do abuso contra crianças e adolescentes; A exploração do trabalho infanto-juvenil, dentre outras.

Bibliografia Básica:

ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. Rio de Janeiro, 11ª Ed. Livros técnicos e científicos, 1981.

SMITH, Adam. A riqueza das nações. Volume I. São Paulo. Nova Cultural, 1988.

MARCILIO, Maria Luíza. História social da criança abandonada. São Paulo: Hucitec, 1998.

ARANTES, Esther Maria de Magalhães. Rostos de crianças no Brasil, In PILOTTI, Francisco e RIZZINI, Irene, A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. São Paulo, Amais Editora Instituto Interamericano Del Niño, 1995.

ROSDOLSKY, Roman. Gênese e estrutura de o Capital de Karl Marx. Rio de Janeiro. Contraponto, 2001.

RUBIN, Isaak. A teoria marxista do valor. São Paulo, Brasiliense, 1980.

FALEIROS, Vicente de Paula. Infância e processo político no Brasil?, In PILOTTI, Francisco e RIZZINI, Irene. A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. Amais Editora - Instituto Interamericano Del Niño. Rio de Janeiro, 4ª, 1995

MANDEL, Ernest. O capitalismo tardio. São Paulo, Abril Cultural, 1982.

VOGEL, Arno, Do Estado ao Estatuto: propostas e vicissitudes da política de atendimento à infância e adolescência no Brasil contemporâneo, In PILOTTI, Francisco e RIZZINI, Irene. A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil, Rio de Janeiro, Amais Editora - Instituto Interamericano Del Niño, 1995.

HOBSBAWM, Eric. A era dos extremos. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

BRAVERMAN, Harry. Trabalho e capital monopolista. Rio de Janeiro, Guanabara, 1987.

Bibliografia Complementar

OLIVEIRA, Maria de Lourdes Barreto. Infância e historicidade, pp. 1-130; 186-263. São Paulo, Tese de Doutorado PUC/SP, 1989

SOUZA, Ailta Barros de . Política de proteção a infância e adolescência e descentralização: o caso do conselho de direitos da criança e do adolescente João Pessoa. PB, 1997

BAZILIO, Luiz Cavaliéri, O menor e a ideologia de segurança nacional. Belo Horizonte, Veja Novo Espaço, 1985

COSTA, Antônio Carlos Gomes da. O novo direito da criança e do adolescente no Brasil: o conteúdo e o processo das mudanças no panorama legal, Rio de Janeiro, CBIA, 1992

MANDEL, Ernest. A Crise do Capital; os fatos e sua interpretação marxista. São Paulo, Ed. Ensaios, 1990

MANDEL, Enerst. Iniciação À teoria economia marxista. Lisboa, Antídoto, 1978
Organizações Internacionais.

Convenção das Nações unidas sobre os direitos da criança;

Estatuto da criança e do adolescente;

Regras mínimas das Nações Unidas para a administração da justiça da infância e da juventude (Regras de Beijing);

Diretrizes das Nações Unidas para a proteção dos jovens privados de liberdade;

Regras mínimas das Nações Unidas para a prevenção da delinquência juvenil (Diretrizes de RIAD);

Declaração dos Direitos da Criança de 1959. On-line, Vários

FILGUEIRAS, Luiz. GONÇALVES, Reinaldo. A economia política do governo Lula. Rio de Janeiro, Contraponto, 2007

TEIXEIRA, Francisco. Trabalho e valor: contribuição para a crítica da razão econômica. São Paulo, Cortez, 2004

PAULANI, Leda. Brasil Delivery: Servidão financeira e estado de emergência econômico. São Paulo, Boitempo Editorial, 2008

136824 - POLÍTICA SOCIAL - EDUCAÇÃO, Optativa

Créditos: 4, CHS: 60 (T:4, P: 0)

Pré-requisitos: 136484 - POLÍTICA SOCIAL

Análise de Teoria e da Prática das Políticas Educacionais em seu processo de formulação, implementação, gestão e avaliação, tendo como referência a extensão da cidadania. As relações entre Estado, sociedade e educação em diferentes perspectivas. Emergência dos sistemas educacionais nacionais e suas recentes transformações na América Latina. O direito à educação na Constituição Federal da República Federativa do Brasil e outras legislações nacionais. Formulação e gestão da política de educação: participação, descentralização, público e privado, constituição de fundo público específico, autonomia escolar e universitária. Educação e conhecimento no mundo do trabalho e da cidadania. Educação e pobreza: interfaces entre Política de Assistência e Política de Educação. Contribuição do Serviço Social na produção e redimensionamento do conhecimento teórico social da política social.

Bibliografia Básica:

AZEVEDO, Janete M. Lins de. A educação como política pública. 3. ed. Campinas: Autores Associados, c2008.

MANFREDI, Sílvia Maria. Educação profissional no Brasil. São Paulo: Cortez, 2003.

MANCIBO, Deise; DOURADO, Luiz Fernandes; CATANI, Afranio M.; OLIVEIRA, João Batista Araújo e. Políticas e gestão da educação superior: transformações recentes e debates atuais. Goiânia: Alternativa; São Paulo: Xamã, 2003.

FERES, João; ZONINSEIN, Jonas (Coord.). Ação afirmativa e universidade:: experiências nacionais comparadas. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.

PARO, Vitor Henrique. Gestão escolar, democracia e qualidade do ensino. São Paulo: Ática, 2009

FREIRE, Paulo. Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 15. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

SAVIANI, Dermeval. A Pedagogia no Brasil: história e teoria. Campinas: Autores Associados, 2008

STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (Coord.). Dicionário Paulo Freire. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

VIEIRA, Sofia Lerche; FARIAS, Isabel Maria Sabino de. Política educacional no Brasil: introdução histórica. Brasília: Líber Livro, 2007.

Bibliografia Complementar

OLIVEIRA, Dalila A. (org.). Reformas Educacionais na América Latina e os Trabalhadores Docentes. 1ª edição. Belo Horizonte. Autêntica, 2003.

GADOTTI M. & ROMEO, J. E. (orgs.) . Autonomia da escola: princípios e propostas. 1ª edição. São Paulo. Cortez, 1997.

LOPES, Eliane et. al. (orgs). 500 Anos de Educação no Brasil. 3ª reimpressão. Belo Horizonte. Autêntica, 2007.

136832 - POLÍTICA SOCIAL - TRABALHO, Optativa

Créditos: 4, CHS: 60 (T:2, P: 2)

Pré-requisitos: 136484 - POLÍTICA SOCIAL

Direito ao trabalho e cidadania: a Constituição Federal, CLT e outras legislações nacionais. Emergência da política do trabalho e análise dos principais componentes do sistema de emprego na perspectiva das políticas sociais. Conselhos de controle democrático e fundos específicos para a formulação, gestão e avaliação da política de trabalho. Mercado de trabalho no Brasil: desemprego, informalidade, precarização, qualidade do emprego. O movimento operário e sindical no Brasil: experiências e perspectivas recentes. Negociações coletivas. Alternativas emergentes: re-significação do cooperativismo e economia solidária. Mercado de Trabalho e Previdência: interfaces entre Política de Previdência e Política de Trabalho.

Bibliografia básica:

ASSIS, José C. de. Trabalho como direito. Fundamentos para uma política de promoção do pleno emprego no Brasil. 1ª Ed. São Paulo. Contraponto, 2002.

KREIM, José D. et al. (orgs.). As transformações no mundo do trabalho e os direitos dos trabalhadores. 1ª Ed. São Paulo. LTR, 2006.

AZEREDO, Beatriz. Políticas Públicas de Emprego ? A experiência brasileira. 1ª Ed. São Paulo. ABET, 1998.

GUIMARAES, Nadya e HIRATA, Helena (orgs.). Desemprego. Trajetórias, identidades, mobilizações. 1ª Ed. São Paulo. Editora SENAC, 2006.

ANTUNES, Ricardo (org.). Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil. 1ª Ed. Perdizes/SP. Boitempo, 2006.

POCHMANN, Marcio. O emprego na globalização ? A nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. 2ª reimpressão. Perdizes/SP. Boitempo, 2005.

FERREIRA, Mário C. & ROSSO, Sadi D. A regulação social do trabalho. 1ª Ed. Brasília. Editora Paralelo 15, 2003.

SINGER, Paul. Introdução à economia solidária. 1ª Ed. São Paulo. Fundação Perseu Abramo, 2002.

Bibliografia Complementar

BARBOSA, Rosângela N. C. A economia solidária como política pública - Uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil. 1ª Ed. São Paulo. Cortez, 2007.

CASTEL, Robert. A discriminação negativa: Cidadãos ou autóctones? 1ª Ed. Petrópolis, RJ. Vozes, 2008.

NOGUEIRA, Cláudia M. A feminização no mundo do trabalho. 1ª Ed. Campinas, SP. Autores Associados, 2004.

138851 - PRÁTICA DE PESQUISA 1, Optativa

Créditos: 4, CHS: 60 (T:2, P: 2)

Pré-requisitos: 136719 - PESQUISA SOCIAL 1

Formação prática em pesquisa, por meio da participação do aluno nas pesquisas em desenvolvimento no Departamento, sob a supervisão do professor responsável pela pesquisa, incluindo as seguintes atividades: revisão e análise crítica da bibliografia, delineamento da temática, definição do objeto de pesquisa e construção da problemática da pesquisa.

Bibliografia Básica:

CRESWELL, John. Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre. 2ª edição. Artmed/Bookman, 2007.

DEMO, Pedro. Pesquisa: princípio científico e educativo. São Paulo, 1ª edição. Cortez, 1990.

RICHARDSON, Roberto . Pesquisa Social: Métodos e Técnicas. São Paulo, 3a edição. Atlas, 1999.
Booth, Wayne C; Colomb, Gregory G.; Williams, Joseph. A Arte da Pesquisa. São Paulo, 3a edição.
Martins Fontes, 2005.

Bibliografia Complementar

SILVA, Maria O. da S. & YAZBEK, Maria C. (orgs.). Políticas Públicas de Trabalho e Renda no Brasil Contemporâneo. São Paulo. Cortez, 2006.

138860 - PRÁTICA DE PESQUISA 2, Optativa

Créditos: 4, CHS: 60 (T:2, P: 2)

Pré-requisitos: 136719 - PESQUISA SOCIAL 1

Formação prática em pesquisa, por meio da participação do aluno nas pesquisas em desenvolvimento no Departamento, sob a supervisão do professor responsável pela pesquisa, incluindo as seguintes atividades: análise crítica da literatura científica, construção do quadro teórico de referência, definição dos métodos e técnicas a serem utilizadas na pesquisa, construção dos instrumentais (questionários, entrevistas, roteiro de análise de documentação, etc.)

Bibliografia Básica:

CRESWELL, John. Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre. 2a edição. Artmed/Bookman, 2007.

RICHARDSON, Roberto . Pesquisa Social: Métodos e Técnicas. São Paulo, 3a edição. Atlas, 1999.
Booth, Wayne C; Colomb, Gregory G.; Williams, Joseph. A Arte da Pesquisa. São Paulo, 3a edição.
Martins Fontes, 2005.

Bibliografia Complementar

DEMO, Pedro. Pesquisa: princípio científico e educativo. São Paulo, 1a edição. Cortez, 1990.

138878 - PRÁTICA DE PESQUISA 3, Optativa

Créditos: 4, CHS: 60 (T:2, P: 2)

Pré-requisitos: 136719 - PESQUISA SOCIAL 1

Formação prática em pesquisa, por meio da participação do aluno nas pesquisas em desenvolvimento no Departamento, sob a supervisão do professor responsável pela pesquisa, incluindo as seguintes atividades: realização da pesquisa, com aplicação dos instrumentos e técnicas de coleta de dados, sistematização, tabulação e análise dos dados.

Bibliografia Básica:

DEMO, Pedro. Pesquisa: princípio científico e educativo. São Paulo, 1a edição. Cortez, 1990.
RICHARDSON, Roberto . Pesquisa Social: Métodos e Técnicas. São Paulo, 3a edição. Atlas, 1999.
Booth, Wayne C; Colomb, Gregory G.; Williams, Joseph. A Arte da Pesquisa. São Paulo, 3a edição.
Martins Fontes, 2005.

Bibliografia Complementar

CRESWELL, John. Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre. 2a edição. Artmed/Bookman, 2007.

138886 - PRÁTICA DE PESQUISA 4, Optativa

Créditos: 4, CHS: 60 (T:2, P: 2)

Pré-requisitos: 136719 - PESQUISA SOCIAL 1

Formação prática em pesquisa, por meio da participação do aluno nas pesquisas em desenvolvimento no Departamento, sob a supervisão do professor responsável pela pesquisa, incluindo as seguintes atividades: análise crítica dos dados à luz do referencial teórico, estruturação e elaboração de relatório de pesquisa, elaboração de artigos com base na pesquisa realizada.

Bibliografia Básica:

CRESWELL, John. Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre. 2a edição. Artmed/Bookman, 2007.
DEMO, Pedro. Pesquisa: princípio científico e educativo. São Paulo, 1a edição. Cortez, 1990.
Booth, Wayne C; Colomb, Gregory G.; Williams, Joseph. A Arte da Pesquisa. São Paulo, 3a edição. Martins Fontes, 2005.

Bibliografia Complementar

RICHARDSON, Roberto . Pesquisa Social: Métodos e Técnicas. São Paulo, 3a edição. Atlas, 1999.

138924 - PRÁTICAS DE INFORMÁTICA E SERVIÇO SOCIAL, Optativa

Créditos: 4, CHS: 60 (T:4, P: 0)

Pré-requisitos: 136581 - INTRODUÇÃO AO SERVIÇO SOCIAL

Análise e prática laboratorial das diferentes perspectivas do uso estratégico e instrumental das novas tecnologias da informação e comunicação, com destaque para a informática, aplicadas ao Serviço Social.

Bibliografia Básica:

ROSA, Lutero. Informação Tecnológica e Serviço Social, In: Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, 1996. (pp. 137-163).
LOJKINE, J. Os desafios da Revolução Informacional. In: OLIVEIRA, Flávia Arlanck Martins de. Globalização, regionalização e nacionalismo. São Paulo: Ed. Unesp 287 p Número de Chamada: 339.9 G562R.
MOORE, Nick. ?A sociedade da informação, In: A informação: tendências para o novo milênio. Brasília: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia ? IBCT, 1999 (pp. 94-108).
NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social. Serviço Social & Sociedade. XVII (50):87- 132, São Paulo, Cortez, 1996. Perseu Abramo, 2001.
SANTOS. Milton e RIBEIRO, Ana Clara. Brasil: Território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro/São Paulo, Record, 2001
MARSIGLIA, Regina. O projeto de pesquisa em Serviço Social. Capacitação em Serviço Social e Política Social : Módulo 5: intervenção e pesquisa em Serviço Social. - Brasília : UnB, CEAD, 2000. (p. 19-58) Na BCE - 361/362 (81) C236s

Bibliografia Complementar

BOGADO, Franciele Tostan. Influência das tecnologias de informação no desempenho do serviço social : uma visão dos assistentes sociais que participam do desenvolvimento e implementação de aplicações informáticas em Londrina e região (dissertação de mestrado em UEL).2006
DUARTE, Evaristo E.C. Apropriação das tecnologias de informação pelo Serviço Social. In: Caderno de Comunicações IX Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, vol.2, Goiânia:1998, (pp. 194-39).
MEDEIROS, Quézia Arcoverde. Limites e potencialidades na construção do sistema de informação: a rede suas.2007 (monografia de graduação) Cap. 1.
SOUZA, Perci Coelho de. Revolução Informacional e Serviço Social: Uma nova estratégia de intervenção?, In: Caderno de comunicações IX Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, vol.2, Goiânia, (pp.35-39), 1998.
SOUZA, Perci Coelho de. Serviço Social e Informática. In Capacitação em Serviço Social e Política Social : Modulo 4: O trabalho do assistente social e as políticas sociais. Brasília: CEAD, 1999.
LOJKINE, J. Alternativas em face da mundialização: a instituição municipal, mediação entre empresa e sociedade. In: RAUTA RAMOS (org.). Metamorfoses sociais e políticas urbanas. Rio de Janeiro, DP&A,2003.
SILVEIRA, S.A. Exclusão Digital a miséria na era da informação. São Paulo: Fundação
MORAES, Denis (org.). Por uma outra comunicação. Rio de Janeiro: Record, 2003.
SCHERER-WARREN, Ilse. Metodologia de redes no estudo das ações coletivas e movimentos sociais. UFBA. 1994A (mimeo).
SCHERER-WARREN, I (1997): Redes e espaços virtuais. Uma agenda para a pesquisa de ações coletivas na era da informação. Trabalho apresentado no VII Congresso da Sociedade Brasileira de

136794 - QUESTÃO URBANA E POLÍTICA HABITACIONAL, Optativa

Créditos: 4, CHS: 4 (T:4, P: 0)

Pré-requisitos: 136484 - POLÍTICA SOCIAL

O debate conceitual sobre o urbano: da Escola de Chicago às análises Marxistas. A problematização da questão urbana: concentração da propriedade e desigualdades sociais; metropolização e pobreza; expansão urbana e meio ambiente; moradia e infraestrutura urbana. A constituição do urbano na América Latina e no Brasil. O direito à ocupação do espaço urbano. A política urbana brasileira. A cidade como local de moradia. Análises marxistas da questão habitacional. Histórico das transformações urbanas no Brasil: urbanização e formas de habitação. Trajetória da Política Habitacional Brasileira. Demandas por moradia, direito à habitação e movimentos sociais. Articulação da política habitacional com as demais políticas sociais. Moradia e Política Habitacional no Distrito Federal. A contribuição do Serviço Social na produção e no redimensionamento do conhecimento teórico-prático acerca da questão urbana e da política habitacional.

Bibliografia Básica:

- CASTELLS, Manuel. A Cidade, Democracia e Socialismo, Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1980.
- PAVIANI, Aldo. A Conquista da Cidade: Movimentos Populares em Brasília. Brasília, 2ª Edição, UnB, 1991.
- VELHO, Guilherme Otávio. O Fenômeno Urbano. Rio de Janeiro, 4a edição, Zahar, 1979.
- RIBEIRO, Luiz César de Queiroz & PECHMAN, Robert (Orgs.) Cidade, Povo e Nação: Gênese do urbanismo moderno. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 1996.
- KOWARICK, Lúcio. As lutas sociais e a cidade. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo, HUCITEC, 1996.
- CASTELLS, Manuel. A Questão Urbana. A Questão Urbana. RJ Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1903.
- JACOBS, Jane. Morte e Vida de Grandes Cidades. Tradução Carlos S. Mendes Rosa; revisão da tradução Maria Estela Heider Cavalheiro; revisão técnica Cheila Aparecida Gomes Bailão. SP, Martins Fontes, 2000.
- RIBEIRO, Luiz César de Queiroz & AZEVEDO, Sérgio de. A Crise da Moradia nas Grandes Cidades: da questão da habitação à reforma urbana. RJ, UFRJ, 1996.
- SINGER, Paul. Economia Política da Urbanização. SP, 14a edição, Contexto, 1998..
- FALCÃO, Joaquim (org) Invasões Urbanas: Conflito de Direito de Propriedade. 2ª, RJ, FGV, 2008
- PAVIANI, Aldo. Urbanização e Metropolização: A Gestão dos Conflitos em Brasília. Brasília, UnB Codeplan, 1987.
- PERLMAN, Janice E. O Mito da Marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro, RJ. Paz e Terra, 1977.
- GOHN, Maria da Glória. Movimentos Sociais e Lutas pela Moradia. SP, Vozes, 1995.
- SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Política Habitacional Brasileira: Verso e Reverso. SP, Cortez, 1982.
- AMMANN, Safira Bezerra. Movimento Popular de Bairro: De frente para o Estado em busca do Parlamento. SP, Cortez, 1991.
- GONÇALVES, Mª da Conceição Vasconcelos. Favelas Teimosas: Lutas por Moradia. Brasília, Thesaurus, 1998.
- GOUVEIA, Luiz A. de Campos. Brasília: A Capital da Segregação e do Controle Social: Uma avaliação da ação governamental na área da habitação. São Paulo. Annablume, 1995.
- MARICATO, Ermínia. Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana. Petrópolis, Vozes, 2001
- LOJKINE, Jean. O Estado Capitalista e a Questão Urbana. SP, M.Fontes, 1997.
- MOISÉS, José Álvaro . Contradições Urbanas e Movimentos Sociais. Apresentação de Francisco Corrêa Welfort. RJ, CEDEC, 1978.
- ROLNIK, Raquel. O que é cidade (coleção primeiros passos), SP, Brasiliense, 2004.
- HOLSTON, James. A Cidade Modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia. SP, Companhia das Letras, 1993.
- LEFEBVRE, Henri. O Direito à Cidade. SP, 5ª, Centauro, 2008.
- LEFEBVRE, Henri. Cidade do capital. Rio de Janeiro, 2. Ed. DP & A, 2001.

LEFEBVRE, Henri. A revolução urbana. Belo Horizonte ? MG, 2. reimpr., Ed. UFMG, 1999.
CALDEIRA, Teresa P do Rio. Cidade de Muros : crime, segregação e cidadania em São Paulo. SP, Ed. 34 e EDUSP, 2000.
LOJKINE, Jean. O Estado capitalista e a questão urbana. São Paulo, M Fontes, 1981.
SANTOS, Milton. A urbanização Brasileira. SP, HUCITEC, 1993.
RANTES, Otília Beatriz Fiori; VAINER, Carlos B; MARICATO, Ermínia. Cidade do pensamento único: Desmanchando consensos. Petrópolis, 2. Ed. Vozes, 2000.
ENGELS, Friedrich. A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra. SP, Boitempo, 2008.
RAMOS, Maria Helena Rauta. Metamorfoses sociais e políticas urbanas. Rio de Janeiro, DP & A, 2002.

Bibliografia Complementar

BONDUKI, Nabil Georges. Origens da Habitação Social no Brasil: Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Propriá. SP, Estação Liberdade e FAPESP, 1998
LIMA, Antônia Jesuíta de. Cidades Brasileiras: Atores, Processos e Gestão Pública. BH, Autêntica, 2007
BARBARA, Freitag. Teorias da Cidade. Campinas, Papirus, 2006
PECHMAN, Robert Moses (Org.) Olhares sobre a Cidade. RJ, UFRJ, 1994
MARICATO, Ermínia. Habitação e Cidade. SP, Atual 1997
SACHS, Céline. São Paulo: Políticas Públicas e Habitação Popular. SP, EDUSP 1999

Criação 2 - RELAÇÕES SOCIAIS, FAMÍLIA E SERVIÇO SOCIAL, Optativa

Créditos: 4, CHS: 60 (T:4, P: 0)

Pré-requisitos: Sem pré-requisitos.

Contextualização sócio histórica da família moderna. Abordagens teóricas sobre família. Família, reprodução e parentesco. As interconexões entre gênero, sexualidade, geração e família. Família e política social: perspectivas teóricas e modelos de proteção social. O serviço social e o trabalho com família. Processo de trabalhos, família e instrumentais técnicos operativos.

Bibliografia Básica:

Göran Therborn, Sexo e Poder ? a família no mundo (1900 ? 2000), São Paulo, No Edição1ª, Contexto, 2006.
CARVALHO, MARIA DO CARMO BRANT DE ,A Família Contemporânea Em Debate, São Paulo, 5º Edição, EDUC, 2006.
ARIES, Philippe, História Social da Criança e da Família, Rio de Janeiro, 2º Edição, LTC, 1981.
FONSECA, C. L. W.. Cadernos Pagina v. 29, p. 9-26, Rio de Janeiro, 1º Edição, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/ Unicamp, 2007.
BOZON, MICHEL, Sociologia Da Sexualidade, Rio de Janeiro, 1º Edição, EDITORA FGV. 2004.

Bibliografia Complementar

SINGLY, François De, Sociologia da Família Contemporânea, Rio de Janeiro, 1ª Edição, EDITORA FGV, 2007.
MIOTO, Regina Celia Tamasso., Do conhecimento que temos a intervenção que fazemos: uma reflexão sobre a atenção as famílias no Âmbito das políticas sociais. In: Rosane Gonçalves Nitschke; Ingrid Elsen; Coleta Rinaldi Althof. (Org.). Pesquisando a família: olhares contemporâneos., Florianópolis, 1ª Edição, Papa-Livro, 2004.
MIOTO, R. C. T. A, Cuidados sociais dirigidos À família e segmentos sociais vulneráveis. Cadernos Capacitação em Serviço Social e política social, mod. 04., Brasília, CEAD, 2000.
_____, A centralidade da família na política de assistência social. Revista de Políticas Públicas. v.08 n.01, pp. 133-143., São Luis, No Edição Jan.-Jun.,EDUFMA, 2004.
BARROS, Myriam Lins de. (org.), Família e Gerações , Rio de Janeiro, 1ª Edição, Editora FGV, 2006.
HEILBORN, Maria Luiza; DUARTE, Luiz Fernando Dias; PEIXOTO, Clarice; LINS DE BARROS, Myriam. Sexualidade, família e ethos religioso., Rio de Janeiro , 1, Garamond, 2005.

MEYER, Dagmar E.E. A politização contemporânea da maternidade: construindo um argumento. *Gênero*, vol. 6, pp.81-104. Rio de Janeiro, s.l, 2006.

CARDOSO, Júnior, J. C. Fundamentos Sociais das economias pós-industriais: uma resenha crítica de Gosta Esping-Andersen, BIB, n. 56. São Paulo, 1ª Edição, s.l, 2003.

136778 - TÓPICOS ESPECIAIS EM PESQUISA SOCIAL, Optativa

Créditos: 4, CHS: 4 (T:2, P: 2)

Pré-requisitos: 136581 - INTRODUÇÃO AO SERVIÇO SOCIAL

Ciência Moderna e novos paradigmas. Métodos da Pesquisa Social voltada para o Serviço Social. Níveis da Pesquisa Social (exploratória, descritiva e explicativa). Áreas temáticas de Pesquisa em Serviço Social, tais como: educação; trabalho; saúde; gênero; previdência e assistência social; habitação; questão rural e urbana; violência; criança, adolescente e idoso; movimentos sociais; política social, estado e cidadania.

Bibliografia Básica:

CRESWELL, John. Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2ª edição. Porto Alegre. Artmed Bookman, 2007.

BOOTH, Wayne; COLOMB, Gregory; WILLIAMS, Joseph. A arte da pesquisa. 2ª edição. São Paulo. Martins Fontes, 2008.

POUPART, Jean; DESLAURIERS, Jean; GROULX, Lionel; LAPERRIERE, Anne; MAYER, Robert; PIRES, Álvaro. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. 1ª edição. Petrópolis. Vozes, 2008.

Bibliografia Complementar

RICHARDSON, Roberto. Pesquisa Social: Métodos e Técnicas. 3ª edição. São Paulo. Atlas, 1999.

138541 - TÓPICOS ESPECIAIS EM POLÍTICA SOCIAL, Optativa

Créditos: 4, CHS: 4 (T:4, P: 0)

Pré-requisitos: 136484 - POLÍTICA SOCIAL

Discussão e análises inovadoras de temas emergentes em políticas sociais. Apresentação de resultados de estudos ou pesquisas na área de política social. Sem uma ementa fixa, a oferta desta disciplina dependerá de interesses de professores e alunos.

Bibliografia Básica:

BEHRING, Elaine e BOSCHETTI, Ivanete Política Social: Fundamentos e História. São Paulo, 6ª, Cortez, 2007.

PEREIRA, Potyara A. P. As vicissitudes da pesquisa e da teoria em política social? In Revista Ser Social nº 9. Brasília, 9, SER/UnB, 2001.

Bibliografia Complementar

FALEIROS, Vicente. Natureza e desenvolvimento das políticas sociais no Brasil. In ABEPSS, CFESS e CEAD-UnB, Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 3. Brasília, 1a, CEAD/UnB, 2000.

136786 - TÓPICOS ESPECIAIS EM SERVIÇO SOCIAL, Optativa

Créditos: 4, CHS: 60 (T:2, P: 2)

Pré-requisitos: 136581 - INTRODUÇÃO AO SERVIÇO SOCIAL

Discussão de temas emergentes em Serviço Social. Apresentação de análises inovadoras em Serviço Social. Aprofundamento de temas específicos do Serviço Social. Apresentação de pesquisas ou estudos na área de Serviço Social.

Bibliografia Básica:

- MACEDO, Myrtes Aguiar S. P.. Reconceituação do Serviço Social. Cortez, 1981.
CERQUEIRA, Gelba Cavalcante de. Modelos teóricos de serviço social de grupo: Adaptação ou transformação?. 2. ed. São paulo: Cortez, 1981.
LIMA, Boris Alexis. Contribuição a metodologia do serviço social. Belo Horizonte: Inter livros, 1975.

Bibliografia Complementar

- DEMO, Pedro. Metodologia científica em ciências sociais. São Paulo: Atlas, 1980.

209066 - Oficina de Supervisão de Estágio em Serviço Social 1, Optativa

Créditos: 4, CHS: 60 (T:1, P:3)

Pré-requisitos: 138720 – Estágio em Serviço Social 2

Acompanhamento e supervisão pedagógica do estágio em serviço social. Aprofundamento do conhecimento das expressões da questão social, da realidade institucional e do exercício profissional. Planejamento e execução de atividades de estágio juntamente com o supervisor de campo.

Bibliografia Básica:

- BURIOLLA, Marta. Supervisão em Serviço Social: o supervisor, sua relação e seus papeis. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.
GUERRA, Yolanda. A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e a distância. Revista Serviço Social e Sociedade, n.104. São Paulo: Cortez, 2010, p.715-736.
OLIVEIRA, Isaura Isoldi M. C. Configurações do ensino superior e a formação profissional dos assistentes sociais: desafios para a intervenção. Revista Serviço Social e Sociedade n.104. São Paulo: Cortez, 2010, p.737-749.
VASCONCELOS, Iana. Dilemas e desafios do estágio curricular em serviço social: expressão dos (des)encontros entre a formação profissional e o mercado de trabalho. Temporalis n. 17. Brasília: ABEPSS, 2009.
MIOTO, Regina Célia Tamasso; LIMA, Telma Cristiane Sasso de. A dimensão técnico operativa do Serviço Social em foco: sistematização de um processo investigativo. Revista Textos & Contextos Porto Alegre v. 8 n.1 p. 22-48. jan./jun. 2009

Bibliografia Complementar:

- FREIRE, Lúcia M.B. O Serviço Social na reestruturação produtiva: espaços, programas e trabalho profissional. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.
SANTOS, Josiane Soares. Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social brasileiro. São Paulo: Cortez, 2007.

209074 - Oficina de Supervisão de Estágio em Serviço Social 2, Optativa

Créditos: 4, CHS: 60 (T:1, P:3)

Pré-requisitos: Criação 6 - Oficina de Supervisão de Estágio em Serviço Social 1

Acompanhamento e supervisão pedagógica do estágio em Serviço Social. Planejamento e execução de atividades de estágio juntamente com o supervisor de campo. Aprofundamento e sistematização do conhecimento acerca da relação entre as dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico operativas do exercício profissional do assistente social. Análise das atribuições privativas do assistente social com foco na supervisão direta de estágio.

Bibliografia Básica:

FRAGA, Cristina K. A atitude investigativa no trabalho do assistente social. Revista Serviço Social e Sociedade n.101. São Paulo: Cortez, 2010, p.40-64.

GUERRA, Yolanda; BRAGA, Maria Elisa. Supervisão em Serviço Social. In Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: ABEPSS/CFESS, 2009.

MONTANO, Carlos. A natureza do Serviço Social: um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução. São Paulo: Cortez, 2007.

MOTA, Ana Elizabete. O feitiço da ajuda: as determinações do Serviço Social na empresa. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

Bibliografia Complementar

MOTA, Ana Elizabete. Nova fábrica de consensos: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

ORTIZ, Fátima Grave. Trabalho, desemprego e Serviço Social. Revista Serviço Social e Sociedade n.69. São Paulo: Cortez, 2002, p.73-106.

7. Disciplinas do Departamento de Sociologia no curso Serviço Social (Diurno)

134465 - INTRODUÇÃO À SOCIOLOGIA, 1º período

Créditos: 4, CHS: 60 (T:4, P: 0)

Pré-requisitos: Sem pré-requisitos.

I - O contexto histórico do surgimento da sociologia (revolução francesa e revolução industrial).

II - O contexto intelectual que influenciou o surgimento da Sociologia (Grande correntes do pensamento social dos séculos XVIII E XIX).

III - A perspectiva sociológica (objeto, problemas metodológicos centrais a principais correntes).

IV - Teoria funcionalista ou institucionalista (estudo dos aspectos centrais ao funcionamento de uma sociedade como socialização, instituições sociais, papel social, cultura, normas e valores).

V - Teoria do conflito (estudo dos conflitos gerados no interior da estrutura econômica, modo de produção, mais-valia, classes sociais, bem como no interior da estrutura de poder, estado, dominação, partidos, dentro de um enfoque que recai na crítica do sistema vigente e na análise dos processos sociais que levam a mudanças históricas.

Bibliografia Básica:

MARTINS, Carlos B. O que é Sociologia. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

HUBERMAN, Leo. Historia da riqueza do homem. 10. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

MILLS, C. Wright. Imaginação sociológica(a). Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

BERGER, Peter L. Perspectivas sociológicas: Uma visão humanística. Petrópolis: Editora Vozes Ltda, 1972.

DEMO, Pedro. Sociologia: Uma introdução crítica. São paulo: Atlas, 1983.

Bibliografia Complementar

FORACHI, M. A. E MARTINS, J. S. Sociologia e Sociedade Técnica e Científica. Rio de Janeiro e São Paulo, 1977.

HARNECHER, M. Santiago. Os conceitos elementares do material histórico. Siglo XXI, 1971.

134473 - TEORIA SOCIOLOGIA 1, 2º período

Créditos: 6, CHS: 90 (T:4, P: 2)

Pré-requisitos: 134465 - INTRODUÇÃO À SOCIOLOGIA

Estudo do pensamento sociológico desde sua formação com Comte e o positivismo, até a formalização de teoria sociológica com Durkheim e Weber. Comte: conceitos gerais, surgimento da sociologia; Durkheim: objeto e método da sociologia e conceitos fundamentais; Weber: objeto e método da sociologia e conceitos fundamentais. O curso deve possibilitar ao aluno conhecer as teorias sociológicas destes autores e fornecer as bases teóricas para estabelecer as linhas de continuidade entre os autores clássicos e as teorias sociais contemporâneas, a serem estudadas em outras disciplinas teóricas.

Bibliografia Básica:

DURKHEIM, Émile. Regras do método sociológico(as). 6. ed. São paulo: Companhia Editora Nacional, 1972.

DURKHEIM, Émile. Da divisão do trabalho social. São paulo: M Fontes, 1995

WEBER, Max,. Ética protestante e o espírito do capitalismo(a). São paulo: Pioneira, 1967.

WEBER, Max,. Ensaios de sociologia. 2. ed. Rio de janeiro: Zahar, 1971.

WEBER, Max,. Economía y sociedad. 2. ed. Mexico: Fondo De Cultura Económica, 1964.

Bibliografia Complementar

COMTE, A. SP .Coleção grandes cientistas Sociais. Á tica, 1978.

DURKHEIM, E. O suicídio. Rio de Janeiro. Martins Fontes, 1977.

8. Disciplinas do Departamento de Ciência Política no curso Serviço Social (Diurno)

185035 - INTRODUÇÃO À CIÊNCIA POLÍTICA, Optativa

Créditos: 4, CHS: 60 (T:4, P: 0)

Pré-requisitos: Sem pré-requisitos.

O objetivo do curso é oferecer ao aluno uma visão panorâmica dos principais conceitos e diferentes temas da reflexão política contemporânea.

Bibliografia Básica:

BOBBIO, Norberto. Estado, governo, sociedade: Para uma teoria geral da política. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

BOBBIO, Norberto. O futuro da democracia: Uma defesa das regras do jogo. 3. ed. Rio de janeiro:

Paz e Terra, 1987.

CARNOY, Martin. Estado e teoria política. 7. ed. Campinas: Papyrus, 2001.

DAHL, Robert Alan. Análise política moderna. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1988.

GRAMSCI, Antônio. Intelectuais e a organização da cultura(os). 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

LIPSET, Seymour Martin. Política e ciências sociais. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

PATEMAN, Carole. Participação e teoria democrática. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

SARTORI, Giovanni. Teoria democrática. Rio de Janeiro: Fundo De Cultura, 1965.

O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe C; WHITEHEAD, Laurence. Transições do regime autoritário: América Latina . São Paulo: Edições Vértice, 1988.

WEBER, Max,. Economia e sociedade: Fundamentos da sociologia compreensiva. 3. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.

Bibliografia Complementar

BAQUERO, Marcello. Desafios da democratização na América Latina: debates sobre cultura política. Porto Alegre: Editora da Universidade/ UFRGS, 1999

DAHL, Robert A. Sobre a democracia. Brasília: UnB, 2001

DUVERGER, Maurice. Los partidos políticos. México: Fondo De Cultura Económica, 14ª ed., 1994.

LĂŠNIN. O Estado e a revolução. São Paulo: ed. Hucitec, 1983.

SCHMITTER , Philippe. C. Reflexões sobre o conceito de política. In Cadernos da Unb. Brasília Ed. UnB.

SEILER, Daniel-Louis. Os partidos políticos. Brasília: UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do estado, 2000

WEBER, Max. Política como vocação. Ciência e Política: duas vocações. São Paulo. Cultrix, 2002

QUADRO DOCENTE DO SER – 2011